

dos algarves ¹⁷

revista da **ESGHT / UALG**

EXERCÍCIOS DE ETNOFIÇÃO TURÍSTICA

Figueiredo Santos

AS COMUNIDADES CRIATIVAS, O TURISMO E A CULTURA

Alexandra Rodrigues Gonçalves

CLIL: THE POTENTIAL OF MULTILINGUAL EDUCATION

Geraldine Ludbrook

METÁFORAS: DA RETÓRICA À TERMINOLOGIA

Maria Manuela Ildfonso Mendonça

INSTRUMENTOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL

PRÁTICAS AMBIENTAIS NO SECTOR HOTELEIRO DO ALGARVE

Maria Margarida Arrais Viegas

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES E ATRACTIVIDADE ORGANIZACIONAL

Joaquim Pinto Contreiras

ESTIMAÇÃO DE MODELOS LINEARES GERAIS MISTOS UTILIZANDO O SAS®

Luís Pereira • Lara Ferreira

TOPONÍMIA DE S. BRÁS DE ALPORTEL

Augusto Vinagre • Alunos da Escola EB2,3 Poeta Bernardo de Passos

PÁGINA DO PORTUGUÊS

ALGUMAS NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO LEITOR DO TEXTO LITERÁRIO-

Filipa Perdigão • Rita Baleiro

ROTAS DO SUL

NATUREZA E CULTURA NO CORAÇÃO DO BARROCAL

José António Santos • Margarida Custódio Santos

ÍNDICE

Capa: Moinhos em ruínas perto da Feiteira, Serra de Tavira

- 03 EXERCÍCIOS DE ETNOFIÇÃO TURÍSTICA**
Figueiredo Santos
.....
- 11 AS COMUNIDADES CRIATIVAS, O TURISMO E A CULTURA**
Alexandra Rodrigues Gonçalves
.....
- 19 CLIL: THE POTENTIAL OF MULTILINGUAL EDUCATION**
Geraldine Ludbrook
.....
- 28 METÁFORAS: DA RETÓRICA À TERMINOLOGIA**
Maria Manuela Idefonso Mendonça
.....
- 31 INSTRUMENTOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL
PRÁTICAS AMBIENTAIS NO SECTOR HOTELEIRO DO ALGARVE**
Maria Margarida Arrais Viegas
.....
- 38 RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES
E ATRACTIVIDADE ORGANIZACIONAL**
Joaquim Pinto Contreiras
.....
- 45 ESTIMAÇÃO DE MODELOS LINEARES GERAIS
MISTOS UTILIZANDO O SAS®**
Luís Pereira • Lara Ferreira
.....
- 52 TOPONÍMIA DE S. BRÁS DE ALPORTEL**
Augusto Vinagre • Alunos da Escola EB2,3 Poeta Bernardo de Passos
.....
- 59 PÁGINA DO PORTUGUÊS
ALGUMAS NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO LEITOR DO TEXTO LITERÁRIO**
Filipa Perdigão • Rita Baleiro
.....
- 62 ROTAS DO SUL
NATUREZA E CULTURA NO CORAÇÃO DO BARROCAL**
José António Santos • Margarida Custódio Santos



FICHA TÉCNICA

.....

dos algarves

revista da ESGHT / UALG
nº17 · 2008

DIRECTORA:
Rita Baleiro

CONSELHO EDITORIAL:
Filipa Perdigão, Rita Baleiro

TIRAGEM:
750 exemplares

PROPRIEDADE:
ESGHT / UALG
Universidade do Algarve
Campus da Penha
8000 FARO

Tel. 289 800 100
www.ualg.pt/esght/

CONCEPÇÃO GRÁFICA:
Luís Gregório (camiao@gmail.com)
Pedro Cavaco Leitão (metamorfoses@gmail.com)

PAGINAÇÃO: Luís Gregório

FOTO CAPA: Pedro Cavaco Leitão

ILUSTRAÇÕES: Pedro Cavaco Leitão/Luís Gregório

IMPRESSÃO:
Rainho e Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

ISSN: 0873-7347

ANZ Aeroportos
Algarve

MC
MINISTÉRIO DA CULTURA
DELEGACÃO REGIONAL DA CULTURA DO ALGARVE


Lagoa
algarve


Portimão


MUNICÍPIO
Vila do Bispo
o futuro de um Algarve diferente

VOA
VILAREALSTºANTONIO



EXERCÍCIOS DE ETNOFICÇÃO TURÍSTICA

Figueiredo Santos – ESGHT

NA ANTE-CÂMARA DA VIAGEM

Sentia-me paradoxalmente excitado com a proximidade da viagem. O Inverno ainda não tinha findado no registo das minhas memórias. Aquele e todos por que passei eram frios, desconfortáveis e pardacentos. Sempre anunciavam uma espécie de declínio gradual junto da qual uma teoria de conspiração do tempo esfregava as mãos, num gozo perverso que, inexoravelmente me empurrava para a velhice do meu descontentamento. Aos arrepios que o corpo atribuía às baixas temperaturas, só apaziguados por mesinhas xaroposas, aos dias de chuva ininterruptos, às desordenadas rajadas de vento que contorciam as varetas do chapéu-de-chuva, somava-se o melancólico cair das folhas e a anunciada razão do meu singular desencanto. Chegado a meio do Inverno, a casa, onde os bolores amoleciam os livros, começava a apertar-me entre quatro paredes espessas. Sentia-me uma espécie de recluso, condenado a uma prisão sem grades. De toda a tristeza que podia experimentar, apenas o eco do pregão da boa e estaladiça castanha assada, junta ao odor de um fumo parecido ao da lareira, me fazia sentir próximo de um *Outro* distante.

Fruto de uma globalização que des-tronara o presépio, apenas o anafado velho de barba alva e enrançada, trazendo de um vermelho vivo, fazia com que respirasse um efeito de anestesia que me punha de bem com o mundo. O espaço público parecia regurgitar de sonoridades banalizadas, que falavam da presença de figuras angélicas entre nós e do muito consumo que iria desaguar num qualquer centro

comercial. Mais próximo da primavera, a singela e tocante ingenuidade popular, traduzida nas Janeiras, em que os convivas entoavam cânticos mais ou menos desafinados, já havia sido subtraída a momentos de comunhão mágica ímpar.

Os encantos primaveris aproximavam-se velozes, trazendo consigo um espécie de trégua anunciada pelas manhãs de céu luminoso que começavam a despontar. A natureza parecia renunciar à vida lamacenta, perfumando-se em meu redor com um odor silvestre.

No estreito horizonte do meu quintal convergiam atitudes mentais que se assemelhavam a laivos antecipados de ressonância rousseauiana, muito próxima da candura do “bom selvagem”. Apetecia-me acariciar a relva com os pés descalços, em contacto directo com uma impressão de liberdade que só o Verão me trazia, acabando por tornar porosas as fronteiras entre o dentro e o fora. A vegetação, que ganhava vigor e aroma, tornava-se frondosa, contaminando o corpo e alma de quem via sorrir a sua geografia íntima, sem ter uma explicação plausível para isso. Músculos e ossos abandonavam o estado crepuscular a que os agasalhos os haviam remetido. Começavam a dispensar-se as cores escuras que retinham o calor dos corpos, e os seus contornos curvilíneos retomavam uma espécie de virilidade ajustada à celebração dos corpos. O céu ganhava uma amplitude e uma luminosidade que contrastavam com a pesada abóbada tingida de cinzento que se abatia sobre mim. Aqui e ali, descobriam-se espaços que chamavam a atenção para a sua condição de

lânguidos refúgios na proximidade das horas de calor.

Às mãos chegara-me uma brochura cuja capa exibía imagens românticas da natureza e da história intactas, onde a silhueta de um casal jovem marcava encontro amoroso entre um manto de fina areia e um mar azul-turquesa que dispensava honras de bandeira azul.

O marketing encarregava-se de elevar a natureza à condição de espaço de contemplação estética, fazendo com que o meu imaginário turístico rodopiasse em torno do conceito de indivíduo isolado, liberto de todas as ligações naturais e sociais a que a quotidiano o amarra. Bem que *Robison Crusóé* podia ser o paradigma desse indivíduo que eu teria a possibilidade de encarnar por conta de uma coreografia que Jean-Didier Urbain montara na sua obra *Sur la Plage*, em alusão ao velho Marx.

Também a minha filha parecia atraída por afinidades electivas com o aperfeiçoamento individual do sublime, com o fulgor da vida simples e a projecção de um encontro de 3º grau com um príncipe encantado da sua imaginação. Na sua inocente adolescência, estava longe de poder pensar que prefigurava a presa fácil do modo hábil como os organizadores da brochura a tinham eleito nicho de mercado, numa espécie de insulto à sua inteligência.

Espanto o meu quando a minha companheira me dizia, sem dar provas de cepticismo ou de prudência:

– Podíamos fazer um esforço e ir para aqui, apontando-me o dedo indicador em riste para as ostentadas fotografias, por entre um sorriso

angelical que me parecia tão comovente quanto ridículo. E insistia:

– Porquê estás sempre a adiar a realização dos nossos desejos de libertação da miséria deste mundo? Afinal, os nossos colegas de trabalho também para lá vão e não ganham tanto como nós. Se eles conseguem, por que diabo é que não havemos de sair de casa, depois de um ano ininterrupto de trabalho?

Céptico, pensava com os meus botões sem que lho dissesse para a não magoar:

– Como é que a intermediação turística conseguiu incutir esta ideia, bem do senso comum, que fazer turismo é para descansarmos do trabalho? Se o motivo é o descanso, por que não procuram os indivíduos uma cama, em vez de irreflectidas imagens de felicidade projectadas em demoradas, cansativas viagens que, para além de dispendiosas, nos trazem de volta ainda mais cansados que na ida?

Nunca pensara que uma simples brochura, convidativa ao regresso nostálgico ao paraíso perdido, pudesse suscitar tamanhas pulsões de desejo, de ilusão de fuga aos constrangimentos desta vida danada. Tinha que admitir que ela estava elaborada como se o compositor tivesse pintado um quadro com um jogo cruzado de imagens e palavras, numa espécie de “estética do visível”, uma forma de repetição da estética naturalista em que o leitor é subjugado por um desejo irresistível de ver.

Mãe e filha pareciam dominadas pelo ardor de uma vida dominada por uma intensa felicidade, deixando-me perplexo quanto à forma como os nossos projectos de vida podem ser inflectidos pelas mais simples e irreflectidas imagens de transbordante felicidade. A ocasião não era dada a filosofias. Confesso, no entanto, que apesar de enfasiado com campanhas de promoção e demais formas de prescrição de lugares para onde ir e como devo fazer turismo, sentia-me dividido entre essa projecção alienan-

te, e um perfume do que deveria ser e, na sua essência, significar uma vida liberta das imposições do trabalho e da luta impiedosa pela sobrevivência, cruzada com a divinização do utilitário a que alude Vergílio Ferreira em a “Invocação ao Meu Corpo”.

Mais do que a viagem em si mesma, parecia difícil harmonizar estados de alma envoltos numa agitada relação entre a antecipação da viagem e a sua realidade. Nela, parecia estar jogada uma forte tensão entre o vivido e o imaginário que se entretencia com a ficção própria dos lugares que dialogam com outras histórias que os povoam. Aí, nesses espaços de fronteira entre o Eu e o Outro, tudo parece ganhar uma monumentalidade ímpar, paradoxalmente conjugada com uma sobranceria etnocêntrica. Parece despontar em nós uma miríade de sentimentos aristocráticos, entrecortados, aqui e ali, por um pessimismo que assoma à consciência e que, em surdina, nos deixa momentaneamente hesitantes quanto à possibilidade de poder existir uma diferença substantiva entre o modo como imaginamos o lugar e o modo como ele se nos vai apresentar ao chegarmos lá.

De certo modo, compreendia-as. Estar diante da possibilidade de realização de um desejo é motivo de maior alegria que tê-lo realizado. Isso é claro nesse movimento biunívoco do “vamos para a festa; vimos da festa”. Enquanto o primeiro se carrega de um tom impetuoso e empresta uma expressão de exaltação e de divina embriaguez, o segundo fica possuído de um tom melancólico, destituído de ânimo, que só o poder do sonho voltará a reacender.

Presos ao desejo intenso da viagem, incapazes de contermos o nosso entusiasmo, fomos à agência de viagens *outgoing* mais próxima, onde uma simpática jovem se oferecia para simplificar a nossa vida, tratando de tudo por nós – viagem, *transfers*, hotel, guias e locais a visitar.

Patenteava-se, ali, a primeira

transferência do nosso olhar soberano sobre as paisagens para esta estranha que, de todo em todo desconhecíamos. Tudo parecia estar ali à mão dos deliciosos devaneios que o programa Galileu se tinha encarregado de antecipar. Não faltavam descrições fotográficas de certos ângulos mais privilegiados do espaço físico, da natureza e de imagens arquitectónicas magnificentes, bem como a descrição dos perfis humanos, a essência do povo, necessariamente hospitaleiro, os seus anseios, costumes e hábitos e tradições, grudados nos pés e no coração.

A brochura tinha caído para segundo plano, perante as sugestões da diligente funcionária que nos aconselhava uma viagem promocional ao Rio de Janeiro. A poética do espaço, inscrita no célebre refrão da letra musicada de “Aquele Abraço”, de Gilberto Gil, parecia música para os nossos ouvidos.

Ademais, seria um privilégio de reis participar naquele que já é o terceiro espectáculo mais assistido do mundo. Em Fevereiro, nos quatro dias que antecedem a Quarta-feira de Cinzas, que marca o início da Quaresma, o Rio de Janeiro transforma-se para acolher a colorida “Disneylândia” do Carnaval carioca.

Aí, não faltaria o erotismo e o exotismo da mulher oriental, a Ocidente, encarnado na exuberante e sensual mulata, que faz as delícias de qualquer macho que se preze, ao contrário da racional mulher ocidental, de traços masculinos ditados pelas lutas de emancipação. Prometia-me a mim mesmo uma noite de lânguido prazer, ao ritmo de um samba bem batucado, acompanhado de cerveja de barril e dos odores da fervura de robustas lagostas de um vermelho vivo. Seria uma festa de arromba, até cair de cansaço. De negativo, tinha apenas facto de ir «fardado», o mesmo seria dizer que levava companhia, circunstância que me suspendia a imaginação, esmagando-me os sonhos de bons e inexcedíveis *flirts*, que só um par de sensuais ancas me podia proporcionar.

Por outro lado, quiçá, o tempo não seria para machismos serôdios, constituindo uma boa oportunidade para quebramos o gelo das nossas relações caseiras, onde já eram raras as palavras que trocávamos, por entre olhares desencontrados. Sem confessar, temia o silêncio que sempre se adivinha numa relação que se encontra perdida. Na verdade são raros os momentos em que lidamos bem com ele. Uma viagem turística podia ser a tábua de salvação de um casamento rotineiro, uma forma de atenuar o desconforto dos espaços vazios, tantas vezes preenchidos com as vozes pasteurizadas do ecrã de televisão que ligamos mal entramos em casa.

Se bem que haja quem veja em disciplinas orientais como o ioga, o tai-chi ou o reiki, o reflexo de uma vontade de escape, de mudança da relação conosco próprios e com os outros, feitos monges urbanos em busca de momentos de tranquilidade, estava certo que nada ombrearia com essa sensação de antecipação, proporcionada pelo turismo. Só uma experiência como essa nos confere a ilusão de queda num espaço em que possamos ter tempo, coisa que a vida acelerada pelo bulício da actividade moderna nos nega de forma iníqua. Nada em que Baudelaire já não tivesse anotado, ao afirmar que “a modernidade é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável”¹.

Se bem que só de pensar em sair me afogava em ansiedade, estava irremediavelmente entalado entre a negação da viagem e o adivinhado silêncio de tumba, feito da raiva contida das minhas parceiras, pelo que teria que me definir pela opção mais sensata.

Decidimos que partiríamos, de armas e bagagens, rumo ao Rio, com uns dias breves de passagem pelo Algarve, onde combinámos encontro com uns amigos ingleses, a quem tínhamos garantido fazer as honras da casa.

A EUFORIA DA PARTIDA

Libertávamo-nos, enfim, do nosso pequeno apartamento higiénico concebido por projectos de urbanização que o produziram como manifestação do último grito da estética orientada pelo *prêt-à-porter* habitacional.

De moradores, enviados para um grande centro como produtores e consumidores, a turistas, sentíamos que estávamos a um passo dessa certeza medular de ter chegado o momento de rasgar horizontes de contraste com essas células habitacionais, onde boa parte da vida se cristaliza em complexos densos e bem organizados.

Pela minha parte, não estava seguro de o conseguir, perturbado com o dilema reconduzido por Torga, dessa oscilação própria dos humanos, que ora vivem “dobrados como cervos” ora se mostram “ciosos de independência”. Estado paradoxal esse em que aspiração de escape ao controle da bolha ambiental constantemente definha, recalçada pelo controle da nossa consciência individual.

Num crescendo de ansiedade e antes de entrarmos no novo carro, cujo pagamento a prestações nos deixava pouco confortáveis ao fim de cada mês, quais *dandies* de classe média, fizemos questão em levantar dinheiro no multibanco.

Pensávamos ir férias em jeito de quem vê no turismo um volante da vida orientada e em permanente busca de harmonia, de sossego, por entre as alterações abstrusas de um quotidiano aleatório e destronado de sentido.

E não fosse dar-se o caso de nas portagens da auto-estrada não nos aceitarem o *Visa* electrónico, dirigi-me apressado ao aparelho. Inseri o código e a dita máquina deu-me, muito solícita, as boas vindas com o slogan publicitário “viaje agora e pague depois”, autorizando-me a levantar a quantia estipulada, e agradecendo a minha visita.

Sem pestanejarmos, ainda não serenados pela interrupção de mais

um ciclo de trabalho, nem deixámos entoar um hino intervalar à preguiça, entre a pressão do nosso quotidiano crepuscular e a das longas filas que nos esperavam no tabuleiro da ponte que nos obrigávamos a atravessar.

Inquieto, nervoso, comprimo intermitentemente a buzina, à semelhança de todos os outros companheiros anónimos de *route*, na expectativa de que o tempo do percurso nos encurtasse a chegada ao Algarve. Buzino, gesticulo, praguejo indignado por todo o mundo ter resolvido ir em massa para o mesmo local, no mesmo dia e hora que nós. Perante tamanha agitação, dizia-me a mulher, com ar pesado e sobrelha carregada:

– Olha que não é agora que vais recuperar o tempo de que te tens privado. Assim não dá. Se saímos de casa para continuarmos com os nervos em franja, mais vale regressarmos enquanto é tempo.

Grosseiro, pedia à minha companheira que se calasse, não obstante dar-me conta de que o objectivo da experiência turística, mesmo que inconsciente, é muito mais profundo e que a pacificação está longe de ser uma conquista quando não preparamos o corpo para não se rebelar.

É verdade que a busca de uma silenciosa tranquilidade existe desde o fundo dos séculos. Que o digam todas as grandes religiões que têm formas de monaquismo. Mas, para um urbano neurótico como eu, a ascese para o silêncio gera-me um vômito testemunhado por uma realidade quase orgânica.

A transcendência provoca-me náuseas, vertigens e só trajecto pela auto-estrada me permite pôr de bem comigo próprio, emprestando, sem reservas, todo o vigor à potência dos 250 cavalos que a máquina comporta. Espécie de tapete mágico simbolicamente estendido a meus pés, ela faz-me renascer, ainda que de forma efémera, a afirmação de estatuto social e a necessidade de distinção de todos os demais indivíduos. Por

breves instantes deixo-me perturbar pela consciência de que este engenhoso invento, tornado plástico e frágil, é cada vez mais convidativo ao descarte, como latas de conserva após o uso, ou uma acidental manobra mal calculada.

A vertigem da velocidade, que levo na conta da voragem do tempo, permite-nos apenas uns instantes para um café pingado e umas sandes no restaurante de uma estação de serviço alentejana, agora igual a tantas outras, qual planta única que o Estado Novo aplicava a escolas ou hospitais, como expediente para se isentar de custos com projectos.

Mais confortados, regressamos apressados ao interior da nossa casa volante, que nos confere uma mobilidade inexcedível, digna da entoação de um louvor ao ritmo do aço. Os cânticos ao progresso da técnica não são mais vocais. Transferem-se para o pé que pressiona o místico, mas domestica o acelerador, para que sintam bem a potência do arranque e os impulsos das mudanças, por entre as notas batucadas do rádio do carro que, em conjunto, parecem querer prolongar a autonomia dos indivíduos, como se eles se tivessem tornado independentes.

No meu íntimo, quase tudo me fazia sentir a libertação do carácter compulsivo de uma sociedade alienada de si mesma, com a qual só me identificava quando em busca de diversão. Quase tudo, mas não de todo em todo, por me sentir traído pela racionalidade técnica como mecânica inerente à própria dominação. Com efeito, o automóvel, a viagem, o itinerário, o cosmopolitismo e os estilos de vida que serão supostos encontrar noutras paragens, roçam, por momentos, a ideia de que esses elementos mais não são que um todo coeso próprio da indústria cultural, que conduziu o turismo a um sistema de produção em série, sacrificando o que fazia a diferença entre a lógica de uma cultura de saída e a do sistema social.

Ainda não havia embraiado nestas

cogitações, e eis-nos chegados ao aeroporto de Faro, para o acolhimento hospitaleiro aos tais amigos ingleses que, em tempos de pândega, conhecera numa viagem de negócios a Londres e a quem garantira que, o Algarve, ainda era um dos poucos paraísos onde valia a pena passar férias.

A minha expectativa era enorme. Enquanto os meus afectos anglo-saxónicos não chegavam, a imaginação rodopiava, envolta numa passagem de *slides* que os antecipava eufóricos em direcção às passadeiras rolantes do *check-out*.

Comigo também assim era. Sempre que empreendia um voo de férias, sobrevinham-me emoções difusas que deambulavam entre a ansiedade própria de quem entregava o seu destino a uma máquina sofisticada e à habilidade do piloto, e uma euforia própria da partida que tinha um sabor a qualquer coisa de libertatório. Em situação idêntica, afora os momentos de pânico de descolagens e aterragens, vivia instantes de uma exaltação intensa, proporcionados por uma descolagem que me sugeria uma subtil evaporação, uma leveza no ar e um forte sentido de transgressão dos limites espaciotemporais. Para esse ritual de separação entre o mundo do que partem e dos que ficam, em muito contribuía a barreira electrónica da polícia, que quase me obrigava a desnudar-me ao som do alarme provocado pela fivela do cinto, o labirinto de salas encimadas por números de portas, as ordens de embarque imediatas, dadas no tom metálico suave de uma extraterrestre voz feminina. Mas, nesse ritual de iniciação, o que mais fazia sentir-me importante eram as vantagens das compras no mundo dos superpovoados *duty free*, esses que Marc Augé chama de “não lugares”, ou, “locais de acaso e de encontro onde se pode sentir fugazmente a contínua possibilidade de aventura”², mundos onde se cruzam, no anonimato, milhares de itinerários individuais, de passos perdidos, de espaços por onde todos circu-

lam sem que ninguém lá permaneça.

Por certo que, nesses espaços, onde as culturas de países inteiros, empacotadas em celofane, se encontram prontas a consumir, os ditos amigos não se esqueceriam de me fazer vibrar com uma lembrança, mais que não fosse uma garrafa de whisky escocês. Até mesmo porque isso não lhes deveria afectar a carteira. Em Inglaterra, as coisas deveriam ser como em Portugal. Comprariam o que quer que fosse, desde que tivessem o cuidado de guardar a factura junto do cartão Visa para, no regresso, afectar a compra às despesas confidenciais de empresa, sem que daí se deduzisse uma fuga aos impostos, por mais banal que fosse.

O mesmo argumento valeria para os perfumes, a joalheria e o vestuário expostos ostensivamente aos olhos dos transeuntes em luxuosas montras, pedindo que os salvem daquela vida jazzística, como garantia de que o seu consumo supõe um mecanismo económico de selecção que empresta bom gosto a qualquer executivo que se preze.

Os meus amigos só poderiam regozijar-se com a viagem, fazendo justiça à pontualidade britânica da British Airways que, ao contrário de outras, apanhadas na malha das uniões e das fusões, soçobravam, em tempos de globalização, não só nos atrasos frequentes como no constante extravio das bagagens dos viajantes. Seria também provável que, à semelhança de outras companhias, pudessem contar com as imperturbáveis, maternais e sedutoras hospedeiras de bordo, que tratando os passageiros como filhos, não admitem reciprocidades afectivas, por conta do seu profissionalismo.

Nas asas do *Boeing*, apesar da fugacidade da viagem, o seu imaginário poderia embevecer-se nos textos lidos apressadamente, ou nas revistas que aludem aos grandes hotéis das cadeias internacionais de acessibilidade proporcionada pelo cartão Visa, onde as imagens se exacerbam, a ponto

de substituírem a própria experiência, destituindo-a de interioridade, memória, narrativa e tempo.

A viagem, convertida na visão vertiginosa mas impotente das alturas, instrumento ascensional sucedâneo da “escada de mão do chamane”, transforma-se num meio simbólico de transcendência que remete para imagens ornitológicas associadas a um desejo dinâmico de elevação.

Mas o destino, esse é que contaria como uma das figuras maiores desse fluxo turístico – a volúpia de um outro espaço/tempo por reconhecer.

O Algarve, enquanto objecto do campo perceptivo, tornara-se um campo de exagero hiperbólico das imagens, um lugar simbolicamente “elevado”, que reflexivamente se produz no agigantamento do turista, à semelhança do processo que Bachelard chamou judiciosamente de “«contemplação monárquica» ligada ao arquétipo luminoso-visual, por um lado, e, por outro, ao arquétipo psicossociológico da dominação soberana”³.

Eu estava apreensivo. Algo me dizia que, para os seus amigos, esta viagem poderia não ser mais uma experiência do conhecimento e da emoção romântica, mas sim a do reconhecimento e da morte das emoções.

Apesar de tudo, acreditava que o seu imaginário se plasmava em constelações simbólicas polarizadas em torno da magia heliocêntrica do arquétipo da luz. Com um arrojo simplificador, decifrava os fluxos turísticos em função de duas modelações essenciais do imaginário que estão na base do pensamento ocidental – a corrente oriental e a helénica.

Cioso do Algarve turístico, conjecturava se, para os meus amigos, a opulência do litoral algarvio seria superior ao encantamento helénico.

É sabido que este encantamento não é um dado, mas o resultado de uma construção apelativa que se inscreve como chave de interpretação do real por parte do turista. Na verdade, a escolha da região como local turístico,

pelos meus amigos, pressuporia um processo projectivo de antecipação dessa experiência, operada pela divulgação promocional de imagens do local.

Sabendo que a publicidade se limita a conformar o existente, por ser apenas uma ritualização de ideais sociais que dificilmente pode “exotizar” um espaço, eu tinha tido a preocupação prévia de lhes enviar literatura e filmes que tinham o Algarve como cenário de aventuras. Esses, sim, tinham o poder de efabular universos estéticos auto-suficientes e autónomos.

Se é certo que as representações dos objectos da realidade eram o único ponto de apoio dos meus amigos para abordarem o desejo de virem ao Algarve, não era menos verdade que o julgamento que eles faziam das representações e, principalmente, da sua relação com elas, estaria cheio de ilusões criadas pelas colisões entre o desejo e o recalque.

Não estava em causa o crivo do seu bom gosto, mas se eles admitiam que o que mais desejavam era conhecer o Algarve, apoiados na convicção de que a região seria um objecto real e que o seu desejo ecoaria no desejo de muitas outras pessoas, então incorreriam nalgumas ilusões: o que os meus amigos queriam, não era exactamente conhecer a Algarve – o que pressuporia desconhecimento – já que ao verbalizarem o Algarve estariam, ainda que inconscientemente, a referir-se a alguma coisa que pensavam conhecer suficientemente para desejar. O desejo aqui não seria conhecer um lugar desconhecido, mas fazer o reconhecimento de um objecto das suas representações, do seu universo simbólico investido de afectos apriorísticos. Seria, justamente, porque o Algarve se tinha tornado um objecto da realidade privilegiado no seio dos seus códigos, que ele se havia destacado aos olhos dos meus amigos.

Assim, quanto mais eles “soubessem” sobre o Algarve, mais hipóteses teriam de tirar prazer da visita, se aquilo que eles anteciparam fosse, de

facto, encontrado. Nesse caso, eles encontrariam esse espaço como se se tratasse de um (re)conhecimento, em geral, mais satisfatório que os confrontos com o desconhecido.

Se não fossem capazes de promover a ilusão de ter reencontrado o Algarve dos seus sonhos, regressariam destroçados, como se não tivessem viajado. O que quer que viessem a encontrar não estaria investido de afectões, não seria o Algarve dos seus desejos – o mundo das maravilhas, como o outro lado do espelho.

Finalmente, talvez pudessem dizer que o que mais desejariam era vir ao Algarve, já que o desejo apontava para outro lugar – o da sua insaciável repetição. Nesse caso, o que mais desejariam não era vir ao Algarve, mas continuar a serem sujeitos de um enunciado que aponta para algum objecto real, reconhecido pelo Outro e que pode representar a reafirmação repetitiva do desejo no campo da realidade. O que eles mais pretendiam era continuar a ser sujeitos de um desejo que pudessem enunciar. Era ter a falta mas também o significante, já que o embaraçoso é a falta sem um significante que lhe corresponda.

Ao reconhecerem os objectos como desejáveis no campo dos códigos, os meus amigos reafirmariam, de forma narcísica, a sua existência como pessoas capazes de dar expressão ao que também é desejável para o Outro.

Se a realidade, o desejo e o sujeito são fundados a partir do recalque que acompanha o fracasso do Princípio do Prazer, importaria especular um pouco sobre a natureza do que é recalcado. Uma preocupação que, n’“A interpretação dos sonhos”, Freud teria apreciado, na linha de o que é prazer para o inconsciente é desprazer para a consciência.

Talvez o que os meus amigos mais sentiam que desejavam, seria vir ao Algarve, mas este desejo já estaria no lugar de um *Outro*, substituindo com algum êxito aquilo que não se pode expressar.

O caminho de satisfação alucinatória é recalcado não só porque fracassa, enquanto possibilidade de satisfazer o aspecto orgânico da pulsão, mas por ser uma cadeia associativa que leva à pior das angústias, ao grau zero do desejo, espécie de fantasia primária da fusão com o objecto total e o fim das perturbações vitais.

Se o recalque interdita o acesso da consciência ao “objecto perdido” imaginário, ele é, por sua vez, insuficiente para desviar o curso da libido desse investimento cujo caminho persiste no inconsciente. Para acalmar essa situação só haveria um recurso eficaz – o prazer, algum prazer. É a realidade, com os seus pobres objectos parciais, que pode oferecer aos indivíduos possibilidades de prazer substitutas do prazer alucinatório e impedir que o campo do desejo seja inundado pela pulsão da morte e os seus “equivalentes em vida”. Daí que a realidade tenha um certo poder de salvar o ego da Pulsão da Morte. Um certo poder que permite à realidade oferecer gratificações capazes de sustentar os investimentos feitos numa determinada direcção.

Lembrava-me, por fim, que o desejo nunca se conforma totalmente com o Princípio de Realidade. Eu sabia que o “desejo da realidade” não se dissocia de um mínimo de satisfação alucinatória. O que seria do prazer obtido no “real” se até mesmo a sua fruição mais palpável e mais adaptada aos critérios dos códigos sociais não comunicasse com o onírico? O que seria desse real desnudado, se não fosse dotado de um poder de sonho fugidío, capaz de incrementar esse prazer e imprimir-lhe as marcas do gozo? É nesse poder de sonhar, feito reconhecimento do desejo, que os indivíduos sempre perseguem e constantemente lhes foge, que radica a condição que lhes permite continuar como seres desejantes.

SEGMENTAÇÕES DO DESEJO

Na gare do aeroporto de Faro, os televisores acomodados à ro-

tina esclarecedora do movimento dos aviões assinalavam, de forma intermitente, a chegada do voo proveniente de Londres.

Avisto o corredor onde tomam posição, na excitação de uma saída apressada, os passageiros perfilados com malas e mochilas, como se se tratasse de grupos de colegas. Ao fundo, já era possível vislumbrar os sorrisos rasgados que os nossos amigos nos dirigiam. Chegados junto de nós, Charley, Margaret, Julian e Elisabeth, cumprimentaram-nos efusivamente, distribuindo abraços entusiásticos.

– Estão, finalmente, no Algarve, exclamava eu com um ar triunfante, dando notas de uma hospitalidade quase teatral, própria de quem tomava o grupo por um Ulisses colectivo, projectado como sereia nos mares da navegação aérea. Ia ter a oportunidade de lhes mostrar lugares que só tinham existência por força da carga emocional da euforia, do prazer das cores, da inversão do quotidiano que lhes prometera.

Naquele dia de calor intenso, sentámo-nos ali mesmo, no bar da gare do aeroporto, para um primeiro brinde à metáfora do paraíso balnear. Alegre, espontâneo, disposto a conduzi-los como se de um guia turístico se tratasse, sugeri, de forma efusiva:

– Vamos já para Vilamoura, que é o lugar turístico mais in do Algarve. Confiem em mim, que vou proporcionar-vos as melhores *holidays* que alguma vez pensaram ter.

Cedo me confrontaria com as suas reservas de sentido, relativamente às razões invocadas para uma deambulação conjunta pelo encantamento preservado do seu itinerário de férias. A minha frustração aprofundava-se, ao verificar que, quase todos negligenciavam o meu convite, indiferentes aos obséquios dispensados, demolindo o meu bom gosto.

Tinha sido imprudente ao subestimar a variedade das formas de viagem inscritas nos desejos mais íntimos de

cada um. Começava a dar-me conta de que, nos contrafortes dos meus esforços aglutinadores, emergia uma subtil colonização do seu imaginário turístico. Afinal, os trampolins dos seus sonhos marcavam fronteiras muito precisas, nutridas por universos de viagem em que os percursos de cada um já estavam cobertos por desejos de recenseamento de impressões diametralmente opostas.

Charley, enfatizava a viagem em si mesma, a itinerância, o *zapping*, a descoberta de lugares recônditos que não fizessem parte dos guias turísticos, nem dos estilizados postais ilustrados. À semelhança da figura emblemática de Phileás Fogg de Júlio Verney, fazia questão em distanciar-se dos espaços que já possuíssem tal rótulo, glorificando a deambulação por entre o invulgar, a diferença. Desejava efectuar percursos por conta própria, alugando um carro ou talvez um jipe, enfim, meios de transporte mais adequados ao seu desejo de investir no sentido explorador de uma aventura inusitada. Pouco lhe importavam as distâncias a percorrer, desde que lhe permitissem flutuar num estado de espírito de perda de gravidade em relação ao mundo, de aproximação aventureira às descobertas que têm como centro a viagem.

Margaret, possuída de uma sensibilidade romântica, propunha demarcar-se do carácter frívolo do turismo de massas, essa forma autista que, a seu ver, caracteriza o espírito das férias modernas.

– A praia? Mas que praia? Aquela nesga de areia onde, para relaxares ao sol, precisas de pedir licença aos indivíduos que te consomem com o olhar? A praia é “um lugar de futilidades essenciais. Na praia passa-se o tempo e o tempo passado não é senão o logro de praia”⁴, afirmava, categórica, reproduzindo textualmente Marc Augé.

Queria conhecer os locais marcados pela história da região, escutar os murmúrios das ruínas, por entre séculos de horizontes fantásticos, que supunha confrontarem-na com ecos

do passado na forma de mitos e lendas dos espaços. Associava a viagem ao naturalismo estético reflectido no gosto cénico das paisagens e das tradições populares que traziam de volta períodos intensos que davam a conhecer as turbulências e os sobressaltos do velho homem que ainda pode vir a morar em nós. Dizia-se farta da impessoalização das relações humanas e da atomização social perpetrada pela vida moderna.

Na sua imaginação pairavam os mitos da origem, da fundação, a sensação de transfiguração sublime dos indivíduos face à experiência turística, o regresso a um familiar “Outro”, baseado numa hospitalidade espontânea, como forma de manutenção de inter-subjectividades nostálgicas, em forma de regresso a uma comunidade primária, onde os discursos turísticos ainda não se haviam apoderado do pitoresco.

Margaret deixava transparecer a atracção pela experiência do êxtase, pela dominante estética da paisagem, pela regeneração, pelo ar puro, pela sensibilidade cromática de tons e formas. Queria saborear a individualidade e a auto-descoberta, a auto-programação das férias, sem um guia turístico a vergar-lhe o dorso com viagens programadas ao dia, à hora, ao minuto, impondo-lhe que visse o que seria dado a um turista ver. Fazia questão em esquecer o relógio, acordar ao canto do galo, andar e ver como, quando e o quê quisesse, sem o peso dos estatutos e papéis sociais, convenções ou interdições que lhe impedissem a fruição de gratificações intrínsecas.

Apenas Elisabeth parecia alinhar na minha sugestão. Abria-se ao sentido que aprofunda a separação entre a viagem e o destino, sentindo-se dominada pelo que Jean Viard designaria de “psicologia de instalação e não de trânsito”⁵. Parecia apostada em apreciar os momentos de suspensão da vida, de declínio da aventura. Interessava-lhe o recurso a uma experiência convencional e previsível,

em que não teria que gastar a sua imaginação produtiva, inventando-se em novos espaços. Desdenhava dos turistas aventureiros, possuídos da mania de que o afastamento do domicílio habitual transforma sedentários em nómadas.

Iria reger-se por regras de igualitarismo e de convivialidade, próximas de uma espreguiçadeira que detesta o isolamento físico ou psicológico, agradecendo que as decisões sobre a sua estada fossem tomadas por peritos na construção de universos fechados das férias organizadas. Pretendia centrar a sua experiência no ócio dos espaços paradisíacos anunciados como praias, na recreação segura oferecida por essas voluptuosidades da natureza, no êxtase da comodidade, nos rompimentos com os constrangimentos do trabalho que só o *farniente* lhe proporcionaria.

Tinha pouca propensão para se sujeitar à incerteza e ao desconforto, pelo que se sentia pouco atraída por uma viagem independente. Tampouco manifestava propensão para se expor às diferenças culturais. O seu desejo consumava-se nas exigências que deixam filtrar um modelo de praia definido como areia fina, dourada e mole, águas calmas e doces, a ausência de ventos que molestem o turista, enfim, aqueles requisitos que fazem da praia um espaço projectado como construção “natural” separada da natureza.

Como qualquer turista ávido de sol, nela convergia a ideia vincada de que era fundamental aproveitar ao máximo a absorção de qualidades, a alquimia simbólica, onde a beleza funciona como reflexo dessa metamorfose racial, inscrita na aquisição do «mais belo tom matizado africano», que não passava indiferente a Michelet, no século XIX.

A minha amiga estava enamorada de uma mística heliofílica, que prevalecia nela como símbolo mais pujante da sua desejada robinsonada balnear.

E a quem seria legítimo vedar-lhe a ideia de que a praia lhe poderia

proporcionar um corpo escultural, mesmo no seu reduto mais narcísico e afrodisíaco (ou do corpo adorável), contaminado por um espaço de transbordante sensualidade?

Julian, o mais jovem do grupo, para quem a praia ficara tediosa e incompatível com um turismo mais radical, sentia um desejo imenso de vaguear por complexos turísticos «artificiais». Tinha em mente viver experiências impulsionadas pelas emoções, deslocando-se a parques de diversões, onde a veracidade das formas e das figuras, que transcendem a própria realidade, conhecem um sucesso sem precedentes. Excitado no seu fascínio, antecipava as possibilidades oferecidas por esses hiperespaços que, no dizer de Jameson, no seu *Postmodernism or the Culture Logic of Late Capitalism*, transpiram de populismo do livre mercado em que as classes médias se encerram, forçando o desenvolvimento do sistema sensorial e físico dos indivíduos.

Julian deseja a coisa verdadeira e “para atingi-la deve realizar o falso absoluto; e onde as fronteiras entre o jogo e a ilusão se confundem, o museu de arte é contaminado pela tenda das maravilhas, e a mentira é saboreada numa situação de pleno, de horror vacui”⁶, numa experiência bem interessante, descrita por Umberto Eco, na *Viagem Na Irrealidade Quotidiana*.

Assumia uma adoração muito especial pelos espaços de simulação, tomados como autêntica forma de superação da realidade, concebidos como uma versão aperfeiçoada dos espaços que imitam. Nesses espaços, onde o “era uma vez” ganha sentido, poderia investir num encontro com paisagens e personagens, castelos e palácios dos contos de fadas, de histórias de banda desenhada, enfim uma miríade de imagens que foram entretecendo a intimidade do nosso imaginário.

Julian estava nessa. Queria viver uma experiência em que visse reproduzidas cópias de assalto à imaginação, num mundo que globalizou os

contos de fadas na floresta do nosso imaginário.

O ideal seria conhecer um Algarve que lhe garantisse reviver todos os momentos com a maior das emoções, centrando-se em programas de animação e magia de um mundo fantástico, onde a realidade e o que ela não é coabitasse na dissimulação.

E eu, apesar de confuso, começava a aperceber-me de um fenómeno novo que encontrava tradução nos discursos multifacetados que se abatiam sobre o Algarve turístico. Era forçoso admitir que, da forma como os meus amigos estruturavam as místicas de relação ao mundo, do modo como no turismo se estruturam o imaginário e os objectos simbólicos, assim despontavam transformações possíveis dessa experiência.

Reconhecia que, daquelas percepções do espaço, sobressaíam desejos

e atribuições de sentido díspares, sem prejuízo de todas convergirem no turismo. Face às interrogações suscitadas pelo confronto com visões tão polissémicas, nos múltiplos eixos de significação que a percorriam, entendi por bem renunciar a uma visão superficial do turismo, prometendo, a mim mesmo, ficar desperto para diferentes formas de apreensão do seu sentido e inteligibilidade.

Foi do confronto com estas experiências que, em boa parte, resultou dos pontos de partida para o caminho que se abriu a estas páginas incompletas, trazendo-me à memória La risa del espacio, onde Nogueira põe em evidência a ideia, tão simples quanto agradável, de que não há espaço algum cuja realidade ontológica, estética ou psicológica não se constitua, trame e se deixe contaminar por cruzamentos entre visibilidades e discursos.

Toda a experiência supostamente objectiva, material e social do espaço é também, desde o seu começo, imaginária, viva, e infinitamente complexa.

.....

1 Charles Baudelaire, *O pintor da vida Moderna*, p. 21.

2 Marc Augé, *Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, p. 10.

3 Gilbert Durand, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário, Introdução à Arquetipologia Geral*, p. 96.

4 Marc Augé, *L'Impossible Voyage, Le tourisme et ses images*, p. 49.

5 Jean Viard, *Réinventer les vacances : La nouvelle galaxie du tourisme*, p. 65.

6 Umberto Eco, *Viagem Na Irrealidade Cotidiana*, p.13.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.....

AUGÉ, Marc (1994), *Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Bertrand, Lisboa.

AUGÉ, Marc (1997), *L'Impossible Voyage, Le tourisme et ses Images*, Éditions Payot & Rivages, Paris.

BAUDELAIRE, Charles (1993), *O Pintor da Vida Moderna*, (trad. e posfácio de Teresa Cruz), 1ª edição, Editorial Vega, Lisboa.

DURAND, Gilbert (1989), *As Estruturas Antropológicas do Imaginário, Introdução à Arquetipologia Geral*, (tradução de Helder Godinho), 1ª edição, Editorial Presença, Lisboa.

ECO, Umberto (1984), *Viagem Na Irrealidade Cotidiana*, 9ª edição, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

JAMESON, Fredric (1984), «Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism», *New Left Review*, n.º 146.

VIARD, Jean (1998), *Réinventer les Vacances ; La Nouvelle Galaxie du Tourisme, Secrétariat d'État au Tourisme*, Direction du Tourisme, Paris.Press, Chapel Hill: 374-402.

AS COMUNIDADES CRIATIVAS, O TURISMO E A CULTURA

Os paradigmas do turismo dos anos 80 estão ultrapassados perante a emergência daquilo que se designou por «Turismo Criativo». As novas estratégias de regeneração urbana apontam para uma ligação e cooperação entre as 'indústrias criativas' e o turismo. O novo turista procura experiências autênticas, que proporcionem desenvolvimento pessoal e aprendizagem. A existência de recursos culturais e de património histórico não são condições obrigatórias ao desenvolvimento deste tipo de turismo, e estabelecem a fronteira com o turismo cultural. A cooperação entre o turismo e as indústrias criativas nem sempre é fácil, dado que apresentam abordagens distintas e por vezes conflituantes dos mesmos recursos. As principais estratégias de desenvolvimento das comunidades criativas são aqui apresentadas, assim como, as fórmulas mais utilizadas para o desenvolvimento do «Turismo Criativo».

Alexandra Rodrigues Gonçalves – ESGHT

INTRODUÇÃO

No presente artigo estabeleceu-se como principal objectivo sistematizar os desenvolvimentos mais recentes e descrever os resultados disponíveis sobre a investigação em turismo cultural, e em particular, sobre o «Turismo Criativo». Os elementos apresentados resultam fundamentalmente de uma leitura crítica de artigos científicos publicados desde o ano 2000, sobre as indústrias culturais e criativas, as novas abordagens de gestão para os espaços históricos e culturais (mais centradas na experiência e no visitante), mas também sobre as motivações de visita do turista cultural e as novas atracções turísticas e culturais emergentes.

Como fontes principais foram utilizados vários documentos oficiais internacionais onde se apresentam

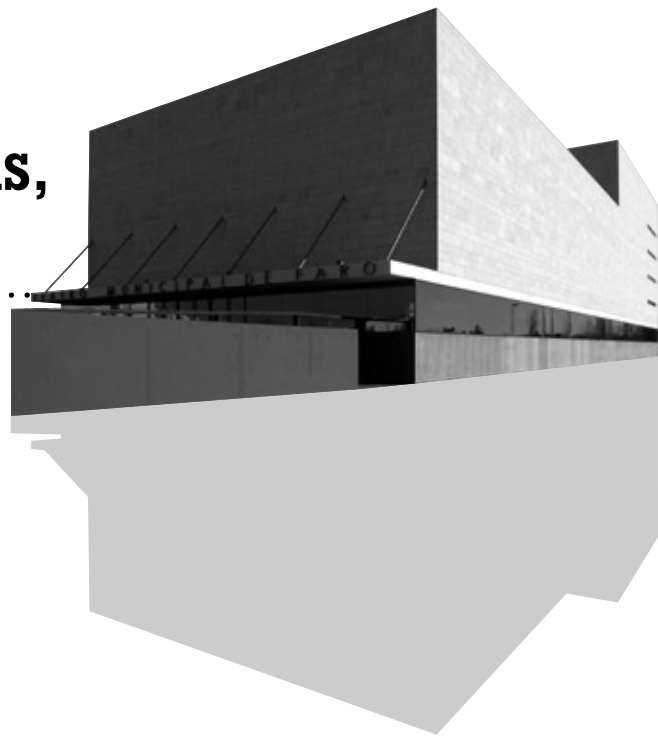
as políticas culturais de regeneração urbana e de turismo de várias comunidades e países, onde já se adoptaram as estratégias que de seguida passaremos a expor. Alguns dos estudos de caso referidos resultam de pesquisa *on-line*, em páginas electrónicas que incluem a promoção e a venda de produtos que vão ao encontro do nosso objecto de estudo (alguns dos quais surgem referenciados nos artigos científicos recolhidos).

Num breve enquadramento conceptual, gostaríamos de começar por reconhecer a importância que o turismo cultural assumiu a nível internacional, constituindo-se na actualidade como um dos segmentos que apresenta um maior e mais rápido crescimento no turismo global (OMT, 2001). De acordo com a Organização Mundial de Turismo este segmento apresenta mesmo uma

taxa de crescimento superior à média do turismo mundial. Associado a este crescimento encontra-se uma maior frequência das áreas urbanas e dos monumentos.

A cultura é desde tempos imemoriais uma motivação principal para viajar, sendo no entanto, a viagem cultural associada à «Grand Tour» do século XVI, que marca o desenvolvimento do que hoje se designa por turismo cultural e patrimonial (Patin, 1997). Por sua vez, as atracções culturais assumem um papel de crescente importância no turismo e tornaram-se locais obrigatórios de visita (MacCannell, 1976).

Uma análise atenta das estatísticas do turismo demonstra uma clara tendência para permanências mais curtas do turista e para uma maior fragmentação das férias. Têm vindo a ser desenvolvidos vários instrumen-



tos para gerir os fluxos turísticos nos locais patrimoniais com o objectivo de controlar, influenciar e mitigar os impactes dos visitantes. Em casos extremos, como é o caso das grutas de Altamira em Espanha foi colocada uma reprodução no local para permitir uma visita turística massificada.

À medida que a cultura é utilizada pelas cidades como forma de desenvolvimento económico e social, a proliferação de produtos de turismo cultural ameaça a transformação deste tipo de turismo num mercado massificado. Numa tentativa de sensibilizar os agentes locais, a OMT aponta a necessidade de uma melhor segmentação da oferta turística e a de gerar uma maior variedade de produtos de turismo cultural, assim como, o controlo da pressão naqueles locais patrimoniais mais visitados. A promoção de uma conservação integrada dos monumentos, museus e outros locais visitados pelos turistas, nomeadamente pela proposta de reforço de parcerias entre o público e o privado são algumas dessas propostas.

Alguns consumidores cansados de encontrar a reprodução em série de museus e monumentos em diferentes destinos começaram a procurar alternativas. O aumento do consumo especializado e a ênfase colocada sobre o desenvolvimento de capital cultural individualizado e da espiritualidade, na sociedade pós moderna, apontaram para um desenvolvimento de turismo criativo como sucessor do turismo cultural (Richards e Wilson, 2006).

Weiermair e Peter (2002) apontam os seguintes elementos principais como grandes determinantes do comportamento do «novo» consumidor:

Multiculturalização: aceitação e consumo de outras culturas conduzindo a alterações na “cultura quotidiana”, incluindo a absorção de outras dimensões culturais sobre a forma de aculturação.

Introdução das novas tecnologias de comunicação e informação em muitas esferas das nossas

vidas, incluindo a apresentação e interpretação da cultura nas suas diferentes formas de expressão.

Generalização de um comportamento internacional oposto à solidariedade, que se baseia num maior individualismo, com os indivíduos a desejar exercer maior controlo sobre as decisões que lhes dizem respeito.

Combinação do aumento de experiência de viagem com o aumento da idade, o que implica que o público que hoje viaja tem uma maior consciência dos padrões de qualidade e desejam em simultâneo ter opções de escolha e/ou combinações entre “novo” e “velho”, tradicional e moderno, activo e passivo, produtos e serviços autênticos, mas também derivados.

Maior número de “escapes” (mais frequentes e mais diversos) à rotina diária. Redução do período de estadia, o que implica que a intensidade de viagem tende a aumentar, os locais culturais e patrimoniais têm que ser visitados mais rapidamente e de forma mais eficiente.

Com frequência também acontece que o mesmo visitante combina experiências mais intensas de viagem com experiências mais “repousadas”, regra geral associadas com actividades relacionadas com a saúde (*wellness*).

As forças combinadas do crescimento do individualismo, fortalecidas pelas experiências de férias e viagens nacionais e internacionais, e pela saturação cultural, conduziram a que grande parte dos viajantes desejam ter férias, ou experiências de viagem, que sejam em simultâneo personalizadas e percebidas como “autênticas”.

Em muitos destinos as relações formais e informais entre os governantes locais e a indústria possuem um efeito considerável sobre a capacidade de atracção e de inovação do destino. A alteração dos processos governativos, onde a responsabilidade de desenvolvimento das políticas é cada vez mais partilhada entre o sector público e o sector privado, promovem um interesse crescente nas redes como

conceito organizativo para promover formas de actuação conjuntas (Dredge, 2005). Porter (1990) foi o principal preconizador da ideia que as redes ou os “clusters”² de interesses que formam coligações de acção colectiva, que se constituem como pré-condições para a inovação e para a capacidade de construção da comunidade.

A cultura, o património e o turismo assumiram-se neste repensar das estruturas sociais e económicas como instrumentos preponderantes da regeneração e revitalização de centros urbanos mas também do meio rural, e emergem de forma crescente como factores de desenvolvimento económico e social.

DESENVOLVIMENTO CULTURAL E COMUNIDADES CRIATIVAS

A diferenciação hoje não se consegue apenas pela cultura e pelo património cultural que se detém. Se verificarmos com alguma atenção, quase todas as cidades europeias possuem monumentos e museus; todas reconhecem que o seu património histórico e cultural deve ser conservado e preservado e todas apostaram em estratégias de regeneração urbana (total ou parcial, no último caso dos bairros históricos e culturais) que, muitas vezes, associam esse património ao turismo, como motores principais de desenvolvimento local.

A cultura e as «indústrias criativas» têm sido determinantes para a (re) produção e (re)criação dos espaços urbanos; podemos mesmo afirmar que alguns locais foram reconstruídos ou até concebidos propositadamente para o turismo e para o lazer.

É hoje relativamente comum assentar as estratégias de regeneração na construção de novos espaços temáticos ou no (re)desenvolvimento de antigos locais (ex. da EXPO 98). A arte pública também tem assumido um papel interessante na regeneração urbana, sobretudo em antigos espaços

industriais desactivados (vide Figura 1). Existem em Inglaterra, 6.500 milhas de ciclo via a fazer a ligação entre os centros urbanos e o meio rural, onde se incluem centenas de exemplos de arte pública ao longo da via (Mosedale, 2006). A arte pública funciona, fundamentalmente, como catalizador de um processo de regeneração urbana mais abrangente, estimulando a criatividade e melhorando a imagem da cidade e pode incluir desde mobiliário urbano, a projectos comunitários, a instalações temporárias ou até exposições.



fig 1: Graffiti como arte pública, Glasgow
Fonte: <http://www.geografiasdohiphop.blogspot.com/>

A necessidade das cidades e das regiões de serem criativas, pelo desenvolvimento de novos produtos esteve na origem de novas estratégias de regeneração e de dinamização do seu tecido económico e social. No decurso desta abordagem desenvolveu-se o conceito de **Turismo Criativo** (*Creative Tourism*), constituindo-se como aquele tipo de turismo que oferece aos visitantes a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação activa em experiências de aprendizagem que são características do destino de férias onde são levadas a cabo (tradução nossa a partir de Richards, 2001:65). Na verdade o turismo cultural por si só nem sempre consegue criar estas oportunidades, oferecendo uma experiência muito passiva e de contemplação, pelo que se afasta de um novo turismo que procura «a variation on traditional models of tourism, which appeals to tourists seeking the opportunity to have a

hands-on cultural experience outside of the normal sightseeing opportunities» (<http://creativecommons.ca>, 2003). Assim sendo, o elemento-chave deste tipo de turismo diz respeito à participação activa do indivíduo naquilo que se designa por experiência turística, e o abandono da “bolha turística” que mantinha o turista numa realidade artificial à parte, distante da comunidade receptora e numa atitude contemplativa (Urry, 1990).

A viagem emerge como uma oportunidade para desenvolver experiências pessoais, de auto-aprendizagem a partir de uma descoberta do mundo. Assim, o turismo criativo tem por base a criação de experiências que pressupõem uma participação activa e o envolvimento do consumidor na sua produção.

O que tem esta forma de turismo em comum com o modelo tradicional de turismo baseado no “sol e praia” que ficou conhecido como *fordismo* ou modelo dos 3 S’s (*Sun, Sea and Sand*)? Quase nada!

O advento do turismo criativo resulta de uma sociedade contemporânea mais instruída, mais exigente, mais experiente, mais independente. Algumas atracções culturais já reorientaram a sua oferta para estes “novos” públicos (ou para estas novas motivações e comportamentos), oferecendo oportunidades de lazer associadas à escrita criativa, à produção de artesanato local, aos *workshops* de música, aos ateliers pedagógicos, etc.

Tem-se verificado nos Estados Unidos da América um movimento generalizado por parte dos líderes da sociedade civil para encontrar novas estratégias de desenvolvimento económico com vista a construir “capital criativo”, e muitos centram a sua atenção na forma como o desenvolvimento cultural contribui para comunidades autênticas, vivas, criativas e com sucesso económico (Bulick et al., 2003b).

Um dos elementos que se considera mais relevante na discussão das “comunidades criativas” é a questão

da autenticidade. Aparentemente, as cidades de sucesso conseguiram a sua afirmação pela identificação e fortalecimento dos seus factores de diferenciação em relação a outros locais, pelo que não é imitável. Cada comunidade deve encontrar o seu caminho para o sucesso (Bulick et al., 2003b).

O capital criativo – a inovação e as novas ideias, os novos designs, os novos processos produtivos e de lazer - é para Bulick et al. (2003b) o combustível para o motor económico do século XXI.

As estratégias tradicionais de desenvolvimento económico regional, de que são exemplo, a disponibilização de terrenos, a construção de infra-estruturas, a oferta de incentivos fiscais para atrair empresas e criar emprego, devem ser suplantadas ou potenciadas por novas estratégias para atrair e reter indivíduos talentosos e as suas empresas.

Efectivamente, os modelos que estiveram subjacentes à construção de muitas cidades foram estritamente centrados nos aspectos económicos e arquitectónicos, esquecendo-se de considerar os aspectos da dimensão cultural. Isto conduziu-nos a cidades com densidades de construção muito elevadas e por isso também muito populosas, o que por sua vez, tem resultado em problemas de conflitos e exclusão social (e também de desordenamento, poluição visual e falta de sustentabilidade). A cultura pode assumir-se como um elemento de equilíbrio.

Quer o turismo, quer a cultura desempenham um papel fundamental no processo de criação da imagem, nomeadamente no que concerne à estetização das paisagens, assim como, na adequação do ambiente para dar resposta às necessidades dos consumidores (Richards e Wilson, 2005).

A imagem das cidades e das regiões baseia-se em elementos físicos, mas também se desenvolve a partir das experiências construídas em torno desses elementos, que geralmente se estendem à “cultura viva” e à atmosfera dos locais (Wilson 2002, cit in Richards e Wilson, 2005).

Existem vantagens reconhecidas a este tipo de oferta de experiências, em que o turista se assume como actor (a partir de Richards, 2001):

- a criatividade possui maior potencial para criar valor pela sua escassez;
- a criatividade permite aos destinos inovar e conceber novos produtos com maior rapidez, conseguindo estabelecer vantagens competitivas em relação a outros locais;
- a criatividade é um processo, pelo que, os recursos criativos são mais sustentáveis e infinitamente renováveis (veja-se o crescimento de festivais culturais e de arte por toda a Europa);
- a criatividade é móvel, podendo inclusive ser produzidos nalguns casos de forma virtual em qualquer local, sem que tenha que coexistir um número concentrado de recursos culturais e patrimoniais.

O turista quer experimentar os cheiros, os sabores, os sons, o toque

e promovem *workshops* interactivos entre o museu e os seus visitantes. Esta opção, conforme refere, não é fácil para as atracções culturais e para os destinos, pois pressupõe a escolha de narrativas e interpretações a partir dos visitantes, e não somente a partir de dados históricos e científicos.

Aquilo que se acusou o turismo de estar a fazer à cultura e ao património cultural – pelo processo de transformação em mercadorias estandardizadas (*commodification*) – deu lugar a experiências turísticas únicas e individualizadas. Numa economia de experiências³, o consumo passivo dos serviços culturais tenderá a modificar-se e a assumir-se de forma crescente como um tipo de consumo mais participativo, envolvendo interacção, aprendizagem e execução (vide Figura II onde procurámos sistematizar esta mutação).

O sucesso e emergência destas iniciativas estão associadas ao desen-

de emprego para que aí se fixem); **tecnologias** (as cidades devem ter uma alta capacidade de inovação tecnológica e a presença de universidades que promovam o conhecimento e que pela investigação, disponibilizem transferência de capital para as empresas e originem iniciativas de empreendedorismo); **tolerância** (o talento é atraído para locais que sejam cosmopolitas, inclusivos, abertos de espírito e culturalmente criativos). Neste último elemento, Florida (2002) propõe 3 índices para avaliar a tolerância da comunidade: “boémios”, “gay” e “emigrantes”.

Os exemplos mais paradigmáticos destas estratégias criativas apontam para as cidades inglesas pós-desindustrialização: Sheffield, Birmingham, Glasgow, são as referências mais comuns. Podemos referir também Barcelona ou Bilbao. No entanto, este movimento está em crescendo e em 2003, no Estado de Ontário (Canada) foi concebido

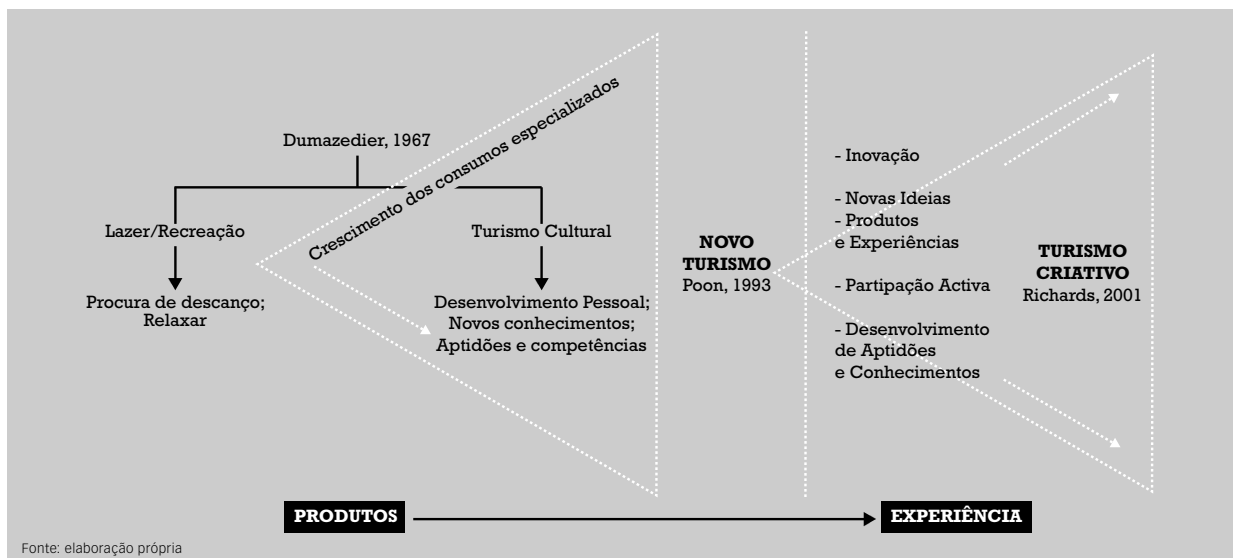


fig 2: A emergência do «Turismo Criativo»

de uma cultura. Quem é que lhe irá fornecer estas experiências? Algumas atracções culturais começam a orientar-se para os seus visitantes. Richards (2001:66) refere a título de exemplo, os museus que se assumem cada vez mais como «fábricas de significados»

volvimento de estratégias de desenvolvimento local que tornem as regiões atractivas à criação e fixação das indústrias culturais. R. Florida (2002) aponta três factores principais: **talento** (têm que existir pessoas relacionadas com as actividades criativas e oportunidades

um projecto intitulado “Creative City Network of Canada” (2004-2006) e que tem por base uma organização de pessoas que trabalham nas entidades municipais de 6 cidades do Canada nos domínios da cultura, do património, das artes em geral, mas também no

planeamento, no desenvolvimento e no apoio, e que têm a responsabilidade de desenvolver e promover experiências associadas a estes domínios, das quais podemos referir como exemplo, os *workshops* para fazer artesanato local (cestaria) ou para aprender os segredos da cozinha regional (<http://creativecommons.ca>, 2003).

Já em 1999 a entidade responsável pelo TWA (*Tourism Western Australia*) promovia testes aos níveis de interesse dos turistas que visitavam a Austrália, em relação a propostas de viver experiências relacionadas com a cultura Aborígene.

Nos EUA, os exemplos de cidades que adoptaram as artes e a cultura para se reinventarem e revitalizarem as suas economias multiplicam-se. Podemos referir o exemplo de Philadelphia que, na década de 90, apresentava índices de estagnação e de envelhecimento na população, e de fuga para outros locais da população mais jovem, associados a taxas de emprego inferiores à da região. Determinaram a cultura como elemento principal para a revitalização das áreas abandonadas e criaram para o efeito a *Cultural Alliance*, que congrega um conjunto de 270 organizações sem fins lucrativos com o objectivo de aumentar a notoriedade, a participação e o suporte às artes e à cultura na região, e assume a responsabilidade do planeamento da cultura e das artes na região da Philadelphia.

Em 2003 na Nova Zelândia, pelas mãos de um dos "pais" do conceito de «Turismo Criativo» nasceu a organização «Creative Tourism» (Raymond, 2006). C. Raymond e G. Richards perspectivam o turismo criativo como um desenvolvimento do turismo cultural, reconhecendo que o turista da actualidade procura um envolvimento activo com as populações locais e os seus costumes e tradições, procuram também «learning by doing». O novo turista é alguém que procura a sua realização pessoal pelo desenvolvimento de novas aptidões e que deseja interagir com as populações locais.

Raymond promove através da sua empresa alguns workshops criativos para os visitantes da Nova Zelândia que incluem: «Maori culture and traditions»; «New Zealand Art and Crafts»; «New Zealand fibre and woolcraft»; «New Zealand flora and fauna»; «New Zealand Cuisine». Possui para este efeito uma equipa de pessoal com uma formação abrangente nos domínios das artes, da cultura, do património, da geografia e da gastronomia (Raymond, 2006). Um dos lemas deste criador é: «I hear and I forget, I see and I remember»; os estudos de marketing revelam ainda que a retenção de informação e a criação de memórias é ainda maior quando se executa, quando se experimenta a actividade. Verificamos assim que hoje, aquilo que os nossos antepassados faziam para subsistirem, como por exemplo, imigrarem para ir um Verão apanhar lúpulo para a Inglaterra e serem remunerados para o efeito, pode constituir-se como uma experiência turística pela qual este turista está disposto a pagar um bom preço.

Em Outubro de 2006 realizou-se em Santa Fé, no México "The Creative Cities Planning Summit", com o objectivo de definir estratégias conjuntas para revitalizar a economia turística e desenvolver o conceito de «turismo criativo» (<http://www.freewmexican.com/news/51274.html>, 2006). A presidente da autarquia local em declarações à imprensa referiu que este tipo de turismo pressupõe o envolvimento com a comunidade local, uma aprendizagem da cultura de forma experimental.

DEBATES CORRENTES

Os debates actuais associados ao turismo, à criatividade e às cidades têm-se centrado nos seguintes pontos principais (Mosedale, 2006):

1. Teorias da criatividade
2. Indicadores de desempenho e espaços
3. Aspectos culturais, sociais e económicos do turismo criativo e dos espaços de lazer

4. Relações sócio-espaciais do turismo, do lazer e da criatividade

5. Políticas culturais das cidades

6. Turismo, políticas de lazer e criatividade

7. Teoria das políticas urbanas e, políticas de turismo e lazer

8. Turismo criativo e locais de lazer - festivais, espectáculos, centros desportivos, galerias de arte, museus

9. Criatividade, turismo e lazer, exclusão e marginalização

10. Espaços urbanos, criatividade individual, turismo e lazer

11. Lazer e criatividade em geral

Alguma discussão também tem existido em relação ao que se deve considerar como englobado no conceito de «indústrias criativas», bem como, em relação aos instrumentos a utilizar para a quantificação e a medição do peso que as indústrias culturais e criativas possuem sobre a economia (idem, ibidem). Segundo Richards (2006) as indústrias criativas incluem a moda, o design, o cinema, a multimédia em geral e o entretenimento, propondo para o conceito de «Turismo Criativo» a inclusão do turismo cultural e patrimonial em geral, das artes, e dos estilos de vida (costumes e tradições, gastronomia, folclore, etc.).

Paul Jeffcutt (*cit. in* Mosedale, 2006) reconhece que as dinâmicas das «indústrias criativas» são complexas e representam um desafio considerável para os investigadores e para os responsáveis políticos sobretudo na conceptualização e operacionalização do seu desenvolvimento. As inter-relações que este tipo de estratégia envolve numa região são inúmeras e englobam agentes de diferentes sensibilidades que nem sempre são fáceis de consensualizar. Como aspecto mais positivo desta relação apontamos o reconhecimento unânime, pelos investigadores e estudiosos do fenómeno turístico, da cultura e do património como matérias principais na gestão e planeamento do turismo (Costa, 2005; Gonçalves, 2003; Gunn, 1994; Inskip, 1991; entre outros).

ESTRATÉGIAS ASSOCIADAS ÀS «INDÚSTRIAS CRIATIVAS» E AO TURISMO

As cidades para criar uma imagem diferenciada e atrair turistas têm-se centrado em quatro grandes opções estratégicas de regeneração associadas às indústrias criativas e ao turismo (a partir de Richards e Wilson (2005):

Criação de Estruturas/Equipamentos ícone: criação de ícones arquitectónicos para atrair visitantes (ex. Museu Guggenheim em Bilbao).

Mega Eventos: promoção de grandes eventos como os Jogos Olímpicos ou as Capitais Europeias da Cultura.

Tematização: criar um tema como base para uma narrativa (Idade Média; Ordens Religiosas; Ano de Mozart).

“Exploração” do Património Cultural : utilização dos vestígios do passado para desenvolver o turismo (Pompeia; Bruges; Évora).

Pode-se igualmente constatar que o modelo de desenvolvimento urbano de algumas cidades (pelo seu sucesso) esteve na origem de um movimento internacional de imitação: Baltimore (desenvolvimento da Frente Ribeirinha); Bilbao (desenvolvimento a partir do museu-ícone); York (exploração do passado); Barcelona (estratégia de regeneração conduzida pelos eventos); são algumas das referências citadas por Richards e Wilson (2005).

Estas estratégias têm, no entanto, gerado algum criticismo pelos custos que envolvem e por serem imitação de outras, pelo que será necessário criar modelos alternativos.

Evans (2007) numa abordagem crítica à emergência deste novo paradigma procurou sistematizar aquilo que identifica como caracterizador das comunidades criativas, estabelecendo desta forma as fronteiras com as comunidades/cidades culturais. Assim, segundo este autor, a comunidade criativa reunirá uma ou mais das seguintes características (idem, ibidem):

- Cultura cosmopolita
- Consumo e produção criativa

- *Clusters* criativos
- Classe criativa - «Novos boémios»
- Mercados de Arte e comercialização de artefactos culturais
- Vantagens comparativas
- Cidade do design

De salientar que Evans (2007:10) aponta também para a necessidade de estratégias de marketing individualizadas e para novas formas de cooperação baseadas em projectos.

Por sua vez, Richard e Wilson (2005) identificam três formas de reconversão do turismo cultural tendo em vista a criatividade:

1. A promoção de **«espectáculos criativos»**- actividades criativas que servem de base a experiências turísticas mais passivas.

2. O desenvolvimento de **«espaços criativos»**- espaços demarcados povoados por indivíduos que se dedicam a actividades criativas, que num primeiro momento informalmente conseguem atrair visitantes. Estes espaços tornam-se atractivos quer emocionalmente quer visualmente sedutores e, regra geral, atraem quer turistas culturais, quer turistas de fim-de-semana.

3. A participação dos turistas em **«actividades criativas interactivas»** - quando os turistas eles próprios participam nas actividades criativas, envolvendo-se em experiências turísticas criativas. Pode resultar da convergência entre os espectáculos e os espaços criativos.

Os espaços criativos são normalmente vazios de ideias/temas fixos, pois são espaços multi-funcionais e podem ser flexíveis às narrativas particulares. Em cidades como Roterdão, Manchester e Barcelona estes espaços reúnem um conjunto de residentes permanentes associados ao desenvolvimento de determinados *clusters*. Em várias zonas rurais houve também tentativas de desenvolvimento de *clusters* criativos a partir de designers e produtores de artesanato que têm estado na origem de fluxos de turismo cultural. Em Barcelona, a cozinha é

uma atracção principal, oferecendo-se após uma visita guiada ao mercado “La Boqueria”, a oportunidade de cozinhar com um professor famoso e, com a ajuda do grupo, dois pratos e uma sobremesa típicas da cozinha regional Catalã (Richards e Wilson, 2005).

Também na Irlanda do Norte, já se disponibilizam experiências criativas aos turistas associadas a visitas a castelos, a aventuras fotográficas e a trilhos de descoberta do património (<http://www.creativetourism.net>, 2006).

R. Florida (2002) identificou a emergência de uma classe criativa e aponta como um dos grandes responsáveis pelo consumo criativo a necessidade de auto desenvolvimento e daí a procura de experiências que proporcionem aprendizagem.

Estes “produtos” dão resposta ao desejo de inovar, criando propostas distintas que vão ao encontro de necessidades específicas dos consumidores (ou melhor, dos turistas). Segundo, Richards e Wilson (2005) estas ofertas parecem servir como antídoto para uma reprodução em série que tem sido desenvolvida pelos destinos turísticos e emerge como uma nova forma de envolvimento por parte do turista.

Por sua vez, o «Turismo Criativo» depende largamente de um envolvimento activo dos turistas já que pressupõe uma interacção reflexiva da sua parte. Richards e Wilson (2005:3) referem como fundamental para o desenvolvimento do «Turismo Criativo», conseguir-se proporcionar um contexto em que a experiência não só se torna um espaço de aprendizagem, mas também se traduz numa transformação do “eu”.

No conceito de «Turismo Criativo» o mais importante para os responsáveis pela gestão é que a criatividade deve ser um atributo do processo de produção, assim como do processo de consumo. Por outro lado, também é desejável que a criatividade local esteja associada aos mercados globais, por exemplo, através de ícones e temas globais (Richards, 2006) (e.g.

Descobrimientos, em Portugal; Gaudí, em Barcelona).

Uma das medidas a concretizar para que estas "cidades criativas" promovam o desenvolvimento de clusters associados ao turismo e à cultura e para que sejam uma realidade em Portugal tem que ver com «o desenvolvimento de sistemas organizacionais que tragam as organizações culturais para o centro do processo de tomada de decisões (...)» (Costa, 2005:294), no que ao turismo diz respeito.

CONCLUSÃO

A relação entre a criatividade e o turismo ainda está a dar os primeiros passos, mas possui na nossa perspectiva, um grande potencial de desenvolvimento em face da emergência de novas necessidades de lazer, da crescente necessidade de reinvenção das economias, dos novos consumos, das novas tendências de regeneração urbana.

Subsiste-nos uma questão principal: Porque continuamos a recusar estratégias para o desenvolvimento do turismo assentes nas dinâmicas culturais e patrimoniais? O que esperam os agentes culturais para cooperar com os do turismo no sentido de tornar o Algarve uma região criativa?

Por um lado, parece-nos que já reunimos algumas das condições apontadas para construir a criatividade

de na nossa comunidade e, por outro lado, acreditamos que existem claras vantagens competitivas na região para a afirmação de uma estratégia baseada nestes elementos. Não será este o momento de renovar a estratégia de desenvolvimento regional a partir destes vectores: Turismo, Criatividade e Cultura (no seu sentido mais abrangente)?

A nível internacional este movimento, que se começa a generalizar - de desenvolvimento de estratégias criativas de regeneração dos tecidos económicos e sociais, a partir da cultura e do turismo -, poderá ter raízes, num Estado menos interventor, em políticas mais liberais, no incentivo ao empreendedorismo e ao auto emprego, para além de outros fenómenos sociais, que deverão ser identificados por investigação científica a promover. Também terão contribuído as iniciativas como as Capitais Europeias da Cultura e a necessidade de recuperação das cidades pós industriais, associados a um aumento dos níveis de educação da população e da percentagem de empregos associados às artes e à cultura.

Para que este tipo de turismo possa ser uma realidade é fundamental que a sociedade civil e os agentes responsáveis pelas políticas de desenvolvimento do destino turístico estabeleçam uma política de turismo cultural e envolvam todas as partes interessadas, de

forma cooperativa e activa. Devem ser desenvolvidos programas de sensibilização da comunidade para educar o público acerca dos benefícios do turismo e como podem eles efectivamente participar nos programas turísticos, assim como, a sua responsabilidade como receptores de turismo.

.....

1 Sobre a definição de turismo cultural e a discussão em torno do conceito (e porque não se estabeleceu como um objectivo do presente artigo), remetemos para a nossa obra publicada Gonçalves, M.^a Alexandra (2003) O património cultural nas cidades como oferta complementar ao produto 'sol e praia' no Algarve, colecção «Temas de Turismo», Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo/GEPE/Ministério da Economia.

2 Termo utilizado para se referir a conglomerados ou concentrações geográficas de empresas interligadas que actuam num mesmo sector de fornecedores especializados, provedores de serviços e instituições associadas, tendo em comum, além da localização, a contribuição para o desenvolvimento de produtos dessa região. São norteadas por princípios como a cooperação, a complementaridade, o senso de comunidade e a competição.

3 B. Pine e J. Gilmore (1999), *The Experience Economy*. Harvard University Press, Boston.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.....

- BULICK, B. e A. Canzonetti (eds.) (2003a), *Monograph*, [on-line] Disponível em: <http://www.AmericansForTheArts.org>, 13/11/2005.
- BULICK, B., Coletta, C., Jackson, C., Taylor, A., e Wolf, S. (2003b), «Cultural Development in Creative Communities». *Monograph*, [on-line] Disponível em: <http://www.AmericansForTheArts.org>, 13/11/2005.
- COSTA, C. (2005), «Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)», in *Análise Social*, vol. XL (175): 279-295.
- DREDGE, D. (2005), «Policy Networks and the local organisation of tourism», *Tourism Management*, [on-line] Disponível em: <http://www.sciencedirect.com>, 30/11/05, 12p.
- EVANS, G. (2007), *Creative Spaces, Tourism and the City*, [on-line] Disponível em: <http://www.creativeclusters.com>, 03/01/07, 15p.

- FLORIDA, R. (2002), *The Rise of the Creative Class: And How It is Transforming Work, Leisure, Community and Every Day life*, Basic Books, Nova Iorque.
- GUNN, C. (1994), *Tourism Planning*, (3ª edição) Taylor and Francis, Nova Iorque.
- INSKEEP, E. (1991), *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*, Van Nostrand Reinhold, Nova Iorque.
- OMT (2001), «Cultural Heritage and Tourism Development», *A report on the international conference on Cultural Tourism*, Madrid, pp.85-102.
- OMT (2004), *Tourism Market Trends 2003 Edition: world overview and tourism topics*, WTO, Madrid.
- MacCANNELL, D. (1976), *The Tourist: A New Theory of the leisure Class*, Schocken Books, Nova Iorque.
- MOSEDALE, J. (2006), «Tourism, Creativity and the City», [on-line] Disponível em: <http://www.sogaer.ex.ac.uk/geography/tourism/gltrg/Events/London/creativity.html>, 12/12/06], última actualização em 20/03/2006.
- PATIN, V. (1997), *Tourisme et patrimoine en France et en Europe*, La Documentation Française, Paris.
- POON, A. (1993), *Tourism, Technology and Competitive Strategies*, CAB, Oxford.
- PORTER, M. (1990), *The Competitive Advantage of Nations*, MacMillan, Londres.
- RAYMOND, C. (2006), «Creative Tourism», [on-line] Disponível em: http://www.creativetourism.co.nz/aboutus_ourstory.html, 20/12/06.
- RICHARDS, G. (2001), *Cultural Attractions and European Tourism*, CABI Publishing, Oxon.
- RICHARDS, G. (2002), «From Cultural Tourism to Creative Tourism: European Perspectives», in *Journal Tourism*, vol. 50, nº 3, pp.235-248.
- RICHARDS, G. e J. Wilson (2005), «Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture?», in *Tourism Management*, [on-line] Disponível em: <http://www.sciencedirect.com>, 30/11/05, 15 p.
- RICHARDS, G. (2006), «Turismo cultural en Europa: realidad y desafios», [on-line] Disponível em: http://www.World-tourism.org/members/affiliate/eng/seminars/malaga2006/Greg%20Richards_ing.pdf, 30-11-06.
- WEIERMAIR, K. e Peters, M. (2002), «Innovation and Innovation behaviour in hospitality and tourism: Problems and Prospects», in *Tourism in Asia: Development, Marketing and Sustainability - Fifth Biennial Conference*, Hong Kong, pp. 600-612.
- URRY, J. (1990), *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Society*, Sage, Londres.
- URRY, J. (1996), «How societies remember their past», in *Theorizing Museums*. Editors Sharon MacDonald e Gordon Fyfe. Londres, 45-65.

OUTROS ENDEREÇOS ELECTRÓNICOS CONSULTADOS NA INTERNET

-
- <http://www.creativetourism.net>, [on-line] 20/12/2006.
- <http://www.freenewmexican.com/news/51274.html>, [on-line] 20/12/2006.
- <http://www.geografiasdohiphop.blogspot.com/>, [on-line] 20/12/2006.

OUTRA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

-
- CABRINI, L. (2002), «Cultural Heritage and Tourism Development», in *A Report on the International Conference on Heritage, New Technologies and Local Development*, OMT, Madrid (doc. policopiado).

CLIL: THE POTENTIAL OF MULTILINGUAL EDUCATION

CLIL (Content and Language Integrated Learning) is an educational approach to language learning promoted by the EU Commission to develop multilingual European citizens. The approach has rapidly spread in different forms throughout Europe, mainly as a teacher-led phenomenon. The CLIL approach is also being introduced into Higher Education to meet the needs of rapid internationalisation in European universities. This article provides a brief overview of how CLIL is being implemented, and discusses some of the issues that are currently the subject of debate, focussing mainly on the questions surrounding the CLIL teacher. It concludes with a description of a project for CLIL teacher qualification being developed at the University of Venice.

Geraldine Ludbrook - University of Venice, Italy

INTRODUCTION

In its *Framework Strategy on Multilingualism* (2005), in response to the 2002 EU Heads of State meeting in Barcelona, the EU Commission adopted the long-term objective of increasing «individual multilingualism until every citizen has practical skills in at least two languages in addition to his or her mother tongue» [COM (2005) 596, part II.1.1] for the aim of promoting «unity in diversity: diversity of cultures, customs and beliefs – and of languages» (part I.1). In the section on the Multilingual Economy, the European Commission is clear on the rationale underlying EU language needs: «There is some evidence that European companies lose business because they cannot speak their customers' languages»; «For the Single Market to be effective, the Union needs a more mobile workforce. Skills in several languages increase opportunities on the labour market»;

EU consumers need to be able to read product packaging in different languages so as to be able to «choose from a wide variety of products from all Member States» [COM (2005) 596: 9-10]. The document also discusses the *i2010* initiative to encourage multilingualism «to foster growth and jobs in the information society» and the professional needs of the language industry in Europe.

One of the proposed key areas for action in education systems and practices resulting from these new needs for multilingualism is CLIL (Content and Language Integrated Learning), an educational practice that is rapidly moving into mainstream education in Europe. The term CLIL was adopted in 1994 as a generic «umbrella» term to refer to «diverse methodologies which lead to dual-focussed education where attention is given both to topic and language of instruction. It is used to describe any educational situation in

which an additional (second/foreign) language is used for the teaching and learning of subjects other than the language itself» (Marsh *et al*, 2005: 5). CLIL may be used in short thematic modules using the L2 for relatively little time within a curriculum, or it may involve much greater percentages of the curriculum, as in International Baccalaureate schools or schools which offer half the curriculum in L2. CLIL is a very European-oriented approach and, even though it has developed differently in different European countries, the pan-European networks that have been set up give the approach a single educational framework. The most frequently used languages in CLIL are English and French, followed closely by German. The content subjects most commonly taught are History, Geography and Social Sciences; Mathematics and Biology are also taught in some countries.

The CLIL movement has devel-



oped throughout schools in Europe with differing rates of application, and various models of CLIL have developed in different countries to meet quite different needs. In northern Europe, in Finland and Sweden in particular, CLIL has been part of mainstream education since the late 1980s/early 1990s and has particular focus on the professional sector. In Finland, since 1991, teachers in state schools can use a foreign language (mainly English) to teach any school subject. In Sweden there are two different forms of CLIL: the first introduces the foreign language gradually, beginning with one subject and then extending it to others, while the second approach begins immediately with a full immersion in the foreign language.

Not all northern European countries, however, have such an interest in introducing CLIL. In England, for example, there seems to be no widespread interest except in elite settings such as European Colleges, although the Content and Language Integration Project (CLIP), hosted by the National Centre for Languages (CILT), is monitoring a number of foreign language projects aimed at ages 7 to 16, which include the integration of French in the primary curriculum. The University of Nottingham and Leeds Metropolitan University carry out research into CLIL and offer CLIL teacher training and development courses, as does the Norwich Institute for Language Education.

In Central Europe not only are there a great number of border areas in which two languages are used within the education system, there also is a much higher interest in the new opportunity to bring multilingualism into mainstream education. In Germany, for example, there is a tradition of bilingual French-German education that began with an agreement between the two countries signed in 1963. and, since the mid 1990s, bilingual programmes in many other language have been introduced. In France, besides this bilateral agreement, since 1991 many schools have introduced

European sections where students are given two years' intensive training in the foreign language before it is used to teach a content subject. In Austria, English has for many years been used to teach subjects in technical schools within the *Englisch als Arbeitssprache* project, in addition to the bilingual education used in border areas. Curiously, although Belgium is officially a trilingual country, government policy has been to avoid the issue of bilingual education except in the case of children of immigrants for whom a kind of immersion programme is in place.

In southern Europe, whereas some countries – such as Portugal and Greece – have introduced little or no CLIL, others have widely introduced the approach. In Spain in particular a working paper published in 2005 (Quality Education For All and Between All: Proposals for Debate) set out government policy to see students fluent in two languages by the end of secondary school, on top of Castilian and, in some regions, the official language of that region (Catalan or Basque, for example). A pilot CLIL programme introduced almost ten years ago, in partnership with the British Council, is now being extended to bilingual centres within state schools to provide the teaching of a series of subjects and primary and secondary level in a foreign (English) language (Kessler, 2005).

In recent years, CLIL in Italy has grown to promote local minority (heritage) languages, especially in the three autonomous border regions: Valle d'Aosta, Trentino Alto Adige, Friuli Venezia Giulia, which have, for historical reasons, maintained strong linguistic ties with the German, French and Slovene languages, respectively. Increasingly, since the introduction in 2000 of a ministerial project (*Progetto Lingue 2000*) for the development of foreign language education, module-based CLIL instruction in English, German French and Spanish has been developed within various European projects and is currently being piloted

in schools throughout the country. More recent educational reforms intend to introduce compulsory teaching of a subject in English in the final year of secondary school throughout Italy.

A more detailed overview of the various forms of bilingual education, including CLIL, can be found in Coonan, 2002, Marsh, 2002, and Wolff, 2005.

Since the Bologna Agreement, and the introduction of the European Credit Transfer System, as well as the Erasmus and Socrates exchange programmes for students and teachers, the EU policy on language learning and CLIL has also been extended to Higher Education. Over the past 20 years, the presence of increasing numbers of international students and faculty staff, as well as the dominance of English as a *lingua franca* in the international academic world, have brought about important language policy changes in most universities throughout Europe. Although EU policy explicitly states that the aim is for all EU citizens to have two foreign languages in addition to their mother tongue, and the school system, to a degree, attempts to maintain a multilingual approach, English is by far the most widely used language at university level. In some countries, Turkey for example, English medium universities have existed for decades. In others, two different models tend to be followed. In the first – which is mainly used in Finland and The Netherlands – a percentage of a certain course is taught consistently in English throughout; in the second, widely used in countries where secondary education is not yet able to provide sufficient English proficiency, the amount of English used increases over time as the course programme continues.

In 2002, the Academic Co-operation Association produced a report on English-taught programmes in European universities (*English Language-Taught Degree Programmes in European Higher Education*, Maiworm & Wächter, 2002). The survey revealed that most of the English-medium teaching takes

place in northern Europe, a certain amount in the central European countries, such as Hungary, and little or none in southern Europe (however, this situation is changing rapidly). The three countries that most use English in higher education are Finland, The Netherlands and Germany. In The Netherlands, Maastricht University decided as early as 1996 to become a bilingual university to cater for foreign students, providing courses in both Dutch and English; yet the «bilingual» nature of this programme has been altered as certain faculties, economics for example, now offer instruction only in English (Ritzen, 2004). In Finland, some short university courses began to be offered in English in the late 1980s, both to train Finnish students for work in an international environment and also to meet the needs of international students; today about 5 to 10% of university courses are taught in English, the biggest portion in higher education in Europe outside English-speaking countries. Meanwhile, the polytechnics in Finland have been teaching most of their courses entirely in English since the early 1990s (Lehikoinen, 2004). In Germany, the 16 Länder each have considerable autonomy in terms of language policy, so no single national policy exists. German universities have a decades-long policy of co-operation with developing countries and to cater for the needs of the international students who choose to study in Germany, a model of decreasing English instruction is commonly used, where students can start their studies using English, but are expected to master sufficient German to complete their studies in this language after a couple of years in Germany (Nastansky, 2004).

CLIL: SOME CURRENT ISSUES

CLIL learners

As CLIL gathers momentum, various issues are emerging that are the focus of debate and research. Although families generally express satisfaction

at CLIL experiences, some reservations come from the parents of young learners who fear that too much exposure to a second language may lead to neglect of the child's first language; other doubts concern whether learning a subject through another language might slow down or impair the learning of the main content. CLIL experts reassure that the natural use of a second language in the classroom, «learning by using the language», can only have a positive impact on a child's thinking processes (Marsh, 2000), and research on early immersion bilingual programmes has shown that not only do these problems generally not arise, but through a dual focus on language awareness and subject content learners actually acquire a greater understanding of their own language (Lambert 1990: 216). In addition, in relation to achievement in academic domains (mathematics, science and social studies), research has shown that in bilingual programmes students «generally achieve the same levels of competence as comparable students in (first language) programs» (Genesee, 2003 cited in Marsh, 2002:77).

The presence of two languages in the educational setting does nevertheless complicate the already complex interaction between students and teachers. In educational settings that promote bilingual education, a certain balance in the use of both languages is implied: «True bilingual education requires the full use of *both* languages as vehicles of culture and instruction» (Titone, 1979: 39). This is the case, for example, in national schools operating on foreign soil that seek certification in both in the host country and in the home country. Or in schools operating in bi- or tri-lingual settings in border areas, where L2 (or L3) of the dominant culture is balanced with the L1 of the minority language group (see Leung, 2005, for the example of the trilingual schools in the Ladin Valleys in South Tyrol).

In the CLIL classroom, such a balance between L1 and L2 neither exists

nor is expected to exist. At its most dominant, several subjects may be taught to large groups of students over a period of several years, as is the case in some schools in Finland. However, nearly all CLIL teaching is organised on a modular basis, in which certain specific subjects are taught in L2 for a very limited number of hours over a restricted period of time.

The level of L2 proficiency the learners' are expected to achieve will therefore also vary considerably. Although the aim of bilingual instruction is native-like competence, findings have shown that the receptive skills of early immersion students reach native-speaker level and later immersion students consistently surpass comparison groups who have received foreign language instruction. As CLIL learners share some characteristics of late immersion students (they are often young adult learners with some foreign language experience who gradually move into a more extensive L2 learning environment), they might be expected to achieve similar high levels of proficiency. And yet the 2004-2006 Action Plan (2003: 8) specifically states that «native-speaker» fluency is not the objective of CLIL instruction; what is aimed at is to develop «effective communicative abilities» focusing on active skills rather than passive knowledge, aiming at «appropriate levels of skill in reading, listening, writing and speaking in two foreign languages» - yet no definition of «effective communicative abilities» or «appropriate level» is provided. Thus the level of L2 proficiency CLIL learners are expected to reach is explicitly below native-speaker competence – communication skills combined with academic language skills – matching much more closely the skills acquired by FL or SL learners.

Possibly one of the most essential distinctions between «traditional» forms of bilingualism and the CLIL approach is that in CLIL, the use of two languages takes place in a single contact area: the CLIL classroom. The CLIL learner

has no regular contact with L1 users of the language s/he is working in (see Mackey, 2000: 34-5 for a description of some of the areas of contact and pressure – economic, historical, cultural etc. – normally associated with bilingualism). Language use within a single domain deprives the language user of a whole series of role-relations and situations that make up language behaviour in multilingual settings (see Fishman, 2000). It would thus seem that the L2 in the CLIL learning setting firmly remains a foreign language, making research into foreign language acquisition also seem relevant to this field.

Yet, there are some definite advantages to be had from the CLIL classroom environment. Both teachers and students are non-native speakers of the foreign language used for instruction and share their native language, so teachers have a clear notion of their learners' weaknesses. In addition, CLIL learning is clearly confined to the educational domain; it does not carry the same implications for identity as the more traditional examples of bilingualism we have examined above. The common language status of teachers and students may therefore aid the co-construction of meanings and contexts through joint participation in the CLIL classroom.

It may be interesting at this point to look at the study carried out by Nikula comparing the use of L1 and L2 in EFL and CLIL classrooms (Nikula, 2005). In the EFL classroom, she found that the teachers invariably switched to Finnish when teaching grammar, even if they had previously been teaching in English, and that Finnish was extensively used as the language of classroom management. Teachers used English instead for talk relating to teaching materials (textbook chapters, completing exercises and dealing with listening comprehension tasks). In CLIL classrooms, on the other hand, the situation was «dramatically different»: the one-language policy was strictly adhered to by teachers and students

alike, even for organisation and discipline. Whereas in the EFL classroom students tended to use Finnish for off-record discourse, in the CLIL classroom students constantly used English when working together in small group and pair work. Finnish was used most often only momentarily to clarify the meanings of individual concepts.

A further interesting aspect of the CLIL classroom dynamics, compared to those of the FL/SL classroom, is the degree of student involvement in the language setting and how they themselves use the L2. Butzkamm (1998) noticed in his CLIL classroom observation that turn-taking generally tended to be teacher-initiation, student-response, teacher-feedback, typical of teacher-student dialogue in FL situations. Rarely did students initiate interaction, nor did they tend to use L2 amongst themselves. In other words, the classroom discourse tended towards detachment rather than involvement. (It must be added, at this point, that Butzkamm's study is limited to the observation of only one lesson.)

Quite different are the findings reported by Nikula (2005), whose more extensive study of CLIL classrooms in Finland showed clearer signs of student involvement. In these classrooms, students voluntarily use English even in non-curricular activities; more importantly they seem to engage more also in instructional talk. This may be explained by various aspects: the CLIL classroom activities observed by Nikula tended to be more student-centred group or pair work, or practical activities such as experiments in science lessons. Yet she found that also in teacher-fronted situations CLIL students more readily asked questions or initiated participation. She suggests that student feedback shows that the absence of explicit monitoring of language skills in the CLIL classroom may have a «liberating» effect, although the fact that CLIL education tends to attract more talented students also may play a part.

The CLIL teacher and teacher training

The development and introduction of CLIL over the past 10 to 15 years has led to a rapidly-growing «grass-roots» movement in which teachers have played an active part in experimenting with the new methodology. As a direct result of the policy for the development of multilingual European citizens, the European Commission's recent Action Plans, in the section devoted to Life-long Learning, have provided funding for trans-national projects for the development of CLIL methodologies. Schools have received funding to introduce CLIL, teachers have been involved in exchanges for foreign language development, numerous projects have been set up for the development of new materials, involving both subject and foreign language teachers. The European Eurydice Unit and Network has been launched to gather and disseminate information on the availability of CLIL in European education and training systems (COM (2003) 449, part I, 2.5-7), as the Commission invites Member States «to implement the Conclusions of the Luxembourg Presidency concerning CLIL, including raising awareness of the benefits of this approach, exchanging information and scientific evidence on good CLIL practice and specific training for teachers» (part II.3). The sitography at the end of this paper provides links to some of the pan-European projects.

For teachers and administrators, the most pressing issues to be dealt with are related to the implementation of the CLIL approach. An initial problem is that of the development of suitable teaching materials. One of the main claims of the CLIL approach is that it makes authentic use of authentic materials to carry out authentic tasks. However, as most CLIL programmes have to follow national curriculum requirements, this leaves the responsibility for the development of teaching materials with suitable content largely up to the individual teacher, who must

take into consideration a series of features: the level of the language, the subject content and how to provide suitable language support to aid comprehension, as well as the design of activities able to assimilate concepts and develop competences. Co-operation between subject and foreign language teachers is essential, but it is time-consuming and requires considerable commitment. The development of national and pan-European networks, in particular the Comenius project, have played an important role in aiding teachers in this aspect of CLIL, as have projects of teacher exchange in which teachers have visited and job-shadowed colleagues in other countries. The demands on CLIL teachers are nonetheless onerous.

A second, and much more complex issue is that of the role of CLIL teachers and their training. It is already clear from the above discussion that the CLIL teacher plays a fundamental part in this largely teacher-led movement. And it is precisely in the role of the teacher that the essential difference between CLIL and other «traditional» forms of bilingualism lies.

Teachers in privileged bilingual educational settings are generally bilingual or multilingual. In European Schools, for example, which operate in Europe to meet the needs generally of the children of EU officials or expatriate communities, all teachers are native speakers of the languages they use as the language of instruction; in addition all teachers must be bilingual and know at least one of the three working languages of the European School (English, French, German). Few teachers have been trained in multilingual teaching but most «learn how to teach multilingual groups of non-native pupils while on the job and in the in-service training programs organised by the schools» (Housen, 2002: 5-6).

In immersion programmes, developed in North America and Canada and intended generally for Anglophone students who wish to add a second

language without substituting their L1, teachers tend to be native speakers of the language of instruction. Dalton-Puffer (2002:11) gives the example of Canada, where 58% of immersion teachers are native speakers of French, 34% are native English speakers and 3% are bilingual.

In less elite settings, however, teachers may not have sufficient language skills to achieve proficiency in academic language in both L1 and L2. Waldschmidt, for example, finds that many Spanish/English bilinguals working within two-way bilingual programmes in the US have themselves «been educated through a subtractive form of schooling - denied the opportunity to become fully bilingual/bicultural» (Waldschmidt, 2002), thus relegating the L2 (in the US mostly Spanish) to a minority power status. The shortage of bilingual teachers may also lead to recruitment of teachers without qualifications in the foundations of bilingual education, a great disadvantage as «teachers play the most important part in determining what is taught, how it is taught, and in what language it is taught» (Quezada, 1992: 1, cited in Gold, 1999).

The type of teacher implementing CLIL in different European countries is as diverse as the models of CLIL themselves. In some countries, such as Germany, where school teachers have qualifications in more than one subject, CLIL teachers may be trained in both the content subject and the foreign language. Although this is the «ideal» CLIL teacher (see Marsh, 2002: 13), it is not legally possible in other countries where teachers cannot have more than one subject specialization. Other CLIL teachers may be classroom teachers using an additional language, to some degree, as the medium of instruction, prevalently in primary school contexts. In other situations, foreign language teachers teach non-language subject content, drawing on their general culture. Within the various European projects, exchange teachers from other

countries are brought into the classroom of the host country where their lack of knowledge of the education system and curriculum is offset by their «native speaker status» and their additional knowledge of the cultures of the target language. Or the content subject teacher and the foreign language teacher work together to produce materials and to team-teach in the classroom. (See Langé, 2001, for an overview of the types of CLIL teacher.) The one aspect that seems common to all CLIL teaching is that, with very few exceptions, the CLIL teacher uses a foreign language as the language of instruction, to learners with whom they share their first language in a kind of simulated L1 classroom setting.

The CLIL teacher and CLIL methodology

As there are so many different kinds of CLIL being implemented, it is understandable that there does not seem to be one single CLIL methodology. The approach does, however, seem to draw heavily on strategies taken from models of content-centred teaching.

The content-centred language teaching approach uses teaching materials, learning tasks and classroom techniques from the academic domain as the vehicle for developing language, content, cognitive and study skills. The teacher is usually a foreign language teacher or a team of language and subject teachers.

The sheltered approach to subject matter teaching involves adapting the language of texts or tasks and using methods such as visuals, graphic organisers (graphs, tables, maps, flow charts etc.) or co-operative work to make instruction more accessible to students of different levels of L2 proficiency. The teacher in this approach is usually a content teacher or a foreign language teacher with special expertise in another academic area. See Brinton, Snow & Wesche, 1989, for a more detailed discussion of the content-based approach.

The task-based teaching method is also a resource that is drawn on in CLIL methodology. In this method, teachers «interactively support task performance in such a way as to trigger processes such as the negotiation of meaning and content, the comprehension of rich input, the production of output and focus on form, which are believed to be central to (second) language learning» (Van Avermaet, P. et al., 2006: 175). In task-based learning classrooms, the teacher tends to ignore language errors and focus more on the real aim of the task. In this way the teacher «puts the initiative for solving comprehension problems, running the conversation and initiating the topic into the hands of the learner» (Van Avermaet, P. et al., 2006: 175).

Two-way tasks force the actors, in this case the teacher and learner, both non-native L2 speakers, to negotiate for meaning. This is defined as «the process in which, in an effort to communicate, learners and competent speakers provide and interpret signals of their own and their interlocutor's perceived comprehension, thus provoking adjustments to linguistic form, conversational structure, message content ... until an acceptable level of understanding is achieved» (Long, 1996: 418). This conventional form of simplified speech is also often referred to as *motherese*, or *foreigner talk*. Some of the language devices used in this process of negotiation are repetitions, recasts, confirmations, reformulations, comprehension checks, confirmation checks, clarification requests etc.

It is clear from this very brief outline how these methods and strategies are relevant to the CLIL classroom approach. The question remains as to what level of L2 proficiency the CLIL teacher must reach in order to be able to effectively implement the CLIL methodology.

The CLIL teacher and L2 proficiency

The whole issue of CLIL teachers'

(L2) language competence is a little researched area., despite the fact that it is considered an essential feature of the success of CLIL: «One crucial aspect of CLIL should also be spelled out: how good should CLIL teachers' proficiency in the language of instruction be and how could that level be reliably checked?» (Takala, 2002). There is no agreement, for example, on the minimum L2 competence considered necessary for effective CLIL teaching, although it is generally recognised that the CLIL teacher does not always need to have native speaker L2 proficiency when teaching lower level learners: «Teachers do not need to have native or near-native competence in the target language for all forms of delivery, although naturally they need a high level of fluency» (Marsh, 2002: 11).

Some argue that an A2 level is sufficient to teach individual subject modules (Serragiotto 2003: 62). This claim is hotly disputed by others who see native speaker skills as being a necessary pre-requisite to avoid the risk of employing «teachers whose English does not allow them to respond to questions beyond the lesson plan they have carefully prepared the day before» (Smith 2005). The Finnish Board of Education requires a C2 level of L2 proficiency, a UK-based teacher-training course for primary school teachers of CLIL states «Teachers should have a language competence equivalent to the Council of Europe B2 level» (Bell Centres 2006), whereas an Italian project for teaching Mathematics in English suggests that a B1 level is the minimum requirement (Bernardini & Campanale, 2002).

TOWARDS CLIL TEACHER QUALIFICATION

In Italy, the Comenius projects within the Socrates action programme, have provided much teacher training in the CLIL approach. In-service teachers in particular have received funding for the introduction of CLIL into schools, which has included foreign language

training for subject teachers, materials production and course and curriculum management, as well as training in other EU countries. Comenius has also provided individual scholarships for in-service teachers to develop CLIL competences, both linguistic and methodological. An on-line database – GOLD – has also been set up to collect and disseminate examples of good practice in the Italian school system, which also include the many teacher-led experiences in the CLIL approach.

Teacher training in Italy is currently provided by two-year postgraduate programmes delivered through the SSIS (Scuole di Specializzazione all'Insegnamento Secondario), autonomous institutions that share some staff with universities. At the SSIS Veneto, closely linked to the University of Venice, courses specialise in secondary education, and train language teachers to teach English, Russian, French, German and Spanish. Courses in CLIL methodology are also offered for foreign language teachers, mainly based on team teaching and materials preparation projects to be carried out with with subject teachers.

As CLIL moves progressively more into mainstream education also in Italy, the need for more pre-service training and qualification of specialised CLIL teachers is becoming crucial to ensure the highest possible quality of teaching. There are, however, several difficulties in implementing a specific pre-service training of CLIL teachers in Italy. The main obstacles are that the Italian education system does not permit qualification in both foreign languages and a content subject, and the current system does not allow for the specific certification of language proficiency necessary for CLIL teachers (Coonan, 2006).

Despite these hurdles, a project is being developed by a team of researchers in the Department of Language Sciences at the University of Venice, home to some of the country's most advanced research into the approach,

to design a test to certify both the L2 competence of CLIL teachers and their knowledge of CLIL methodology. This test is the first attempt, not only in Italy but in Europe, to identify the language features needed for teachers in CLIL classrooms together with the minimum foreign language competence needed for their implementation. The pilot test will be focussed on English in the science classroom, the most common subject taught within the CLIL approach. Research will therefore look at how the interplay of general

foreign language proficiency, subject-specific language, and the language of classroom interaction contribute to the construction of CLIL science classroom discourse, and what minimum L2 language proficiency is required of the CLIL teacher to effectively handle the methodology needed to put into practice this approach. Once designed and thoroughly piloted, the test will later be linked to the Common European Framework of Reference (Council of Europe, 2003), again the first project to date aimed at examining the issue of

linking teachers' L2 proficiency to the CEFR.

The project plans to meet the need to provide a scientific framework for good practice in the CLIL approach, considered not only as a cost-effective, practical and sustainable solution to attaining the EU Commission aim of training plurilingual citizens, but an important means of increasing intercultural knowledge, understanding and skills, promoting internationalisation and enhancing multilingual education.

REFERENCES

- BERNARDINI, E. & CAMPANALE, N. (2002), «Formazione docenti CLIL». Available at: <http://www.liceocopernico.ud.it/progetti/clil/clil.php>
- BRINTON, D.M., SNOW, M.A. & WESCHE, M.B. (1989), *Content-based second language instruction*, Harper & Row, New York.
- BUTZKAMM, W. (1998), «Code-switching in a bilingual history lesson: The mother tongue as a conversational lubricant», *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism* 1, 2, 81-99.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, COM (2005), *A New Framework Strategy for Multilingualism*. COM (2005), 596 final. Available at: http://ec.europa.eu/education/policies/lang/doc/com596_en.pdf.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, COM (2003), *Promoting Language Learning and Language Diversity: An Action Plan 2004-2006*. COM (2003) 449 final. Available at: <http://europa.eu/scadplus/leg/en/cha/c11068.htm>.
- COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES, COM (2001), *The Common European Framework of Reference for Languages*, Cambridge University Press, Cambridge. Available at: http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/Framework_EN.pdf
- COONAN, C.M.(ed) (2006), «La sfida del CLIL e l'Università», *CLIL: un nuovo ambiente di apprendimento. Sviluppi e riflessioni sull'uso veicolare di una lingua seconda/straniera*, Libreria Editrice Cafoscarina, Venezia, 37-50.
- COONAN, C.M.(2006), *CLIL: un nuovo ambiente di apprendimento. Sviluppi e riflessioni sull'uso veicolare di una lingua seconda/straniera*, Libreria Editrice Cafoscarina, Venezia.
- COONAN, C.M. (2002), *La lingua straniera veicolare*, UTET, Torino.
- COONAN, C.M. (1999), «Nuovi orientamenti nell'educazione bilingue in Europa». In BALBONI, P. (ed) *Educazione Bilingue*, Guerra Edizioni, Perugia, 57-77.
- CUMMINS, J. (1999), «Research, Ethics, and Public Discourse: The Debate on Bilingual Education». Presentation at the National Conference of the American Association of Higher Education March 22, 1999. Available at: <http://ourworld.compuserve.com/homepages/JWCRAWFORD/cummins2.htm>
- CUMMINS, J. & SWAIN, M. (1986), *Bilingualism in Education*, Longman, Harlow.

- DALTON-PUFFER, C. (2002), «Content and language integrated learning in Austrian classrooms: applied linguistics takes a look» in *Views 02*, 1&2, 4-26.
Available at www.univie.ac.at/Anglistik/views/02_1&2/CDP.pdf.
- FISHMAN, J.A. (2000), «Who speaks what language to whom and when?», LI WEI (ed) *The Bilingualism Reader*, Routledge, Oxford & New York, 89-106.
- GENESE, F. (2003), «Rethinking bilingual acquisition», DEWAELE, J.M. (ed) *Bilingualism: Challenges and directions for future research*, Multilingual Matters, Clevedon UK, 158-182.
- GOLD, N.C. (1993), «Solving the Shortage of Bilingual Teachers: Policy Implications of California's Staffing Initiative for LEP Students», Proceedings of the Third National Research Symposium on Limited English Proficient Student Issues: Focus on Middle and High School Issues. United States Department of Education, Office of Bilingual Education and Minority Languages Affairs.
Available at: <http://www.ncela.gwu.edu/pubs/symposia/third/gold.htm>.
- HOUSEN, A. (2002), «Processes and Outcomes in the European Schools Model of Multilingual Education», *Bilingual Research Journal online* 26, 1, Spring.
- KESSLER, M. (2005), «Spain Opts to instruct in English», *Guardian Weekly*, February 11, 2005. Available at: <http://education.guardian.co.uk/tefl/story/0,5500,1410229,00.html>
- LAMBERT, W.E. (1990), «Persistent issues in bilingualism», in HARLEY, B. et al (eds), *The Development of Second Language Proficiency*, Cambridge University Press, Cambridge, 201-220.
- LANGÉ, G. (ed) (2001), «Teaching through a Foreign Language». Available at: www.tieclil.org.
- LEHIKOINEN, A. (2004), «Foreign-language-medium education as national strategy», WILKINSON, R. (ed.) *Integrating Content and Language. Meeting the challenge of a multilingual higher education*, Maastricht University Netherlands, 41-48.
- LEUNG, C. (2005), «Language and content in bilingual education», *Linguistics and Education* 16, 2, 238-252.
- LONG, M. (1996), «The Linguistic Environment», RITCHIE, W. & BATHIA, T. (eds), *Handbook of Second Language Acquisition*, Academic Press, New York & London, 413-468.
- MACKAY, W.F. (2000), «The description of bilingualism», LI WEI (ed) *The Bilingualism Reader*, Routledge, Oxford & New York, 26-54.
- MACKEY, W.F. (1979), «Bilingual education in multinational schools», TITONE, R. (ed) *Bilingual Education*, Oxford Institutes, Milan-Rome, 47-82.
- MAIWORM, F. & WÄCHTER, B. (2002), *English Language-Taught Degree Programmes in European Higher Education*, Lemmens Verlags- & Mediengesellschaft, Bonn.
ACA Papers on International Cooperation in Education.
- MARSH, D. et al (eds) (2005), *Project D3 – CLIL Matrix. The CLIL quality matrix. Central Workshop Report 6/2005*.
Available at http://www.ecml.at/documents/reports/wsrepD3E2005_6.pdf
- MARSH, D. (2003), *The Language Exclusion Zone. Shifting from language problem to potential*.
Available at : http://www.cec.jyu.fi/tilauskoulutus/henk_keh/clil/tiedonjyva.pdf.
- MARSH, D. (ed.) (2002), *CLIL/EMILE. The European Dimension* UniCOM Continuing Education Centre, University of Jyväskylä, Finland.
Available at http://ec.europa.eu/education/policies/lang/doc/david_marshall-report.pdf
- MARSH, D. (2000), *Using languages to learn and learning to use languages*.
Available at Translanguage in Europe www.tieclil.org.
- MARSH, D, MALJERS, A. & HARTIALA, A-K. (2001), *Profiling European CLIL Classrooms*. The European Platform for Dutch Education, The Netherlands and University of Jyväskylä, Finland.

- MARTIN-JONES, M. (1997), «Bilingual Classroom Discourse», HORNBERGER, N. & CORSINI, D. (eds) *Encyclopedia of Language and Education, Vol. 8*, Research Methods in Language and Education, 249-257.
- NASTANSKY, H-L. (2004), «National strategy in the internationalisation of higher education: The German perspective», WILKINSON, R. (ed.) *Integrating Content and Language. Meeting the challenge of a multilingual higher education*, Maastricht University Netherlands, 49-54.
- NIKULA, T. (2005), «English as an object and tool of study in classrooms: Interactional effects and pragmatic implication», *Linguistics and Education* 16, 1, 27-58.
- RITZEN, J. (2004), «Across the bridge: Towards an international university», WILKINSON, R. (ed.) *Integrating Content and Language. Meeting the challenge of a multilingual higher education*, Maastricht University Netherlands, 28-40.
- SERRAGIOTTO, G. (2003), *CLIL: apprendere assieme una lingua e contenuti non linguistici*, Guerra, Welland Ontario.
- SMITH, K. (2005), «Is this the end of the language class? », Guardian Weekly, January 21, 2005. Available at: <http://education.guardian.co.uk/tefl/teaching/story/0,15085,1394830,00.html>.
- TAKALA, S. (2002), «Positioning CLIL in the Wider Context», MARSH, D. (ed), CLIL/EMILE. The European Dimension. UniCOM Continuing Education Centre, University of Jyväskylä, Finland, 40-42.
- TITONE, R. (ed) (1979), *Bilingual Education*, Oxford Institutes, Milan-Rome.
- VAN AVERMAET, P. et al (2006), «The role of the teacher in task-based language teaching », VAN DEN BRANDEN, K. (ed), *Task-Based Language Education*, Cambridge University Press, Cambridge, 175-196.
- VAN DEN BRANDEN, K. (ed) (2006), *Task-Based Language Education*, Cambridge University Press, Cambridge.
- WALDSCHMIDT, E.D. (2002), «Bilingual interns' barriers to becoming teachers: At what cost do we diversify the teaching force? », *Bilingual Research Journal online* 26, 1, Fall. Available at: http://brj.asu.edu/content/vol26_no3/pdf/art4.pdf
- WILKINSON, R. (ed.) (2004), *Integrating Content and Language. Meeting the challenge of a multilingual higher education*, Maastricht University Netherlands.
- WOLFF, D. (2005), «Approaching CLIL», MARSH, D. et al (eds) (2005) Project D3 – CLIL Matrix. The CLIL quality matrix. Central Workshop Report 6/2005, 10-25. Available at http://www.ecml.at/documents/reports/wsrepD3E2005_6.pdf

SITOGRAFIJA

.....

CLIL Compendium www.clilcompendium.com
 European Commission - Languages ww.europa.eu.int
 EuroCLIC www.euroclil.net
 Eurydice <http://www.eurydice.org/portal/page/portal/Eurydice>
 Translanguage in Europe www.tieclil.org
 Centre for Information on Language, Teaching and Research www.cilt.org.uk
 Forum for Across the Curriculum Teaching
www.factworld.info
 GOLD <http://gold.indire.it>

METÁFORAS: DA RETÓRICA À TERMINOLOGIA

Neste artigo procedemos a uma reflexão teórica sobre a evolução do conceito de metáfora desde a Antiguidade até aos nossos dias e a sua relação com a Terminologia. Neste périplo definimos o conceito de metáfora, fazemos referência à sua natureza, descrevemos as suas dimensões linguística e cognitiva e identificamos as suas funções quer no discurso literário quer no discurso de especialidade.



Maria Manuela Ildelfonso Mendonça – ESGHT

INTRODUÇÃO

As metáforas são a expressão de uma competência retórica que aproxima duas realidades distintas, uma não verbal e outra verbal, ambas sujeitas à interferência humana, isto é, às opções linguísticas que o homem subscreve quando verbaliza a realidade não verbal que apreende e interpreta.

PERSPECTIVA DIACRÓNICA DO CONCEITO DE METÁFORA

A reflexão sobre o conceito de metáfora tem-se estendido ao longo de vinte e dois séculos e, grosso modo, pode ser dividida em dois períodos, um período que se estendeu até ao final do século XVIII, marcado essencialmente por Aristóteles, embora tivesse contado com os contributos de filósofos como Cícero e Quintiliano e outro período, desde o século XIX até aos nossos dias.

No primeiro período eram valorizados os factores objectivos da relação entre o homem, a sua criação e o universo, no segundo, são exaltados os factores subjectivos que decorrem dos sentidos, da intuição e da imaginação.

Considerado um ponto de transição por muitos autores, nomeadamente

Bobes (2004: 39), o século XVIII não marca uma ruptura entre um período e o outro. Se novas concepções que alteram a perspectiva de uso das metáforas são intentadas, a matriz herdada de Aristóteles persiste e medeia a criação de novas abordagens.

DIMENSÃO LINGUÍSTICA

A metáfora tem-se baseado, recorrentemente, em três tipos de relações: semelhança ou analogia, conexão e correspondência, submetidas aos conceitos lógicos de extensão e compreensão. Estas relações envolvem o signifiante; o respectivo significado literal, definido pela sua filiação histórica e pela referência à “coisa” designada e denotada; e um significado novo.

Um vínculo de proximidade relacional baseada na contiguidade ou na correlação, com alargamento ou redução da compreensão do significado novo em relação ao grau zero subentendendo uma metonímia, a semelhança ou analogia, próxima ou longínqua, uma metáfora.

Aristóteles (2004: 83) não atribui à metonímia ou à sinédoque um estatuto independente, o que subscrevemos, por isso, metáfora é um conceito holís-

tico que integra a metonímia e a sinédoque, «A metáfora é a transferência de uma palavra que pertence a outra coisa, ou do género para a espécie ou da espécie para o género ou de uma espécie para outra ou por analogia».

Embora não dedique à metáfora um estudo directo, em qualquer das suas obras, na *Retórica* (Aristóteles, 1998: 196) apresenta a metáfora como um artefacto estilístico ao serviço da arte de seduzir, de *bem dizer* e, de maneira incipiente, atribui-lhe uma função não só heurística, mas também pedagógica, «Que seja o seguinte o nosso pressuposto: uma aprendizagem fácil é, por natureza, agradável para todos; por seu turno, as palavras têm determinado significado, de tal forma que as mais agradáveis são todas as palavras que nos proporcionam também conhecimento.»

Quintiliano (*in* Fromilhague, 1995: 10) introduz os conceitos de *figurae sententiarum* (figuras de pensamento e de palavras), cujo significado, numa perspectiva de retórica, se mantém, em grande parte, até hoje.

Não desejando reproduzir as teorias retóricas que se sucederam umas após as outras, não podemos deixar de mencionar Dumarsais e Fontanier, com

os quais identificamos, respectivamente, tropo, do grego *trepô*, que significa mudar, mudar de direcção ou de significado, e figura de discurso, a categoria que reúne os tropos. A Dumarsais se deve também a noção de significado dependente do contexto, isto é, o significado é inerente ao sistema, o sentido, quer seja literal, quer figurado, é construído em discurso.

A retórica associa as metáforas à construção do discurso eficaz, em que o *bem dizer* é adaptado ao público e à causa a defender, mas o uso de metáforas foi-se transformando em estilo, em ornamento ao serviço da literatura.

A metáfora, enquanto recurso estilístico, apresenta três características principais que a tornam singular: originalidade, ambiguidade e surpresa, isto é, a metáfora dá matiz ao estilo de um autor, induz o leitor em várias interpretações e permite criar um conjunto de relações inusitadas.

As metáforas literárias encontram justificação não só na necessidade que o locutor tem de traduzir por palavras a apreensão de um universo interior e exterior, que transcende a lógica e a língua, mas também na necessidade de suscitar o interesse do alocutário através de um discurso, cuja ambiguidade permite várias interpretações.

As metáforas literárias, adversas à codificação e à convenção, juntamente com outros recursos dão forma a estilos literários pessoais. O factor, surpresa é introduzido, justamente, pela infracção ao código lógico-linguístico e à convenção. Porque é causa de polivalência semântica, as metáforas admitem a criação de novos sentidos exofóricos, isto é, não confinados textualmente.

DIMENSÃO COGNITIVA

As metáforas não são apenas a expressão de uma competência retórica, no âmbito das ciências cognitivas, várias investigações fazem surgir uma nova perspectiva designada por metáforas cognitivas.

As metáforas profundamente enraizadas e acomodadas nos discursos do quotidiano, às quais alguns autores chamam mortas, constituem as fundações onde se alicerçam muitos conceitos abstractos ou complexos que o desenvolvimento científico e tecnológico tem feito surgir. Por conseguinte, as metáforas lexicalizadas, embora tenham perdido relevância estética, são, segundo Ungerer e Schmidt (1996: 119), essenciais ao processo de conceptualização da realidade.

Para Lakoff e Johnson (1984), a metáfora é um mecanismo fundamental para a compreensão das diversas experiências humanas, para estes autores a metáfora é omnipresente, não apenas na língua, mas também em todo o sistema conceptual.

A metáfora é uma estrutura sistemática que permite organizar um modelo cognitivo a partir de outro, bem assimilado e aceite, isto é, permite reconstruir uma vivência, à imagem ou semelhança de outra e, por isso, se pode afirmar que é inerente ao pensamento científico. Quando o especialista de um domínio se apropria de termos de outros domínios ou de unidades da língua geral, não é apenas por eles terem um poder evocativo acentuado e, portanto, facilitarem a comunicação, mas porque são também instrumentos que agilizam o processo de conceptualização e apropriação / interpretação da realidade. As metáforas importam dos conceitos de origem, as características relevantes que concorrem para a organização do novo conceito. Importam, simultaneamente, a coerência da sua estrutura interna, necessária à sua própria coerência e implantação.

Parte do sistema conceptual, onde se alicerça o pensamento e a acção, está estruturado metaforicamente, conceitos abstractos ou complexos são percebidos, através de correlações sistemáticas que estabelecem com outros conceitos, directamente relacionados com experiências e interacções do quotidiano, conceitos de origem que geralmente são básicos ou imago-

esquemáticos. Estes conceitos possuem uma estrutura interna coerente e podem ser individuais ou categorias, elas próprias constituídas por objectos e acções de nível básico.

METÁFORAS E TERMINOLOGIA

Com o desenvolvimento da linguística cognitiva também se começou a tomar consciência da necessidade de reavaliar o papel das metáforas no âmbito do discurso de especialidade.

Durante muito tempo, as metáforas, foram consideradas inadequadas ao discurso utilizado pelas comunidades sociorretóricas¹ para partilhar o conhecimento sobre o seu domínio de actividade, por escaparem ao rigor teórico e retórico das formulações científicas ou técnico-científicas que pretendiam representar a realidade com precisão.

No âmbito da Terminologia, primeiro reconheceu-se o valor designativo das metáforas justificado pela necessidade de denominar os objectos “novos”, que começaram a surgir, cada vez em maior número, nas ciências e nas tecnologias. De um valor linguístico confirmado, as metáforas passaram também a ter um valor pedagógico e heurístico, pois eram consideradas instrumentos facilitadores de descoberta e aprendizagem, recursos retóricos de ensino prescindíveis e a ser substituídos logo que o alocutário atingisse o nível de conhecimento desejado.

Para concluir, sublinhamos o papel designativo que as metáforas desempenham no discurso especializado e que decorre do desequilíbrio existente entre os conceitos que surgem, ininterruptamente, em todos os domínios do conhecimento e áreas de actividade e as entidades linguísticas para os nomear, pese embora o elevado poder combinatório destas unidades.

Consideramos que as metáforas, no âmbito do discurso especializado, são a expressão da competência retórica e pedagógica de uma comunidade sociorretórica.

A participação das metáforas na construção e explicação de teorias e formulação de hipóteses, pelo menos numa fase embrionária, tem sido, sucessivamente, reiterada pelas comunidades sociorretóricas, pelo que lhes reconhecemos uma função heurística.

Reafirmamos o papel das metáforas como estruturas cognitivas, pois, quan-

do transportadas de um domínio para outro ou entre domínios não perdem todas as características do conceito de origem, elas fazem-se acompanhar por uma característica ou um conjunto de características que, muitas vezes, ganham evidência participando na estruturação do novo conceito.

.....

1 Os membros de uma comunidade sociorretórica partilham objectivos de estudo ou de trabalho, metodologias de investigação, convenções e pugnam pela oportunidade e frequência de comunicação, que sabem ser essencial à preservação da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

.....

- ARISTÓTELES (1998), *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto; Alberto do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Col. Clássicos de Filosofia.
- ARISTÓTELES (2004), *Poética*. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BOBES, Carmen (2004), *La Metáfora*. Madrid: Gredos.
- FROMILHAGUE, Catherine (1995), *Les figures de style*, Paris, Armand Colin.
- LAKOFF, George (1986), *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories reveal about the mind*. USA: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark (1984), *Metaphors We Live By*. USA: The University of Chicago Press.
- MENDONÇA, Maria Manuela (2006), *Terminologia do Marketing: Metáforas e Metonímias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- UNGERER, Friedrich; HANS-JÖRG, Schmid (1996), *An Introduction to Cognitive Linguistics*. 3.ª ed. New York: Longman. Col. Learning about language.

INSTRUMENTOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL PRÁTICAS AMBIENTAIS NO SECTOR HOTELEIRO DO ALGARVE

O Turismo foi considerado, durante muito tempo, uma actividade económica limpa e não poluente, a então designada “indústria sem chaminés”. No entanto, à medida que cresceram as preocupações ambientais e que se desenvolveu o conceito de sustentabilidade, foram-se evidenciando as consequências ambientais negativas do desenvolvimento turístico. O sector hoteleiro, enquanto principal componente do produto turístico, interage directamente com o ambiente e da sua actividade decorrem impactos negativos relevantes pelo que, a partir dos anos noventa, o sector começa a adoptar várias iniciativas voluntárias no sentido de melhorar o seu comportamento ambiental. De entre os instrumentos de turismo sustentável aplicados voluntariamente pelos hotéis, os mais comuns são os códigos de conduta, as boas práticas ambientais, as eco-etiquetas, os sistemas de gestão ambiental (SGAs) e os indicadores ambientais. Com este trabalho pretende-se analisar a experiência com as boas práticas ambientais nos hotéis do Algarve e assim avaliar a sua contribuição para o desenvolvimento turístico sustentável da região.

Maria Margarida Arrais Viegas – ESGHT

INTRODUÇÃO

A procura por um modelo mais sustentável de sociedade tem-se transformado, ao longo das últimas décadas, numa verdadeira vaga de fundo à escala internacional. A emergência de graves problemas socio-ambientais, na segunda metade do século passado, à escala global, fez eclodir uma intensa mobilização no sentido de encontrar um novo modelo de desenvolvimento que permitisse compatibilizar os aspectos económicos, sociais e ambientais. Esse novo

paradigma, conhecido como desenvolvimento sustentável, surge no início da década de 70 do século XX e traz consigo uma humanização do conceito de desenvolvimento, passando a incluir a preocupação com a preservação dos recursos para as gerações futuras. Esta nova perspectiva depressa se estende à actividade turística, não fosse o turismo um importante factor de desenvolvimento económico, detentor dum enorme potencial para promover melhorias sociais e ambientais e, através delas, contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades

e países receptores. Assim, a partir da popularização deste conceito nasce o de turismo sustentável, primeiro como oposição ao turismo de massas e mais tarde como objectivo desejável para todos os tipos de turismo, agora entendidos como uma actividade económica ao serviço da satisfação das necessidades ambientais e sociais indispensáveis à vida humana.

Como facilmente se intui, o conceito de sustentabilidade é um conceito complexo e constituído por diversas vertentes, sendo uma delas a vertente ambiental. Assim, um dos caminhos

possíveis pelos quais a indústria turística poderá dar o seu contributo para a construção dum desenvolvimento mais sustentável será o da aposta na qualidade ambiental do seu produto ou serviço. Sendo o Algarve a principal região turística de Portugal e o turismo o principal motor de crescimento da economia algarvia, pretende-se com este estudo averiguar como são incorporados os aspectos ambientais na gestão empresarial das unidades hoteleiras do Algarve e assim avaliar o seu contributo para um desenvolvimento turístico que se pretende cada vez mais sustentável. A pergunta de investigação subjacente pode colocar-se da seguinte forma: "Contribui o sector hoteleiro do Algarve, através das suas boas práticas ambientais, para o desenvolvimento turístico sustentável da região?"

METODOLOGIA

O actual *state-of-the-art* das metodologias de avaliação da gestão ambiental em unidades turísticas assenta essencialmente na aplicação de *checklists*, nas quais é verificada a existência, ou não, de comportamentos ou equipamentos de minimização dos impactos ambientais. Apesar da *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo* identificar dez áreas prioritárias de acção para as empresas turísticas, a grande maioria das *checklists* desenvolvidas incide essencialmente sobre três destas áreas, sendo estas as que se relacionam com a gestão de água, energia e resíduos.

Nas práticas de gestão ambiental consideradas no presente trabalho, incluem-se as três áreas acima referidas mas consideram-se também outros critérios que se prendem com a própria estrutura organizativa, com o envolvimento dos trabalhadores e com a sensibilização aos clientes, pretendendo-se assim chegar a uma *checklist* que resulte da conciliação das áreas prioritárias identificadas na *Agenda 21* com as áreas mais frequentemente

analisadas na bibliografia consultada. A avaliação dos itens incluídos na *checklist* desenvolvida é feita através duma escala tipo-Lickert, ultrapassando-se assim a medição dicotómica, normalmente utilizada, em função da verificação ou não de determinado item ambiental. A utilização desta escala permitirá ainda a criação de uma série de indicadores, que se designaram como indicadores de desenvolvimento ambiental, que em função desta e ponderando o diferente número de itens que constituem cada uma das suas áreas, possibilitarão graduar o nível de desenvolvimento ambiental do sector. Assim, através da *checklist* e dos indicadores desenvolvidos, qualquer unidade hoteleira, em qualquer momento e sem recurso a qualquer cálculo mais complicado do que uma simples soma, poderá auto-avaliar o seu estágio de desenvolvimento em relação às várias áreas ambientais.

Design da investigação

A investigação realizada neste trabalho teve por base um design ex-post-facto, descritivo, utilizando-se como método de recolha de dados primários um inquérito por sondagem. O questionário utilizado foi elaborado especificamente para o estudo em causa e as questões nele colocadas resultaram quer da investigação bibliográfica e consulta de estudos similares¹, quer da opinião de alguns especialistas² na matéria.

Identificam-se no questionário dois blocos de questões: um primeiro relativo à caracterização da unidade hoteleira e um segundo relativo às respectivas práticas ambientais:

- A caracterização do hotel refere-se a atributos como a localização, antiguidade, número de quartos, número de colaboradores efectivos, taxa média anual de ocupação, nacionalidade dos clientes, prática de *Benchmarking*, existência de um Sistema de Gestão Ambiental e de certificação ambiental.
- Para avaliar as práticas ambientais utilizou-se, como já referido, uma

escala tipo-Lickert de 5 pontos, em que 1 traduz a inexistência dessas práticas e 5 a sua total implementação. Sendo esta questão a mais importante neste trabalho, foi avaliada a sua consistência interna através do coeficiente *Cronbach's Alpha* que apresenta o valor de 0.94, indicando uma forte consistência.

Estas práticas encontram-se categorizadas nas seguintes áreas:

- Minimização de resíduos, reutilização e reciclagem (Questão 9A);
- Conservação, eficiência e gestão de energia (Questão 9B);
- Gestão de Águas (Questão 9C);
- Substâncias e Resíduos Perigosos (Questão 9D);
- Ruídos e Vibrações (Questão 9E);
- Transportes (Questão 9F);
- Organização e Recursos Humanos (Questão 9G);
- Informação e Sensibilização aos Clientes (Questão 9H);
- Envolvimento com a comunidade local (Questão 9I).

Os questionários foram implementados através de entrevistas e via e-mail. Os dados recolhidos foram verificados individualmente e analisados através do programa informático SPSS vs.13.0.

Especificação da amostra

A população-alvo deste estudo foi definida como todos os hotéis de 2, 3, 4 e 5 estrelas do Algarve, utilizando-se como base de amostragem a listagem do *Portugal Hotel Guide*³. Foram inicialmente contactados todos os 88 hotéis da população e a administração dos questionários realizou-se de acordo com as preferências por eles manifestadas: correio, *internet* ou entrevista pessoal. Nesta primeira fase obtiveram-se 37 respostas, correspondendo a uma taxa de resposta de 42%. Numa segunda ronda, de contactos telefónicos e pessoais, conseguiram-se mais 13 respostas obtendo-se assim uma amostra final de 50 unidades, a que corresponde uma taxa de resposta de cerca de 57%.

CATEGORIAS	COMPOSIÇÃO PREVISTA (n = 88)	COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA (n = 50)
*****	15%	16%
****	46%	52%
***	26%	18%
**	13%	14%

fig 1: Composição da amostra

O método de amostragem utilizado foi não probabilístico, concretamente a amostragem por quotas, sendo estas definidas em relação à categoria das unidades hoteleiras. “A definição de quotas é um esforço deliberado para obter representatividade, seleccionando os elementos para a amostra de forma a que a proporção de indivíduos, possuindo determinada característica, seja aproximadamente igual à da população” (Kerlinger, 1986:129).

Apesar das diferenças entre os valores previstos e os obtidos poderem ser consideradas irrelevantes, note-se que a maior discrepância da amostra face ao universo ocorre nas unidades de 3*, o que resulta do facto de ser nesta categoria que se registou a maior taxa de não-resposta (61%).

Hipóteses de investigação

H1: “A maioria das unidades hoteleiras possuirá um Sistema de Gestão Ambiental e praticará *Benchmarking*” (condições que se consideram fundamentais para o cumprimento dos objectivos específicos definidos na *Agenda 21 para a Indústria de Viagens & Turismo*).

H2: “A existência de SGA e de certificação, assim como, a prática de *Benchmarking* estarão associadas à categoria do hotel” (considerando-se que será provavelmente nos hotéis de categoria superior que se encontrarão os quadros com maior nível de formação/sensibilização para estas temáticas e também que será maior o nível de exigência ambiental dos seus clientes).

H3: “Globalmente, as práticas

ambientais consideradas estarão bem implementadas⁴ no sector hoteleiro algarvio, especialmente as relativas à gestão de águas e energia” (áreas mais representativas em termos de gastos de funcionamento).

H4: “A maioria das unidades hoteleiras classificar-se-á num nível de desenvolvimento global elevado e num nível de desenvolvimento médio-elevado em todas as áreas específicas” (patamar que se considera mínimo, se de facto os objectivos da *Agenda 21 para a Indústria de Viagens & Turismo* se encontrarem maioritariamente cumpridos).

H5: “A existência de SGA estará directamente relacionada com todos os indicadores de desenvolvimento” (uma vez que só enquadradas neste Sistema é que as práticas ambientais poderão ser verdadeiramente eficazes).

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Das várias variáveis testadas como explicativas⁵ para as diferenças entre os valores médios registados pelas diversas práticas ambientais, as únicas que apresentam valores estatística-

mente significativos são a categoria do hotel, a prática de *benchmarking* e a existência de SGA.

Os hotéis de 4 e 5 estrelas distinguem-se, pela positiva, relativamente aos hotéis de 2 e 3 estrelas, em 19 das 21 práticas ambientais que apresentam diferenças estatisticamente significativas entre eles, excepção feita à existência de painéis solares suficientes para aquecer a água e à divulgação dos acessos em transportes colectivos, aspectos em que são os hotéis de mais baixa categoria a diferenciarem-se com uma média superior. A explicação prende-se com o facto de serem estes hotéis de menor dimensão, sendo portanto mais exequível o aquecimento por painéis solares e também com o facto de serem mais concentrados em centros urbanos, o que dá mais relevância ao aspecto dos transportes colectivos.

Quanto à prática de *benchmarking*, as unidades hoteleiras diferenciam-se num menor número de aspectos ambientais (13), na sua maioria relativos a práticas de conservação, eficiência e gestão de energia, destacando-se sempre pela positiva, e como seria de esperar, os hotéis que praticam *benchmarking*, ou seja, novamente os de categoria superior pois são estes que esmagadoramente (83%) o praticam.

A variável SGA é sem dúvida a variável explicativa mais transversal a todas as práticas, sendo responsável por 43 diferenças detectadas e incidindo sobre todas as áreas ambientais consideradas no questionário. Distingue-se em relação às duas variáveis explicativas anteriores principalmente nas dimen-

INDICADOR DO NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL GLOBAL		
$437 \leq IA^{glob.} \leq 545$	Desenvolvimento elevado	4%
$328 \leq IA^{glob.} \leq 436$	Desenvolvimento médio	48%
$219 \leq IA^{glob.} \leq 327$	Desenvolvimento reduzido	42%
$109 \leq IA^{glob.} \leq 218$	Desenvolvimento nulo	6%

fig 2: Classificação dos hotéis inquiridos de acordo com o IDA^{GLOBAL}.

sões A e G, relativas respectivamente, à minimização de resíduos e à organização e recursos humanos, áreas em que, quer o *benchmarking* quer a categoria, pouco ou nada diferenciam.

Considerando as 109 práticas ambientais no seu conjunto, foi construído o que se designou como indicador global de desenvolvimento ambiental que, assumindo valores entre 109 e 545, permite classificar as unidades hoteleiras em quatro diferentes níveis de desenvolvimento (ver fig. 2).

Quanto às hipóteses inicialmente formuladas os resultados obtidos conduzem às seguintes conclusões:

H1. Refutada: a maioria das unidades hoteleiras inquiridas não possui um SGA (66%), assim como não pratica *benchmarking* (53%). Com base nestes resultados, e sem esquecer a precaução que a natureza da amostra nos exige, podemos inferir, com uma probabilidade de 95%, que a proporção de unidades hoteleiras do Algarve com SGA não alcança os 50% (situar-se-á entre os 21% e os 47%), enquanto que em relação ao *benchmarking* esse valor poderá encontrar-se entre os 33% e os 61%.

H2. Refutada para os primeiros dois casos: a existência de SGA e de certificação não está relacionada com a categoria do hotel;

Confirmada para o caso do *benchmarking*: apesar da associação ser fraca, verifica-se que são os hotéis de categoria superior (4 e 5*) que mais recorrem a esta prática⁶.

H3. Refutada quer a nível global, onde as práticas ambientais não se podem considerar bem implementadas, apresentando uma média de 3.17, quer a nível da gestão de águas, que regista uma média de 3.09;

Confirmada em relação à gestão de energia, área ambiental que regista a melhor média (3.5).

H4. Refutada relativamente ao desenvolvimento global: apenas 4% das unidades se classificam no nível elevado;

Confirmada apenas para as áreas: "Conservação, eficiência e gestão de

energia" (80%), "Substâncias perigosas" (57%), "Ruído e vibrações" (70%), e "Transportes" (76%).

H5. Confirmada para os seguintes indicadores: global, resíduos, águas, substâncias perigosas, organização e recursos humanos, clientes e comunidade⁷;

Refutada para os indicadores referentes a energia, ruídos e transportes.

CONCLUSÕES

A indústria turística, para além do enorme peso que detém na economia de diversos países e regiões, como é o caso de Portugal e particularmente do Algarve, envolve uma especial relação entre consumidores (turistas),

Com o objectivo de averiguar quais as práticas ambientais mais aplicadas no sector hoteleiro do Algarve e distinguir os diferentes níveis de aplicação em que estas se encontram, foi elaborado um questionário com uma checklist ambiental definida segundo os princípios da Agenda 21. No seu conjunto, esta checklist apresenta um valor médio de 3.17 (numa escala de 1 a 5) o que revela que, numa forma geral, a adopção de práticas ambientais pelo sector não é ainda uma realidade significativa.

Face a este valor médio global, podem, no entanto, distinguir-se áreas ambientais com um maior nível de implementação face a outras de aplicação ainda muito incipiente:

ÁREAS MENOS IMPLEMENTADAS	ÁREAS MAIS IMPLEMENTADAS
↓ Organização e Recursos Humanos ($X_G=2.63$)	↑ Conservação, eficiência e gestão de energia ($X_E=3.49$)
↓ Envolvimento com a comunidade local ($X_L=3.00$)	↑ Transportes ($X_T=3.45$)
↓ Informação e Sensibilização aos Clientes ($X_H=3.02$)	↑ Ruídos e Vibrações ($X_V=3.41$)
↓ Gestão de Águas ($X_C=3.09$)	↑ Substâncias Perigosas ($X_D=3.22$)
	↑ Minimização de resíduos, reutilização e reciclagem ($X_A=3.19$)

fig 3: Níveis médios de implementação das áreas ambientais

comunidades locais e ambiente, tendo portanto a possibilidade de dar um valioso contributo para um desenvolvimento mais sustentável. Para isso, uma das opções ao seu alcance é a aposta na qualidade ambiental do produto ou serviço turístico. E esta é uma aposta em que o sector hoteleiro tem um papel preponderante já que da sua actividade decorrem impactos negativos importantes para a envolvente natural em que se insere e da qual, em última análise, depende. Neste contexto é imprescindível que se considerem, na gestão das empresas hoteleiras, uma série de práticas ambientais que permitam controlar e minimizar esses impactos.

Ao avaliar as práticas ambientais que se situam acima da média é perceptível que estas estão directamente relacionadas com questões de carácter legal (ex.: HACCP), enquanto que todas as temáticas ambientais relacionadas directamente com a questão social se revelam as menos implementadas, talvez por não serem alvo de legislação específica e dependerem apenas das directrizes primárias que sejam incutidas na gestão e funcionamento das unidades hoteleiras. De realçar ainda o facto da "Gestão de Águas" ser uma área ainda pouco cuidada, o que não deixa de ser surpreendente sabendo-se que a água representa, tal como a energia, um dos gastos de

funcionamento principais num hotel, podendo chegar a representar 15% dos gastos correntes. Para além disso seria de esperar que, num quadro climático de aquecimento global, a gestão de águas fosse um dos principais alvos das medidas ambientais.

É notório que as unidades que mais estão despertas para as práticas ambientais são hotéis de categoria superior (4 e 5 estrelas), quer pelo facto da esperada qualidade dos seus serviços, quer pela crescente exigência dos seus clientes. Acresce ainda que, no caso da amostra inquirida, os hotéis desta categoria se situam maioritariamente no barlavento, zona que regista como principal mercado o alemão, que se sabe particularmente exigente no que concerne às questões ambientais. A localização destas unidades (88% na orla costeira), exercerá também uma forte influência na adopção destas práticas, uma vez que a legislação é mais exigente com estabelecimentos localizados na faixa litoral. Por esta mesma ordem de razões não será surpreendente que sejam precisamente os hotéis desta categoria que mais apostam na implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (das 17 unidades inquiridas que os possuem, 13 são de categoria superior) e na respectiva certificação (dos 12 hotéis certificados, 9 são também desta categoria). Apesar de não ter sido detectada relação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis (SGA e Certificação) e a categoria do hotel, esta última revelou-se associada com o nível de desenvolvimento global, não sendo de estranhar que sejam os hotéis de categoria superior os que melhor se classificam face a este indicador: das 26 unidades classificadas no nível médio-elevado, 73% são de 4 e 5*.

Por sua vez, o nível de desenvolvimento global registou uma associação considerável com as variáveis SGA e Certificação, verificando-se que de entre os 26 hotéis de nível médio-elevado, 15 possuem um SGA e 11 são certificados, enquanto que nos 24

hotéis de desenvolvimento reduzido ou nulo, existem apenas 2 com SGA e um único certificado.

Relativamente aos indicadores de desenvolvimento específicos, na sua grande maioria, manifestam valores de associação mais fortes na sua relação com a existência de SGA. É o caso dos relativos às áreas: "G - Organização e recursos humanos", "C - Gestão de águas", "I - Envolvimento com a comunidade local", e "H - Informação e sensibilização aos clientes"; ou seja, áreas que se revelaram as menos implementadas nos hotéis inquiridos. Parece assim claro que a melhoria do desempenho ambiental do sector hoteleiro, ao nível destas áreas e conseqüentemente a nível global, passará pela adopção de Sistemas de Gestão Ambiental.

Analogamente, as áreas ambientais onde as unidades inquiridas demonstram melhores resultados, são aquelas cujos indicadores de desenvolvimento não manifestam qualquer relação, estatisticamente significativa, com a existência de SGA. O facto destas áreas serem as melhores classificadas, independentemente de existir ou não um sistema implementado, pode eventualmente prender-se com a ordem de razões a seguir expostas:

"B - Conservação, eficiência e gestão de energia", é a área ambiental que se revelou mais implementada, talvez por ser aquela que pode proporcionar uma redução de custos mais imediata e visível, o que também explicaria o facto do seu indicador de desenvolvimento apresentar a única relação detectada com a prática de benchmarking (0.44), indicando, por parte dos hoteleiros e independentemente da existência de um SGA, uma preocupação com as práticas de gestão energética;

"F - Transportes" não apresenta relação com a variável SGA, nem com qualquer outra, talvez pelo facto de quase todas as práticas aqui incluídas se puderem considerar de pequena gestão e simples aplicação e portanto

independentes da existência de um SGA;

"E - Ruídos e vibrações" estabelece unicamente relação com a categoria do hotel, o que se poderá explicar pelo facto de grande parte das práticas incluídas nesta área se relacionarem mais fortemente com opções do âmbito da construção física do edifício, que provavelmente serão mais orçamentadas no caso dos investimentos em hotéis de categoria superior.

Obviamente, isto não significa que a existência dum SGA não contribua para uma melhor gestão destas últimas áreas que, de facto, apesar de serem as melhores classificadas na nossa amostra, estão longe de se posicionar maioritariamente em níveis de desenvolvimento elevados.

Fora da tipologia acima descrita encontram-se as áreas "A - Minimização de resíduos, reutilização e reciclagem" e "D - Substâncias e Resíduos perigosos". Estas áreas podem incluir-se ainda no grupo das que apresentam melhores resultados e simultaneamente os seus níveis de desenvolvimento apresentam associações consideráveis com a existência de Sistemas de Gestão Ambiental, aparentando assim que os sistemas implementados estarão a contribuir para um melhor nível de desenvolvimento especialmente no que concerne à gestão dos resíduos e das substâncias perigosas.

Sabendo que um sistema de gestão ambiental é um sistema global que atravessa transversalmente todas as áreas ambientais estudadas, este resultado não poderá deixar de causar alguma estranheza e de levantar a seguinte questão: saberão os nossos inquiridos – e recordemos que em apenas 10% dos casos foram os responsáveis ambientais a responder ao inquérito - o que é um Sistema de Gestão Ambiental ou será que o resumo da gestão de resíduos e substâncias perigosas? Ou, terão declarado possuir Sistemas de Gestão Ambiental quando estes se encontram ainda, e apenas, em fase de implementação?

No caso desta segunda possibilidade, estamos perante uma limitação deste estudo, que será a má formulação desta questão que, em vez de considerar apenas como possibilidades de resposta o “sim” (tem SGA implementado), e o “não” (não tem SGA implementado), deveria contemplar ainda a alternativa “SGA em fase de implementação”.

Por sua vez, a primeira questão sugere uma futura possibilidade de investigação no sentido de averiguar como percebem os empresários hoteleiros algarvios os Sistemas de Gestão Ambiental, o que se poderia incluir, sugere-se, num estudo sobre a percepção de turismo sustentável por parte destes empresários.

Dos resultados expostos será consensual que a situação ambiental do sector hoteleiro estudado está ainda muito longe do ideal e que a resposta à questão de investigação, inicialmente colocada, terá de ser negativa: a esmagadora maioria das práticas ambientais consideradas estão ainda deficitariamente implementadas; o recurso a técnicas que podem contribuir para um

melhor desempenho ambiental, como é o caso do benchmarking, é ainda reduzido e essencialmente vocacionado para as medidas de redução energética; as unidades hoteleiras com Sistemas de Gestão Ambiental são claramente minoritários e os seus efeitos positivos mais visíveis concentram-se na gestão de resíduos e substâncias perigosas e quanto à certificação, esta é apenas o apanágio de meia dúzia de visionários.

Quanto ao nível de desenvolvimento ambiental global manifestado pelas unidades hoteleiras inquiridas, a classificação obtida não sendo dramática, também não será brilhante: os hotéis inquiridos repartem-se quase igualmente entre o nível reduzido (42%) e médio (48%), com apenas 4% classificados no nível elevado. Este resultado que de uma perspectiva meramente aritmética se pode considerar mediano, num contexto de sustentabilidade e tendo em vista os objectivos da Agenda 21, é manifestamente pobre, indicando que o sector tem de apostar mais, e melhor, na implementação de acções

ambientais que lhe permitam contribuir de forma mais significativa para a sustentabilidade turística da região.

.....
1 Destaque-se o estudo realizado, na província de Huelva, por Vargas, A.; Vaca, M.; García, E. (2003).

2 Nomeadamente o Dr. Henrique Rodrigues, professor universitário e director hoteleiro e o Dr. Nuno Correia, responsável ambiental do hotel Vila Vita Park.

3 Disponível no site www.maisturismo.pt/cgi-bin/phgquery.pl > 18 Janeiro 2004.

4 Consideram-se práticas bem implementadas as que registam valores médios iguais ou superiores a 3.5 (escala de 1 a 5).

5 Testes t para amostras independentes com nível de significância de 5%

6 Pearson's $\leq 2 = 4.59$, $p = 0.032$.

7 Com os valores, respectivamente: Crámer = .56/.55/.50/.42/.76/.45/.46; $p = .002/.002/.002/.032/.000/.018/.006$

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21. (1992). rpd. <http://www.un.org/esa/sustdev/documents/agenda21/index.htm> > 28 Novembro 05.

AGENDA 21 para a Indústria de Viagens e Turismo. (1996). rpd.

www.world-tourism.org/sustainable/publications.htm#a21 > 9 Dezembro 05.

ALMEIDA, F. (2002). *O bom negócio da sustentabilidade*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro.

ÁLVAREZ, M.; de BURGUS, J.; CÉSPEDES, J. (2001). «Un análisis exploratorio de las estrategias medioambientales y el contexto organizativo de los hoteles españoles». *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, nº8 (Enero-Abril), pp. 5-32.

ARAGÓN, J. (1998). *Empresa y medio ambiente: gestión estratégica de las oportunidades medioambientales*. Editorial Comares, Granada.

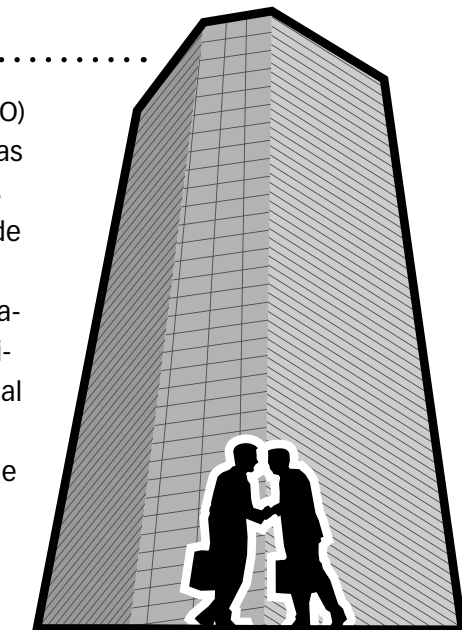
CHAVARRÍA, C.; GRÁVALOS, M.; MONTAÑO, A.; PORRAS, N. (2003). *Turismo y Medio Ambiente Análisis de prácticas y deficiencias formativas en la provincia de Huelva*. Fundación Biodiversidad, Huelva.

ENZ, C.; SIGUAW, J. (1999). «Best Hotel Environmental Practices». *Hotel and Restaurant Administration Quarterly*. October, pp.72-77.

- FRAGA, M. (2003). *Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões*. Disponível em http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/ver.php?in_secao=311&idConteudo=31
- FULLANA, P.; AYUSO, S. (2002). *Turismo Sostenible*. Rubes, Barcelona.
- GONÇALVES, D.(2005). «Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração», *Espaço Académico*, nº51, Agosto 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm> > 4 Dezembro 05.
- GUIA Prático de Boas Práticas: gerenciando questões ambientais e sociais no sector de hospedagem*.(1996).rpd.
http://www.toinitiative.org/supply_chain/HotelGuidePortuguese.pdf > 10 Janeiro 06.
- IHEI (1994). *Environmental Management for Hotels – The Industry guide to best practice*. Butterworth-Heinemann, Oxford.
- IRVING, M. (2002). *Turismo: O Desafio da Sustentabilidade*. Futura, S. Paulo
- KRAEMER, M. *Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável*. Disponível em http://www.gestaoambiental/recebidos/maria_kraemer_pdf/pdf.php
- LIMA, S.; Partidário, R. (2002). *Novos Turistas e a Procura de Sustentabilidade*. GEPE. Lisboa.
- PARTIDÁRIO, M.R. (1995). «Ambiente e Turismo». *Economia e Prospectiva*, 4, Fevereiro: pp.79-88.
- PARTIDÁRIO, M.R. (1999). *Critérios para um turismo ambientalmente responsável*. FCT-UNL – Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa.
- PARTIDÁRIO, M.; Lima, S. (2002). *Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo em direcção a um desenvolvimento ambientalmente sustentável*. Gabinete de Estudo e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Lisboa.
- VARGAS, A.; Vaca, M.; García, E. (2003). *Guía de Buenas Prácticas Ambientales. Sector Turismo*. Fundación Biodiversidad Ed., Huelva.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES E ATRACTIVIDADE ORGANIZACIONAL

O conceito de Responsabilidade Social das Organizações (RSO) encontra-se inegavelmente na ordem do dia. Várias disciplinas têm procurado investigar pormenorizadamente, em diversos campos de estudo, os potenciais benefícios que a adopção de práticas de gestão socialmente responsáveis pode acarretar para o sucesso e sustentabilidade das mais diversas organizações. Estudos recentes sugerem que a percepção do envolvimento da organização em práticas de Responsabilidade Social (RS) influencia positivamente a adesão das pessoas, não só daquelas que já trabalham nas organizações, mas também de futuros trabalhadores.



Joaquim Pinto Contreiras – ESGHT

CONCEITO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES

Esta liderança das organizações e busca da verdade estão hoje muito associadas a uma postura positiva em relação à participação individual nas organizações e investimento contínuo na inovação e aperfeiçoamento dos processos produtivos e de gestão, tarefa sempre inacabada, mas em que a valorização da participação individual assenta nas competências, capacidade criadora e empreendedora, formação contínua e valorização da participação na tomada de decisão e resolução de problemas nas organizações. Como Kant sublinhava, as pessoas devem ser tratadas como fins em si próprias e não como objectos para atingir um determinado fim.

Este assunto tem captado a atenção de inúmeros investigadores e

pensadores das organizações em vários contextos nacionais, contribuindo para a importância que hoje a RS tem nas decisões estratégicas de médio e longo prazo nas organizações.

Na perspectiva ética as organizações devem essencialmente respeitar princípios sociais e ambientais que vão para além de uma perspectiva meramente económica e mercantilista (Kopperi, 2004), ou, ainda como Aristóteles defendia, cumprir o espírito da lei por forma a respeitar os direitos individuais das pessoas e manter a paz e harmonia social. Pode-se assim assumir que um código de ética organizacional tem essencialmente uma utilidade estratégica, que implica que a organização faça o que diz e diz o que faz, principalmente em relação aos seus mais importantes stakeholders.

O conceito de RSO decorre portanto do conceito de ética organizacional, e pode segundo Jones & George (2003)

ser encarado segundo 3 perspectivas essenciais: enquanto obrigação social; enquanto reacção social; enquanto sensibilidade social. Estas 3 perspectivas traduzem por si só 3 atitudes fundamentais das organizações sobre esta problemática: uma atitude manietada pelo cumprimento legal; uma atitude reactiva perante problemas que põem em causa a qualidade de vida na sociedade onde se inserem; uma atitude proactiva e de compromisso com questões importantes para a melhoria da qualidade de vida nas organizações e na sociedade onde estas estão envolvidas.

É comum no entanto valorizar-se a ideia de que a RSO provém de uma atitude voluntária, independente e positiva em relação a questões de protecção ambiental, Gestão de Recursos Humanos (GRH), Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), relação com as comunidades locais, com fornece-

dores e clientes, é uma perspectiva bastante valorizada por possíveis investidores e clientes, principalmente em relações de médio e longo prazo e em que o investimento económico e humano é avultado.

A RSO surge portanto como um tema abordado por inúmeros investigadores, assim como gestores e empresários, pela sua actualidade e influência crescente nas opções estratégicas que são tomadas para o crescimento das organizações. Como também referem Castelo Branco & Rodrigues (2006) as empresas envolvem-se na problemática da RSO porque consideram que retiram benefícios competitivos se tomarem decisões socialmente responsáveis. Estes benefícios têm essencialmente a ver com o desenvolvimento de novos recursos, competências e conhecimentos que reforçam a cultura organizacional. Esta visão mais materialista da RS, em que se valorizam as vantagens práticas da adopção de uma estratégia clara de RSO é também complementada pela ideia de missão social das organizações.

Como afirmam Bigné et al (2005) às empresas do século XXI é pedido uma integração na sociedade que vai para além da mera produção de bens e serviços, através de uma contínua pressão social, atenta a inúmeros sinais da sua actividade empresarial, para além dos indicadores económicos e financeiros, como indicadores de performance ambiental, social e ética.

Também a União Europeia (UE) se tem preocupado ao longo dos anos com este tema, exemplo disso é o Livro Verde para a RSO, de Julho de 2001, que define RSO como um conceito em que as organizações, numa dinâmica voluntária, integram preocupações ambientais e sociais na sua actividade e na interacção com os seus stakeholders (empregados, clientes, fornecedores, vizinhos, Organizações Não Governamentais (ONG), autoridades públicas...), valorizando este conceito o aspecto ambiental e social, a integração da RSO na actividade e

estratégias futuras das organizações, e no seu sentido voluntário. Tem sido assim a UE dinamizadora de projectos que promovam o contributo das organizações para o progresso social e ambiental, para além das obrigações legais de base.

Um exemplo desta estratégia foi o fórum europeu multilateral sobre a responsabilidade social das empresas, que se realizou em Outubro de 2002 e dinamizou consensos entre os vários intervenientes sobre a RSO e as práticas que lhe estão associadas. Deste fórum resultaram algumas conclusões:

- **As empresas** insistem no carácter voluntário e orientado para a empresa da RSO; preferem soluções globais; alegam que a normalização excessiva seria contraproducente; e lembram as responsabilidades dos governos e organizações multilaterais, em especial fora da Europa.

- **Os sindicatos** defendem que a RSO não substitui a regulamentação,

sendo os seus instrumentos transitórios; a globalização reforça a necessidade de regras nesta matéria; e a RSO deve ser integrada num quadro legislativo ou contratual.

- **As ONG** defendem que as empresas devem assumir compromissos de RSO verificáveis, baseados em normas internacionais objectivas, aplicadas à escala mundial; os sistemas de RSO exigem a participação de todos; e a RSO precisa de regulamentação para controlar as acções das empresas.

O trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia pretende estabelecer acordos sobre códigos de conduta, rótulos e formatos de relatórios quanto aos progressos da RSO na UE, exemplo disso é a recente (2006) comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, e ao Comité Económico e Social Europeu, sobre a "implementação da parceria para o crescimento e o emprego: tornar a Europa um pólo de excelência em termos RSO".

O QUE DEVE SER SUSTENTÁVEL	O QUE DEVE SER DESENVOLVIDO
NATUREZA	PESSOAS
Terra	Infância
Biodiversidade	Expectativa de vida
Ecossistemas	Educação
	Equidade
	Igualdade
APOIO À VIDA	ECONOMIA
Ecossistemas	Riqueza
Recursos	Sectores Produtivos
Ambiente	Consumo
COMUNIDADE	SOCIEDADE
Culturas	Instituições
Grupos	Capital social
Lugares	Estados
	Regiões

tabela 1: Definições de Desenvolvimento Sustentável

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES

Actualmente a RSO é por isso inserida num contexto mais amplo (Neves, 2005), que é o de desenvolvimento sustentável e, que segundo a definição da WCED World Commission on Economic Development (WCED), é o desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras encontrarem respostas para as suas necessidades. Este princípio pode ser alcançado se as organizações se comprometerem com práticas que respeitem a melhoria contínua dos resultados em termos de SHST, qualidade ambiental e, informação ao público em geral sobre as suas actividades, para além de empregados e clientes.

Também Lyon (2004) e Schaefer (2004) argumentam que melhorias contínuas na performance das organizações em aspectos ambientais e sociais a longo prazo só são possíveis numa cultura organizacional que suporte a RS em aspectos como: políticas sobre remunerações e reconhecimento; aprendizagem; gestão da mudança; envolvimento e cooperação; flexibilidade.

Na verdade, a actividade económica actual, numa perspectiva de sistema aberto, implica uma posição responsável e proactiva de reposição constante no ambiente dos recursos retirados pelas mais variadas actividades económicas, evitando-se desta forma a tendência natural que os ecossistemas têm de esgotamento e, garantindo às gerações futuras, a possibilidade de usufruírem dos mais variados recursos pelo menos nas mesmas condições que o fazem as gerações actuais.

Esta noção de desenvolvimento sustentável está bem patente no esforço em conciliar as exigências de desenvolvimento das sociedades modernas com a necessidade de proteger o meio ambiente (Leiserowitz et al, 2006), que teve um dos primeiros debates a nível mundial na conferência

de Estocolmo sobre o ambiente e o desenvolvimento humano, em 1972. Ainda segundo a Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos da América, é possível identificar 3 valores principais em termos de sustentabilidade, que se dividem noutros que se podem considerar como intermediários (tabela 1).

A RSO pretende desta forma dar respostas a estes desafios ao possibilitar (Castelo Branco & Rodrigues, 2006) que as organizações tenham benefícios internos e ou externos quando se desenvolvem novos recursos e competências, principalmente ao nível dos Recursos Humanos (RH). As organizações que respeitam estes valores têm a possibilidade de atrair os melhores RH ao construírem e posteriormente beneficiarem de uma reputação organizacional forte e positiva.

Ainda em relação à importância crescente da temática do desenvolvimento sustentável e da captação de recursos valiosos, Oskarsson & Malmberg (2005) estudaram a forma como as organizações conseguem passar de um sistema de gestão em que trabalham de costas voltadas para o ambiente, para a integração de políticas de gestão que adoptem o crescimento sustentável como ponto de partida para a sua competitividade. Concluiu que para além de factores económicos, sociais e ambientais, também questões ligadas com a qualidade de serviços e produtos, valores éticos e capacidade de prever o futuro serão essenciais para o desenvolvimento sustentável das organizações e, que estas, terão que trabalhar apoiadas em sistemas que não sejam tão rígidos como os sistemas de gestão ambiental, de segurança e qualidade (ISO 14001, 18000 e 9001), mas que lhes permitam desenvolver políticas mais integradas, proactivas e eficazes na gestão dos seus recursos.

Sendo assim, o surgimento de sistemas de normas específicas para a certificação externa da Gestão de RH, dos quais a norma SA 8000

é um exemplo (Garcia et al, 2005), podem contribuir para uma gestão mais integrada e comprometida com políticas e estratégias eficazes ao nível da RS e do desenvolvimento sustentável das organizações.

Também neste sentido, Jayne & Skerratt (2003) referem a importância dada por instituições e fundos financeiros do Reino Unido, na sua análise de riscos, ao estudo que fazem sobre as boas práticas das organizações que procuram financiamentos ou sistemas privados de saúde e pensões em matérias como: acontecimentos passados com impactos negativos sobre o meio ambiente; políticas actuais sobre segurança, higiene e saúde no trabalho e ambiente; políticas sociais. Ou seja, procuram investir ou ser parceiros de empresas com políticas que garantam a sua sustentabilidade a médio e longo prazo, e que se identifiquem com as suas práticas de investimento socialmente responsável.

Mas nada disto se consegue de uma forma descoordenada dos restantes objectivos das organizações (Neves, 2005), exigindo-se às organizações políticas objectivas em termos de RS, que permitam resultados bastante visíveis e com repercussões positivas e efeitos a médio e longo prazo, assentes em estratégias claras e com objectivos definidos, em comparação com os resultados de medidas avulsas, incoerentes e sem ligação a uma política de RS contínua.

Rosenthal & Masarech (2003) ao estudarem culturas organizacionais de elevada performance chamam à atenção para a importância de valores como: Focagem no cliente; respeito pelas pessoas (trabalhadores, clientes, parceiros); integridade; comunicação séria e transparente; valorização do trabalho em equipa; iniciativa e amor ao trabalho, para o sucesso de inúmeras empresas líderes de mercado, assim como para a importância da interpretação e aplicação pelos gestores desses valores e, para a forma como a cultura organizacional os assimila.

SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL E CAPACIDADE DE RETENÇÃO E CAPTAÇÃO DOS MELHORES TALENTOS

Ainda sobre a temática da sustentabilidade das organizações, a capacidade de as organizações reterem e captarem trabalhadores de elevado potencial tem sido um assunto amplamente discutido por vários autores.

Segundo Herrera (2001) a rotatividade externa indesejada é um problema sério para a maioria das organizações, assim como a dificuldade em atrair os melhores candidatos. A maioria das organizações investe recursos consideráveis na tentativa de manterem e recrutarem os melhores empregados ao seu serviço, mas falham na tentativa de lhes oferecer e comunicarem aquilo que mais desejam:

- Um trabalho interessante e com desafios creíveis;
- Um bom ambiente de trabalho com efectiva comunicação bidireccional;
- Oportunidades creíveis para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- Um conjunto de benefícios e salários atractivos e competitivos.

Martel (2003) Chama à atenção para as boas práticas de 25 organizações de topo na sua área de actividade na procura e retenção de trabalhadores de elevada performance, salientando que estes profissionais são aqueles que estão na origem e na manutenção de organizações altamente competitivas. Sublinha que a maioria destas empresas caracterizam-se por:

- Possuírem estratégias de RH coerentes com as estratégias das organizações e os seus principais objectivos organizacionais;
- Que os trabalhadores acreditam que o seu trabalho é importante para as organizações, assim como a sua contribuição é valorizada para a realização do trabalho;
- Atribuição de autonomia aos trabalhadores, permitindo-lhes que tomem riscos e ao mesmo tempo tole-

rando os seus erros, envolvendo-os e comprometendo-os com as organizações, aumentando a sua auto estima e confiança nas organizações.

E ainda segundo Martel que a divulgação destas práticas é também a melhor estratégia de criar uma reputação organizacional que facilite o recrutamento de trabalhadores de elevada performance.

No mesmo sentido Koblenz (2003) refere-se às melhores práticas de organizações que se preocupam, identificando 10 características fundamentais na aplicação dessas práticas:

- 1-Sustentam um ambiente de trabalho baseado na dignidade e no respeito por todos os empregados;
- 2-Fazem com que os empregados sintam que os seus empregos são importantes;
- 3-Incorajam o total desenvolvimento dos seus empregados;
- 4-Incorajam os seus empregados a encontrarem um equilíbrio entre a sua vida pessoal e profissional;
- 5-Favorecem a qualidade de vida dos seus empregados e das suas famílias através de práticas compensatórias e de outros benefícios;
- 6-Desenvolvem técnicas e formas excepcionais nos resultados obtidos com a liderança das pessoas;
- 7-Apreciam e reconhecem o trabalho das pessoas;
- 8-Estabelecem e comunicam standards importantes em termos de comportamento ético e íntegro;
- 9-Envolvem-se em actividades em prol da comunidade em que estão inseridas;
- 10-Equacionam as necessidades humanas quando tomam decisões estratégicas para o seu negócio

E conclui que estas práticas colocam as empresas numa posição privilegiada para recrutar os melhores empregados, num mercado laboral cada vez mais curto e deficitário de trabalhadores competentes, empreendedores e responsáveis.

Collins & Han (2004), através de um estudo realizado em 99 organizações,

chegaram à conclusão que a reputação e imagem organizacional e a forma como são divulgadas, para além das técnicas de recrutamento aplicadas (maior ou menor envolvimento organizacional), podem ter efeitos directos na quantidade e qualidade dos candidatos recrutados. Em organizações pouco conhecidas, ou com uma fraca imagem organizacional, têm melhores resultados estratégias discretas de recrutamento, em organizações com maior reputação e imagem organizacional obtêm-se melhores resultados de recrutamento quando as estratégias são mais notórias e implicam um maior envolvimento organizacional através de uma clara estratégia de comunicação com o exterior e aproveitamento da sua reputação organizacional.

As organizações parecem por isso ter bastantes vantagens quando são conhecidas por serem bons locais para trabalhar, principalmente pela maior facilidade em as pessoas se apresentarem como candidatas aos postos de trabalho disponíveis, podendo-se então formar listas de candidatos com maior abrangência e que possibilitam uma escolha mais alargada, e a selecção dos candidatos com as melhores características pessoais, competências e experiência profissional. Para que isso aconteça, a reputação organizacional parece ser para muitos autores bastante importante, sendo facilmente ligada a uma cultura organizacional forte, ao reconhecimento dos pares e da comunidade onde está inserida, da qualidade percebida, da consciência social percebida pelo exterior.

Também Roberson et al (2005) apresentam um estudo em que analisam a importância da construção da mensagem para a atracção inicial de candidatos para um determinado recrutamento. Concluem a partir de uma população de 171 estudantes potencialmente candidatas a emprego que a mensagem detalhada intensifica as percepções sobre os atributos das organizações (políticas de formação, políticas de remuneração e possibili-

dades de progressão na carreira) e a existência de uma identificação dos seus atributos com os interesses dos possíveis candidatos.

Burns (2006) estudou também a importância das intenções no comportamento dos indivíduos, assim como o que está na origem das intenções individuais, tendo concluído que quanto mais fortes forem essas intenções maior possibilidade existe de o comportamento ocorrer num determinado sentido (Weber & Gillespie, 1998). As intenções dos indivíduos são constituídas por duas componentes; individual e social. A componente individual está essencialmente ligada às influências éticas a que o indivíduo está sujeito, a componente social à política e estratégias de intervenção das organizações no mercado.

Burns pretendeu estudar as intenções de futuros empregados da indústria retalhista enquanto seguidores de práticas de compras que podem ser eticamente questionáveis. Chegou à conclusão que as intenções dos estudantes finalistas em gestão em se envolverem em práticas profissionais eticamente questionáveis estão essencialmente relacionadas com os princípios filosóficos e éticos que defendem e, que do ponto de vista social, só algumas práticas das organizações são consideradas eticamente, podendo por isso, influenciar positiva ou negativamente as suas intenções enquanto futuros trabalhadores.

Outros estudos (Davis & Rothstein, 2006) debruçaram-se sobre as percepções dos indivíduos sobre os comportamentos quer das organizações, quer dos gestores e outros dirigentes, tendo concluído que a percepção de comportamentos de integridade (“... compromisso justificável com valores e princípios morais...” (Becker, 1998, p.157)) facilita comportamentos positivos e de adesão, principalmente por parte dos trabalhadores das organizações e de possíveis candidatos.

CONCLUSÃO

Surge assim a ideia de que a RSO não deve surgir dissociada das estratégias de desenvolvimento e sustentabilidade organizacional a médio e longo prazo, mas para tal, será importante clarificar até que ponto a adopção de estratégias de RS é uma mais valia na imagem e reputação destas organizações e, principalmente, na capacidade de atrair Candidatos de Elevado Potencial (CEP). A sustentabilidade a médio e longo prazo das organizações está muito ligada a estratégias claras de obtenção e rentabilização de recursos com qualidade reconhecida e, que pelas suas características distintivas, tendem a ser escassos.

Para além disso as organizações estão inseridas num ambiente em que a competição pela obtenção desses recursos é elevada e globalizada, influenciada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e pelo acesso cada vez mais massivo a meios de transporte rápidos e eficazes, que colocam esses recursos, no caso, os humanos de elevado potencial, em regiões progressivamente mais acessíveis, mais competitivas em termos de salários oferecidos, aquisição e melhoria contínua de qualificações profissionais e perspectivas de carreira, ou seja, em regiões mais atractivas.

Desta forma, considera-se que a capacidade de as organizações competirem neste ambiente continuamente em transformação está dependente de múltiplos factores, como os tecnológicos, os económicos, os políticos, assim como os de natureza social e ambiental e, que o controlo sobre estes factores, pode ser optimizado se estiver assente em estratégias organizacionais proactivas, visíveis e reconhecidas pela sociedade como garantes da sustentabilidade a médio e longo prazo.

Os CEP surgem assim associados à importância das organizações garantirem um crescimento sustentado a médio e longo prazo, com base na aquisição de recursos valiosos (Martel,

2003), que possam trazer para as organizações uma mais valia significativa para o seu esforço competitivo em relação ao ambiente em que estão inseridas e aos seus mais directos concorrentes.

Equaciona-se assim que a captação e retenção bem sucedida destes RH qualificados acima da média está ligada, não só a estratégias de recrutamento e selecção desenvolvidas e aplicadas por técnicos e com técnicas com provas dadas no terreno, mas também pela percepção, pelos possíveis candidatos, de que as organizações em causa aplicam uma estratégia clara e reconhecida de RS, e que retirarão benefícios pessoais importantes dessas estratégias se colaborarem profissionalmente com as organizações hoteleiras identificadas no nosso estudo.

A possibilidade de atrair candidatos a emprego aumenta de valor quando estes possíveis trabalhadores se perfilam como sendo de elevado potencial (Martel, 2003), ou seja, aqueles que à partida são mais requisitados pelas organizações com maior peso no mercado, e às quais podem dar um contributo qualitativamente diferenciador e mais duradouro.

Num mercado cada vez mais globalizado, em mudança constante, em que a principal característica diferenciadora das organizações será a sua capacidade de rápida adaptação à mudança e, poderem elas próprias influenciar os processos de mudança, essencialmente com uma eficiente utilização dos recursos disponíveis, a capacidade que têm de atrair e captar os recursos mais valiosos, competindo também neste campo com os seus mais directos concorrentes, será uma vantagem diferenciadora muito importante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DANIELS, N. Caroline (1997), *Estratégias Empresariais e Tecnologias da Informação*, Lisboa, Caminho.
- LANÇA, Isabel Salavisa (2001), *Mudança Tecnológica e Economia*, Oeiras, Celta Editora.
- Livro Verde Para a Sociedade da Informação em Portugal*, Lisboa, Missão para a Sociedade da Informação, sd.
- KOVÁCS, Ilona (Novembro de 1999), *Consequências da Reorganização das Empresas no Emprego* APSIOT, nº 22, pp. 9-27.
- BECKER, T. (1998). Integrity in Organizations: Beyond Honesty and Conscientiousness. *Academy of Management Review*, 23: 154-161.
- BIBNÉT, E., CHUMPITAZ, R., ANDREU, L. & SWAEN, V. (2005). Percepción de la Responsabilidad Social Corporativa : Un Análisis Cross-Cultural. *Universia Business Review*, 5: 14-27.
- BRAGUES, G. (2006). Seek the Goog Life, not Money: The Aristotelian Approach to Business Ethics. *Journal of Business Ethics*, 67: 341-357
- BURNS, D. J. (2006). Relationship Between Intentions and Perceived Frequency of Occurrence Among Future Retail Personnel. *Electronic Journal of business Ethics and Organizational Studies*. Vol 9, 2: 12-16.
- CASTELO BARNCO, M. & RODRIGUES, L. L. (2006). Corporate Social Responsibility and resource-Based Perspectives. *Journal of business Ethics*, 69: 111-132.
- COLLINS, C. J. & HAN J. (2004). Exploring Applicant Pool Quantity and Quality: The Effects of Early Recruitment Practice Strategies, Corporate Advertising, and Firm Reputation. *Personnel Psychology*, Vol 57, 3: 685-717.
- DAVIS, A. L. & ROTHSTEIN, H. R. (2006). The Effects of the Perceived Behavioral Integrity of Managers on Employee Attitudes: A Meta-analyses. *Journal of Business Ethics*, 67: 407-419
- DUTTON, J. E. & DUKERIC, J.M.(1991) Keeping an Eye on The Mirror: Image and Identification in Organizational Adaptation. *Academy of Management Review*, 34: 517-554.
- GARCIA, F. J. F., TABALES, J. N. & HERRADÓN, R. V. (2005). Alternativas de Cumplimiento de Responsabilidad Social Corporativa em Gestão de Recursos Humanos. *Universia Business review*, 007: 68-89
- Comission of the European Communities, (2001), Green Paper – “ Promoting a European Framework for Corporate Social Responsibility”.
- HERRERA, F. (2001). Demystifying Hiring and Retention. *John Willey & Sons, Inc*, 87- 95
- JAYNE, M. R. & SKERRAT, G. (2003). Socially Responsible Investement in the UK – Criteria that are Used to Evaluate Suitability. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 10: 1-11.
- JONES, G. R. & GEORGE, J. M. (2003). *Contemporary Management*. McGraw-Hill Higer Education, New York.
- KOBLENZ, M. (2003). Ten Best Practices of Companies That Care. *Willey Periodicals, Inc*.
- KOPPERI, M. (2006). Business Ethics in Global Economy. *Business and Organizational Ethics Network*, 11: 1-5.
- LEISOROWITZ, A. A., KATES, R. W. & THOMAS M. P. (2006). Sustainability Values, Attitudes, and Behaviours: A review of Multinational and Global Trends. *Annual Review on Environment Resources*, 31: 413-444.

- LYON, D. (2004). How Can You Help Organizations Change to Meet the Corporate Responsibility Agenda? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 11: 133-139.
- MARTEL, L. (2003). Finding and Keeping High Performers: Best Practices From 25 Best Companies. *Willey Periodicals*, Inc. 27-43.
- NEVES, J. G. (2005). Responsabilidade Social das Organizações (RSO): Conceito e Aplicabilidade. *Recursos Humanos Magazine*, 9: 52-63.
- OSKARSON, K. & MALMBORG F., (2005). Integrated Management Systems as a *Corporate Response to Sustainable Development*. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 12: 121-128
- ROBERSON, Q. M., COLLINS, C. J. & OREG, S. (2005). The Effects of Recruitment Message Specificity on Applicant Attraction to Organizations. *Journal of Business and Psychology*, Vol 19, nº3: 319-339.
- ROSENTHAL, J. & MASARECH M. A., (2003). High-Performance Cultures: How Values Can Drive Business Results. *Journal of Organizational Excellence*, 3-18
- SCHAEFER, A. (2004). Corporate Sustainability – Integrating Environmental and Social Concerns? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 11: 179-187.

PALAVRAS CHAVE

.....

Gestão Ética; Responsabilidade Social das Organizações; Factores de Atracção; Candidatos de Elevado Potencial; Notoriedade Sustentável das Organizações.

ESTIMAÇÃO DE MODELOS LINEARES GERAIS MISTOS UTILIZANDO O SAS®

O Modelo Linear Geral Misto (MLGM) enquadra-se numa classe de modelos que tem sido tradicionalmente analisada através de procedimentos de análise de variância. Nos MLGM existem três aspectos fundamentais: estimação e significância dos efeitos fixos, predição dos efeitos aleatórios e estimação das componentes de variância. Na análise de MLGM desbalanceados, a estimação das componentes de variância tem importância extrema e depende da estrutura de covariância e dos métodos de estimação utilizados. Este artigo pretende apresentar os principais métodos de estimação do MLGM com estruturas gerais de covariância dos efeitos aleatórios, disponíveis no procedimento "proc mixed" do *Statistical Analysis System (SAS)*.

Luís Pereira – ESGHT

Lara Ferreira – ESGHT¹

INTRODUÇÃO

Os MLGM são utilizados para descrever um conjunto de dados cuja estrutura de tratamentos envolve alguns factores que são fixos e outros que são aleatórios, ou seja, modelos lineares que contêm efeitos fixos e aleatórios, independentemente da média e do erro. Consequentemente, a análise de um modelo misto envolve duas partes: uma análise para a parte aleatória e outra para a parte fixa. Nos MLGM a análise da parte aleatória consiste na predição dos efeitos aleatórios e na estimação das componentes de variância. A análise da parte fixa consiste na estimação e na realização de testes de hipóteses sobre funções estimáveis dos efeitos fixos. Em geral, tanto a predição dos

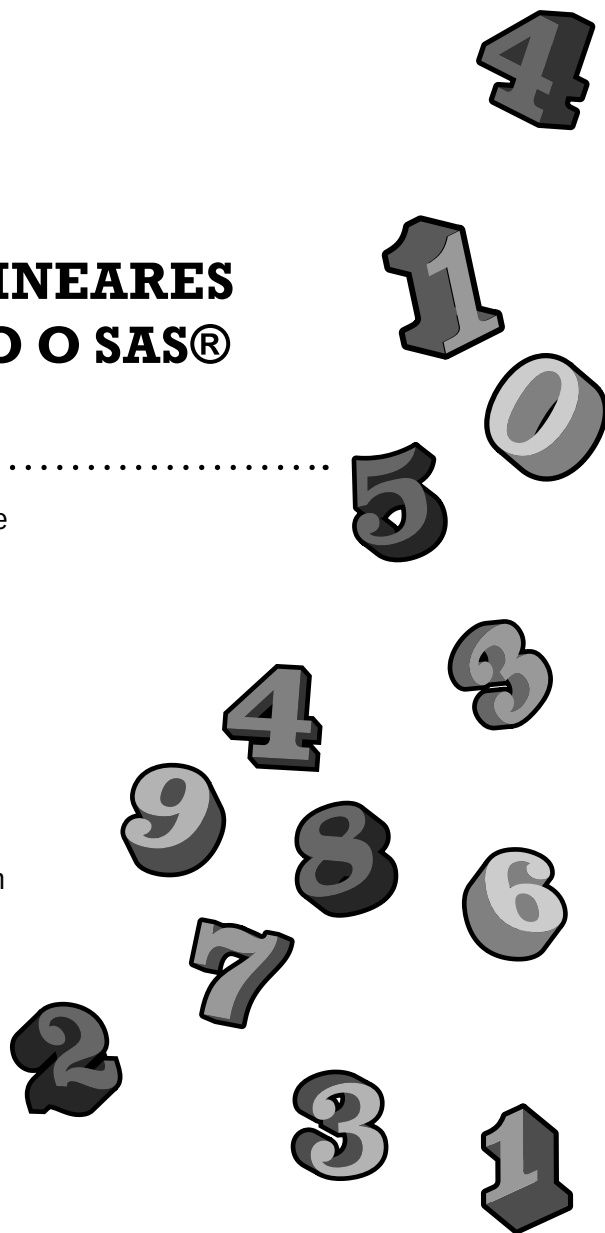
efeitos aleatórios como a estimação dos efeitos fixos dependem da estimação das componentes de variância.

Segundo Scheffé (1959), o MLGM foi amplamente estudado por Fisher em 1918, com grande repercussão nos estudos de genética quantitativa. Tal modelo foi denominado pelo autor como modelo de componentes de variância.

Diversos métodos têm sido propostos para estimar as componentes de variância, destacando-se o método da máxima verosimilhança (*Maximum Likelihood*: ML) da autoria de Hartley e Rao (1967), o método da estimação quadrática não enviesada de variância mínima (*Minimum Variance Quadratic Unbiased Estimation*: MIVQUE) descrito em Rao (1971) e o método da máxima verosimilhança restrita (*Restricted Maximum Likelihood*: REML) descrito por

Patterson e Thompson (1971). Todos estes métodos estão disponíveis no procedimento "proc mixed" do SAS.

Searle et al. (1992) apresentaram uma ampla discussão sobre estimação de componentes de variância e análise de modelos mistos, ilustrando-os por meio de exemplos. Richardson e Welsh (1995) apresentaram duas definições de máxima verosimilhança robusta e máxima verosimilhança restrita robusta, e apresentaram também, por meio de simulação, um estudo para investigar as propriedades assintóticas e as vantagens de utilizar esses métodos robustos. Gilmour et al. (1995) descreveram e aplicaram o algoritmo *Average Information (AI)*, na estimação de componentes de variância pelo método da REML, em modelos mistos com erros correlacionados.



Para além destes métodos, têm sido utilizados no passado recente outros métodos para a estimação das componentes de variância no contexto do MLGM. Destaca-se o método de ajustamento de constantes (Henderson, 1953; Fuller e Battese, 1973). Existe, no entanto, evidência empírica (Swallow e Monaham, 1984) que favorece a utilização dos métodos de verosimilhança. O principal obstáculo à sua utilização reside no grande peso computacional que poderá impedir a convergência ao trabalhar com conjuntos de dados de grande dimensão.

Este trabalho tem como objectivos apresentar métodos de estimação das componentes de variância disponíveis no procedimento "proc mixed" do sistema computacional SAS versão 9.0 e ilustrar a utilização desse procedimento na estimação de MLGM com dois factores desbalanceados.

METODOLOGIA

Considerações iniciais

Neste estudo adopta-se a forma matricial para apresentar o MLGM, descrita em Searle (1987), Searle et al. (1992), Littell et al. (2006), entre outros:

$$y = X\beta + Zu + \epsilon, \quad (1)$$

onde y é o vector das observações da variável dependente de dimensão (nx1); X é a matriz não estocástica de n valores de p variáveis explicativas, de dimensão (n x p); β é o vector dos efeitos fixos, desconhecido, de dimensão (p x 1); Z é a matriz de desenho dos efeitos aleatórios, conhecida, de dimensão (n x q); u é o vector de efeitos aleatórios, desconhecido, de dimensão (qx1) e ε é o vector de erros aleatórios não observáveis, de dimensão (nx1).

Assim, para o modelo misto (1), assumindo que os efeitos aleatórios u e ε têm distribuição normal, com média zero, e matrizes de variâncias e covariâncias G e R = σ²I respectivamente, o vector y terá distribuição normal multivariada, com média Xβ e matriz de variâncias e covariâncias V = ZGZ' + σ²I, ou seja, y ~ N(Xβ, V).

Em geral, a matriz de variâncias e covariâncias de y é uma função linear de parâmetros desconhecidos a serem estimados. Assim, quanto mais adequada for a matriz G, escolhida a priori, mais os resultados das estimativas de β e u se aproximarão de soluções BLUE (Best Linear Unbiased Estimator) e BLUP (Best Linear Unbiased Predictor), respectivamente.

Estimação dos efeitos fixos

Na análise do MLGM tem-se, em geral, interesse na estimação e testes de hipóteses dos efeitos fixos. Entretanto, para a estimativa de uma função estimável dos parâmetros de efeitos fixos é necessário o conhecimento das estimativas das componentes de variância. Assim, as estimativas dos parâmetros de efeitos fixos dependem dos métodos utilizados na obtenção das estimativas das componentes de variância. O Método dos Mínimos Quadrados Generalizados (MMQG), que minimiza

$$(y - X\beta)'V^{-1}(y - X\beta) \text{ fornece o sistema de equações normais generalizadas .}$$

X'V^{-1}Xβ = X'V^{-1}y Assim, para o modelo (1) tem-se que o BLUE de β é dado por:

$$\beta(\hat{\theta}) = (X'V^{-1}X)^{-1}X'V^{-1}y, \quad (2)$$

onde θ é um vector de parâmetros formado pelas componentes de variância e (X'V^{-1}X)^{-1} é uma qualquer matriz inversa generalizada de X'V^{-1}X (Searle, 1971). Desse modo, as componentes de variância são consideradas nas estimativas dos efeitos fixos. Contudo, nas aplicações práticas, as componentes de variância são desconhecidas. Nesses casos, uma estratégia interessante e conveniente consiste em obter estimativas das componentes de variância, as quais são utilizadas em vez das componentes em V. Substituindo θ por θ na expressão (2) tem-se que:

$$\hat{\beta}(\hat{\theta}) = (X'V^{-1}(\hat{\theta})X)^{-1}X'V^{-1}(\hat{\theta})y. \quad (3)$$

Predição dos efeitos aleatórios

No MLGM (1) o vector u é um vector de variáveis aleatórias. Uma questão que se coloca frequentemente é a se-

guinte: dado o vector de dados y, como é que se pode prever os valores dos efeitos aleatórios que poderiam a ele estar associados, ou seja, qual é "um" estimador da média condicional E(u|y) ? No caso do MLGM (1) tem-se que o melhor preditor linear de u sob a normalidade é dado por:

$$\tilde{u} = E(u|y) = GZ'V^{-1}(y - X\hat{\beta}). \quad (4)$$

Combinando os conceitos de predição e de melhor estimador linear não enviesado, tem-se que o melhor preditor linear não enviesado, ou seja, o BLUP de u, é dado por:

$$\hat{u} = GZ'V^{-1}(y - X\hat{\beta}). \quad (5)$$

Quando os parâmetros de θ são conhecidos, β̂ é o melhor estimador linear centrado de β e ũ é o melhor preditor linear centrado de u (a este respeito ver Searle, 1971; Harville, 1990; Robinson, 1991, McLean, Sanders e Stroup, 1991). Quando as componentes de variância são conhecidas, o cálculo do BLUP de u não apresenta dificuldades e pode ser obtido através das conhecidas equações normais (Henderson, 1984):

$$\begin{bmatrix} X'X & X'Y \\ Z'XZ'Z + \sigma^2G^{-1} & Z'Y \end{bmatrix} \begin{bmatrix} \beta \\ u \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} X'Y \\ Z'Y \end{bmatrix}. \quad (6)$$

Resolvendo-se esse sistema de equações, obtêm-se as soluções para os efeitos fixos β̂, e as predições para os efeitos aleatórios, ũ. Para o desenvolvimento precedente, assume-se que V é conhecida. Quando não é esse o caso, então essas variâncias devem ser estimadas utilizando-se um dos métodos disponíveis na literatura, como por exemplo o método da ML ou da REML. Então, substituindo V por V̂, tem-se que as soluções das equações normais são dadas por:

$$\begin{bmatrix} \hat{\beta} \\ \hat{u} \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} (X'\hat{V}^{-1})X' & X'\hat{V}^{-1}y \\ \hat{G}Z'\hat{V}^{-1}(y - X\hat{\beta}) \end{bmatrix}. \quad (7)$$

Assim, utilizando-se a expressão (7) obtêm-se as estimativas dos efeitos fixos e as predições dos efeitos aleatórios, β̂ e ũ, respectivamente. Um aspecto interessante das equações normais é que elas podem ser utilizadas em procedimentos iterativos para os cálculos das estimativas ML e REML das componentes de variância. Alguns

K'y ~ N(φ, K)

detalhes do relacionamento entre essas equações e as estimativas ML e REML são apresentados em Harville (1977) e Searle et al. (1992).

Estimação das componentes de variância

Para a obtenção do BLUE de β e do BLUP de u , exige-se o conhecimento das estimativas dos componentes de variância. Um problema relacionado com a estimação das componentes de variância para dados desbalanceados assenta na dificuldade de escolher um método de estimação entre os muitos métodos de estimação disponíveis. Apresentam-se de seguida alguns métodos de estimação das componentes de variância disponíveis no procedimento "proc mixed" do SAS: ML, REML, MIVQUEO.

Método da Máxima Verosimilhança (ML)

Hartley e Rao (1967) aplicaram o método da ML ao MLGM. Este método consiste em maximizar a função de verosimilhança, em relação aos efeitos fixos e às componentes de variância. Assim, para o MLGM (1), assumindo $y \sim N(X\beta, V)$ com $V = ZGZ' + \sigma^2 I$, a função de verosimilhança é dada por:

$$L = (2\pi)^{-\frac{n}{2}} |V|^{-\frac{1}{2}} \exp\left[-\frac{1}{2} (y - X\beta)' V^{-1} (y - X\beta)\right], \quad (8)$$

onde $|V|$ é o determinante de V . O logaritmo da função de verosimilhança é dado por:

$$-2 \log L = n \log(2\pi) + \log |V| + (y - X\hat{\beta})' V^{-1} (y - X\hat{\beta}), \quad (9)$$

O "proc mixed" implementa o método ML através da construção de uma função objectivo para ML minimizando $-2l$, ou seja, minimizando:

$$-2 \log L = n \log(2\pi) + \log |V| + (y - X\beta)' V^{-1} (y - X\beta) \quad (10)$$

Minimizando a expressão (10) relativamente a β obtém-se:

$$\hat{\beta} = (X' \tilde{V}^{-1} X)^{-1} X' \tilde{V}^{-1} y, \quad (11)$$

onde $\tilde{\beta}$ e \tilde{V} representam as estimativas ML de β e V , respectivamente. Substituindo $\hat{\beta}$ na expressão (10), tem-se que:

$$-2 \log L = n \log(2\pi) + \log |\tilde{V}| + (y - X\hat{\beta})' \tilde{V}^{-1} (y - X\hat{\beta}). \quad (12)$$

A expressão (12) é a função objectivo para a ML utilizada pelo "proc mixed" do SAS. Minimizando-se essa função sobre todos os parâmetros desconhecidos, obtém-se um sistema de equações cuja solução fornece as estimativas ML. Essas equações são não lineares e são resolvidas numericamente, em geral por processos iterativos como o algoritmo de Newton-Raphson. O processo é repetido até que o critério de convergência adoptado seja satisfeito. Assim, o método da ML supõe normalidade dos dados, é iterativo e fornece sempre estimativas não negativas de componentes de variância, mas estas são enviesadas, pois o método não considera a perda de graus de liberdade resultante da estimação dos efeitos fixos do modelo.

Método da Máxima Verosimilhança Restrita (REML)

Patterson e Thompson (1971) propuseram uma modificação do método da ML para MLGM. Os estimadores REML maximizam a função de verosimilhança de um vector de combinações lineares das observações que são invariantes a $X\beta$. Seja $K'y$ esse vector. Então $K'y = K'X\beta + K'Zu + K'\epsilon$ é invariante a $X\beta$ se e somente se $K'X = \phi$. Com $y \sim N(X\beta, V)$, tem-se que para $K'X = \phi$, $K'y \sim N(\phi, K'VK)$. As equações REML também podem ser deduzidas das equações ML substituindo-se: y por $K'y$, X por $K'X=0$, Z por $K'Z$ e V por $K'VK$. O procedimento "proc mixed" do SAS implementa o método REML construindo a função $-2 \log$ da função de verosimilhança restrita, dada por:

$$-2 \log L_r = (n-k) \log(2\pi) + \log |V| + (y - X\hat{\beta})' V^{-1} (y - X\hat{\beta}) + \log |K'V^{-1}K|, \quad (13)$$

onde k é a característica da matriz X e $\tilde{\beta} = (X' \tilde{V}^{-1} X)^{-1} X' \tilde{V}^{-1} y$, com $\tilde{\beta}$ e \tilde{V} a representar as estimativas REML de β e V , respectivamente.

No método REML a função de verosimilhança é dividida em duas partes independentes, uma referente aos efeitos fixos e outra aos aleatórios, de maneira que a função de verosimilhança é dada pela soma das funções de

verosimilhança de cada parte.

O método REML tem sido considerado o método preferido para estimar componentes de variância de dados desbalanceados (Harville, 1977; Henderson, 1984; Searle et al., 1992, entre outros). As razões para essa preferência são justificadas pelas propriedades desses estimadores. O método REML supõe a normalidade dos dados, é iterativo e fornece sempre estimativas não negativas das componentes de variância, como o método ML. No entanto, considera a perda de graus de liberdade devido aos efeitos fixos, fornecendo estimadores não enviesados e de variância mínima para dados balanceados. A principal diferença entre os métodos ML e REML é que o ML usa a função de verosimilhança de $K'y$ ou o logaritmo desta função, enquanto o REML adopta a função de verosimilhança de y , o qual é um vector de combinações lineares das observações (com média nula), que representa efectivamente as observações ajustadas para os efeitos fixos.

Método de Estimação Quadrática Não Enviesada de Variância Mínima (MIVQUE)

Rao (1971; 1972) propôs um método de estimação que é derivado de modo que o estimador seja uma forma quadrática das observações, não enviesado e de variância mínima. O seu desenvolvimento envolve álgebra extensiva e o seu conceito utiliza valores escolhidos, a priori, para as componentes de variância a estimar. Assim, diferentes valores a priori podem levar a diferentes estimativas para um mesmo conjunto de dados. Obtém-se portanto "um" estimador MIVQUE e não "o" estimador MIVQUE.

Swallow e Monahan (1984) utilizaram o procedimento MIVQUE com a hipótese a priori de que a matriz de variâncias e covariâncias é a matriz identidade, MIVQUEO.

Sob normalidade, a estimação das componentes de variância pelo método MIVQUEO é feita com base na

FACTOR A GÊNERO	FACTOR B = LOCAL DE RESIDÊNCIA		
	URBANO (J=1)	SEMIURBANO (J=2)	RURAL (J=3)
MASCULINO (I=1)	176	153	207
	229	173	177
	197	189	185
	212	195	220
	190	-	-
FEMININO (I=2)	235	220	230
	266	252	249
	280	-	199
	293	-	-
	-	-	-

tabela 1: Valores dos níveis de colesterol de 22 pacientes com diagnóstico clínico de acidente vascular cerebral isquêmico permanente



fig 1: Código SAS necessário para ajustar o modelo (15) aos dados da tabela 1

equação:

$$\{tr(PV_iPV_i)\} \hat{S} = \{\hat{SPV}_iP_iy_i\}, \quad (14)$$

onde \hat{V} é o vector de soluções das componentes de variância e $P=I-X(X'X)^{-1}X'$.

Estruturas gerais de covariância

Conforme referido acima, a análise de modelos mistos envolve duas partes: a análise da parte fixa e da parte aleatória. Tanto a estimação dos efeitos fixos como a predição dos efeitos aleatórios depende da estimação das componentes de variância. A estimação dessas componentes depende da estrutura da matriz G e do método de estimação utilizado. Várias estruturas de covariância podem ser especificadas para a matriz G (a este respeito ver Searle et al., 1992; Wolfinger, 1993, 1996; Littell et al., 2006; entre outros).

Neste estudo, decidiu-se adotar $R=\sigma^2I$ e as seguintes estruturas de G: componentes de variância (VC), diagonal (TOEP(1)), simetria composta (diagonal mais covariância comum: CS) e Huynh-Feldt (HF).

Procedimento “proc mixed” do SAS

O “proc mixed” é o procedimento do SAS apropriado para a análise de modelos mistos desbalanceados, pois distingue claramente os efeitos fixos dos efeitos aleatórios (Littell et al., 2006). Este procedimento utilizado para ajuste de MLGM permite uma especificação geral da matriz de variâncias e covariâncias e ajusta o MLGM através do método dos MMQG.

O “proc mixed” ajusta o MLGM (1) com a flexibilidade de modelar não somente as médias dos dados, mas tam-

bém as suas variâncias e covariâncias. Para além disso, este procedimento permite uma especificação geral da matriz de variâncias e covariâncias dos erros e que as componentes de erro sejam correlacionados e oferece, ainda, várias opções para a estrutura de variâncias e covariâncias dos efeitos aleatórios, sendo que essas podem ser estimadas, por exemplo, através dos métodos MIVQUEO, ML e REML.

ESTUDO EMPÍRICO

Em seguida, apresenta-se uma aplicação prática com o objectivo de ilustrar a utilização do procedimento “proc mixed” no ajuste de modelos mistos desbalanceados com dois factores (A fixo e B aleatório) e interacção. Os dados apresentados na tabela 1, referem-se aos valores dos níveis de colesterol de 22 pacientes com diagnóstico clínico de acidente vascular cerebral isquêmico permanente, com idade superior ou igual a 60 anos, observados no Hospital Distrital de Faro e classificados de acordo com o género e o local de residência.

O modelo utilizado para descrever os dados da tabela 1 é o modelo misto desbalanceado com dois factores (género fixo e local aleatório) e interacção, caracterizado por:

$$Y_{ijk} = \mu + \alpha_i + \beta_j + Y_{ij} + \epsilon_{ijk}, \quad \text{com } i=1, 2; j=1, 2, 3 \text{ e } k=1, 2, \dots, n_{ij} \quad (15)$$

onde Y_{ijk} é o nível de colesterol do k-ésimo indivíduo do j-ésimo local e do género i; μ é a média global; α_i é o efeito do género; β_j é o efeito do local com $\beta_j \sim N(0; \sigma_\beta^2)$ e independentes; Y_{ij} é o efeito cruzado do local e género, com $Y_{ij} \sim N(0; \sigma_y^2)$ e independentes; ϵ_{ijk} é o erro aleatório, com $\epsilon_{ijk} \sim N(0; \sigma^2)$ e independentes. Admite-se também que β_j, Y_{ij} e ϵ_{ijk} são independentes. Assim:

$$y \sim N(X\beta, ZGZ' + \sigma^2I) \quad \text{onde } \begin{bmatrix} \sigma_\beta^2 I_j & \phi \\ \phi & \sigma_y^2 I_G \end{bmatrix}$$

Na figura 1 são apresentados os programas utilizando o “proc mixed” do SAS para ajustar os dados da tabela 1. Observa-se que os efeitos fixos são especificados no “model”, e os

aleatórios no "random". A estrutura de G é definida no "random", por meio da opção "type".

No "proc mixed" o método REML é o método de estimação utilizado por

dimento é VC. As outras estruturas de G consideradas neste trabalho são: CS, TOEP(1) e HF.

Com o "proc mixed" estimam-se as componentes de variância para os

para os efeitos fixos. Na tabela 2 são apresentadas algumas informações sobre o modelo misto ajustado pelo "proc mixed" do SAS.

Na figura 2 são apresentados os resultados obtidos por meio do "proc mixed" utilizando a estrutura de componentes de variância para G e o método REML para estimação das componentes de variância. Observa-se que o processo numérico para obter as estimativas REML convergiu na terceira iteração, fornecendo as estimativas das componentes de variância.

Assim, as estimativas pelo método REML, quando G=VC são as seguintes: $\hat{\sigma}^2_{local}=118,05$, $\hat{\sigma}^2_{g\u00e9nero*local}=80,93$ e $\hat{\sigma}^2=469,81$. Portanto, a estimativa de G é dada por:

$$\begin{bmatrix} 118,05I_3 & \phi \\ \phi & 80,93I_2 \end{bmatrix}$$

As funções estimáveis dos tipos I e III são iguais (lemma, 1997), e assim, a hipótese que está sendo testada para o factor fixo, sexo, é dada por $H_0: \alpha_1 - \alpha_2 = 0$. Observa-se na figura 2, que foram estimados três componentes de variância. Os resultados obtidos por meio do "proc mixed" utilizando as outras estruturas de G e os outros métodos são análogos aos da figura 2 e não são apresentados neste artigo.

Segundo Wolfinger (1993) um dos procedimentos utilizado na selecção da estrutura de variâncias e covariâncias é o critério AIC, no qual menores valores sugerem uma estrutura melhor. Os resultados do critério AIC e dos testes de hipóteses para o factor de efeitos fixos, o género, de acordo com as estruturas adoptadas para a matriz G e os métodos de estimação utilizados, estão resumidos na tabela 3.

Quando se comparam as estruturas de G, observa-se que para os três métodos a "melhor", no sentido de menor valor AIC, é a TOEP(1) e a "pioir" é a estrutura HF. No entanto, a escolha da estrutura de G mais apropriada, não deve ser exclusivamente baseada nestes critérios, devem-se também e principalmente considerar a natureza dos dados e a experiência do investigador.

DESCRIÇÃO	INTERPRETAÇÃO
-2 Log verosimilhança restrita	-2 vezes o valor máximo do logaritmo neperiano da verosimilhança restrita (-2l).
Critério de Informação de Akaike (AIC)	O critério AIC pode ser usado para comparar modelos com os mesmos efeitos fixos, mas diferentes estruturas de variância. O modelo com menor AIC é considerado o melhor. $AIC = -2(l - q)$, onde q é o número de parâmetros de covariância existentes em G e R.
Critério de Informação Consistente de Akaike (AICC)	O modelo com menor AICC é considerado o melhor. $AICC = -2(l + q \ln(n^*) + 1)$, onde $n^* = n$ para ML e $n^* = n - p$ para REML, q é o número de parâmetros de covariância e p a ordem de X.
Critério Bayesiano de Schwarz (BIC)	O modelo com menor BIC é considerado o melhor. $BIC = -2(l + q \ln(n^*))$, onde $n^* = n$ para ML e $n^* = n - p$ para REML, q é o número de parâmetros de covariância e p a ordem de X.

tabela 2: Algumas informações sobre o ajuste do MLGM fornecidas pelo "proc mixed"

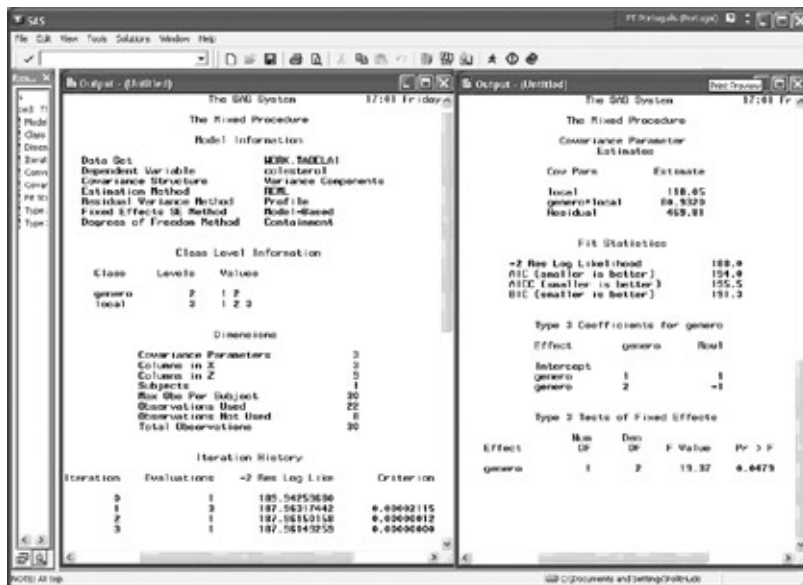


fig 2: Resultados obtidos no SAS quando se ajusta o modelo (15) utilizando o método REML, a opção E3 e G=VC

defeito para se estimar as componentes de variância. No "proc mixed" é possível especificar várias estruturas para a matriz de variâncias e covariâncias dos efeitos aleatórios. A estrutura de G utilizada por defeito neste proce-

defeito para se estimar as componentes de variância do modelo de acordo com o método especificado, bem como as funções estimáveis dos tipos I e III conforme as opções E e E3 especificadas no "model" e o teste F usando as somas de quadrados dos tipos I e III

MÉTODO	ESTRUTURA DE G	VALOR DO AIC	F TIPO III	PR > F
REML	VC	194,0	19,37	0,0479
	CS	194,0	17,87	0,0517
	TOEP(1)	192,0	17,87	0,0517
	HF	210,0	17,87	0,0517
ML	VC	210,5	30,35	0,0314
	CS	(*)	(*)	(*)
	TOEP(1)	208,6	23,76	0,0396
	HF	(*)	(*)	(*)
MIVQUE0	VC	194,0	22,69	0,0414
	CS	194,0	17,33	0,0531
	TOEP(1)	192,0	17,33	0,0531
	HF	218,5	1,00	0,4229

(*) O Processo numérico para obter as estimativas ML não convergiu.

tabela 3: Resultados do AIC e dos testes para o factor de efeitos fixos, obtidos pelo "proc mixed"

O critério AIC não é adequado para comparar os métodos: MIVQUE0, ML e REML, e, a menos que se conheça a matriz de variâncias e covariâncias da população, torna-se pouco confortável para o investigador afirmar qual é o melhor método. Uma comparação analítica torna-se viável para dados balanceados e mesmo assim deve ser feita com cautela, considerando-se cada modelo em particular. Conforme visto anteriormente, o método REML tem sido considerado o preferido para estimar componentes de variância de

dados desbalanceados.

Os testes de hipóteses sobre os efeitos fixos dependem da estrutura da matriz G e do método de estimação utilizado. Comparando-se os testes F, ao nível de significância de 5%, de acordo com as estruturas de G, para cada método separadamente, tem-se: para o MIVQUE0, o teste F foi significativo para G=VC, sendo a estrutura G=HF a mais discrepante de todas; para o ML, o teste F foi significativo para as estruturas de G iguais a VC e TOEP(1); para o

REML, o teste F foi significativo para a estrutura de G=VC, e não significativo para as demais estruturas.

CONCLUSÕES

O SAS apresenta grande flexibilidade no ajuste de MLGM, destacando-se a excelente performance do procedimento "proc mixed".

O "proc mixed" é o procedimento do SAS apropriado para análise de modelos mistos, pois permite uma especificação geral da matriz de variâncias e covariâncias dos efeitos aleatórios, G, e dos resíduos. A estrutura de G é definida na opção "type" da declaração "random". A "melhor" estrutura de G, de entre as utilizadas, no sentido de maior valor AIC, foi G=TOEP(1), para os três métodos de estimação: MIVQUE0, ML e REML.

O nível nominal dos testes de hipóteses do tipo III para o factor de efeitos fixos, género, foram semelhantes quando G=VC. No que se refere às demais estruturas utilizadas neste estudo, apenas a estrutura G=HF alterou sensivelmente o nível nominal, em relação às demais.

1 Investigadora do Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra (CEISUC)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GILMOUR, A.R.; THOMPSON, R. e CULLIS, B.R. (1995), «Average information REML: an efficient algorithm for variance parameter estimation in linear mixed models», in *Biometrics*, vol.51, 1440-1450.

FULLER, W.A., e BATTESE, G.E. (1973), «Transformations for estimation of linear models with nested-error structure», in *Journal of the American Statistical Association*, vol. 68, 626-632.

HARTLEY, H.O. e RAO, J.N.K. (1967), «Maximum likelihood estimation for the mixed analysis of variance model», in *Biometrika*, vol. 54, 93-108.

HARVILLE, D.A. (1977), «Maximum-likelihood approaches to variances component estimation and to related problems», in *Journal of the American Statistical Association*, vol.72, 320-340.

- HARVILLE, D.A. (1990), «BLUP (Best linear unbiased prediction), and beyond», in *Advances in statistical methods for genetic improvement of livestock*, Springer-Verlag, 239-276.
- HENDERSON, C.R. (1953), «Estimation of variance and covariance components», in *Biometrics*, vol. 9, 226-252.
- HENDERSON, C.R. (1984), Applications of linear models in animal breeding, University of Guelph, Ontario.
- IEMMA, A.F. (1997), Hypothèses statistiques et fonctions estimables du logiciel SAS, Gembloux.
- LITTELL, R.C.; MILLIKEN, G.A.; STROUP, W.W.; WOLFINGER, R.D. e SCHABENBERGER, O. (2006), SAS for mixed models, SAS Institute Inc., Cary.
- MCLEAN, R.A.; SANDERS, W.L. e STROUP, W.W. (1991), «A unified approach to mixed linear models», in *The American Statistician*, vol. 45, 54-64.
- PATTERSON, H.D. e THOMPSON, R. (1971), «Recovery of inter-block information when blocks sizes are unequal», in *Biometrika*, vol. 58, 545-554.
- RAO, C.R. (1971), «Minimum variance quadratic unbiased estimation of variance components», in *Journal of Multivariate Analysis*, vol. 1, 445-456.
- RAO, C.R. (1972), «Estimation of variance and covariance components in linear models», in *Journal of the American Statistical Association*, vol. 67, 112-115.
- RICHARDSON, A.M. e WELSH, A.H. (1995), «Robust restricted maximum likelihood in mixed linear models», in *Biometrics*, vol. 51, 1429-1439.
- ROBINSON, G.K. (1991), «That BLUP is a good thing: the estimation of random effects», in *Statistical Science*, vol. 1, 15-51.
- SCHEFFÉ, H. (1959), The analysis of variance, John Wiley & Sons, New York.
- SEARLE, S.R. (1971), Linear models, John Wiley & Sons, New York.
- SEARLE, S.R. (1987), Linear models for unbalanced data, John Wiley & Sons, New York.
- SEARLE, S.R.; CASELLA, G. e McCULLOCH, C. (1992), Variance components, John Wiley & Sons, New York.
- SWALLOW, W.H. e MONAHAN, J.F. (1984), «Monte Carlo comparison of ANOVA, MINQUE, REML, and ML estimators of variance components», in *Technometrics*, vol. 26, 47-57.
- WOLFINGER, R.D. (1993), «Covariance structure selection in general mixed models», in *Communications in statistics simulation and computation*, vol. 22, n.º 4: 1079-1106.
- WOLFINGER, R.D. (1996), «Heterogeneous variance-covariance structures for repeated measures», in *Journal of Agricultural, Biological and Environmental Statistics*, vol. 1, n.º 2, 205-230.

TOPONÍMIA DE S. BRÁS DE ALPORTEL

O presente artigo resulta de um trabalho de investigação elaborado por alunos dos 7º e 9º anos de escolaridade da Escola EB 2,3 Poeta Bernardo de Passos de S. Brás de Alportel que teve como objectivo traçar o esboço toponímico do concelho de S. Brás de Alportel.

Augusto Vinagre – Docente de História do 3º Ciclo
Alunos da Escola EB2,3 Poeta Bernardo de Passos, S.Brás de Alportel

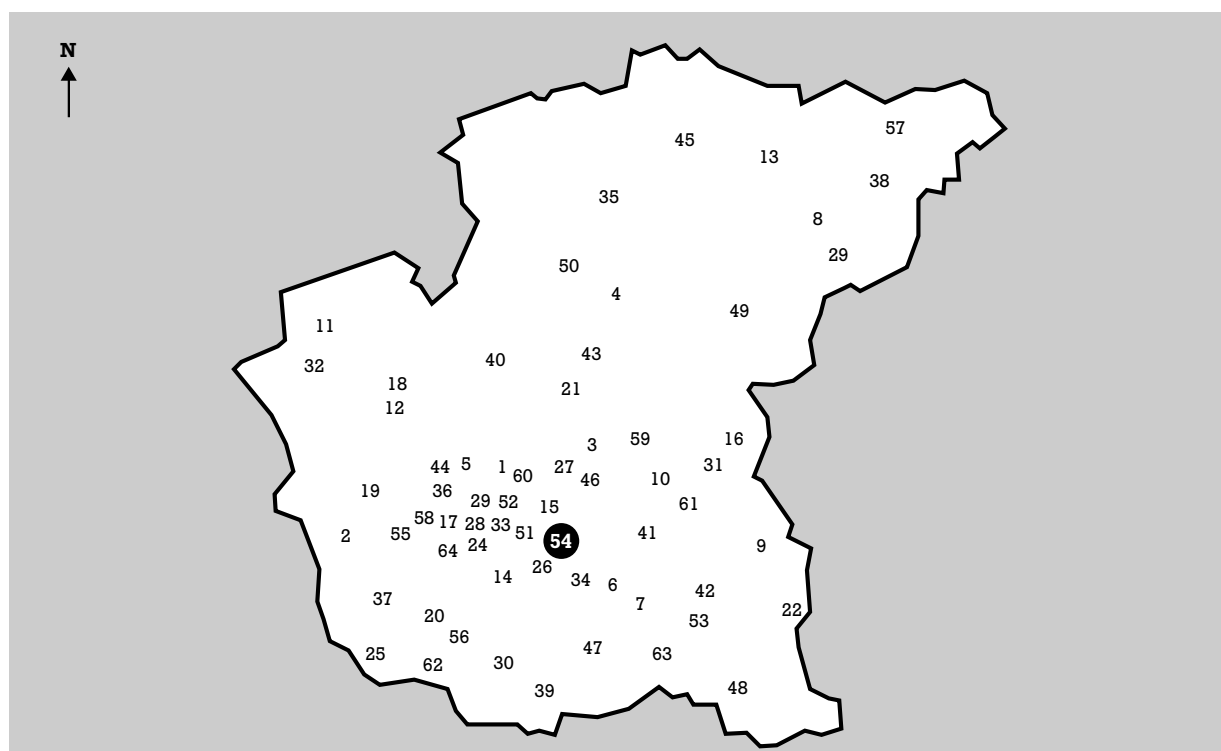


tabela 1: Mapa do Concelho de S. Brás de Alportel com a localização aproximada dos sítios/topónimos referidos no texto. O nº54 assinala a sede do concelho, S. Brás de Alportel.

O esboço toponímico do concelho de S. Brás de Alportel¹ que aqui se apresenta, resultou de dois momentos distintos. O primeiro momento de trabalho envolveu os alunos do 9ºC² e desenvolveu-se no âmbito do Projecto Curricular de Turma, intitulado «Vamos conhecer a nossa terra!». Os alunos

realizaram vários trabalhos sobre a região e fizeram o levantamento dos topónimos de São Brás registados como sítios no «Censo da população dos sítios da freguesia desde há quasi dois séculos» presentes no *Livro de Alportel* do investigador/estudioso local Estanco Louro, escrito em 1929.

Os topónimos foram fichados e anotados a partir de bibliografia presente nas bibliotecas escolar, municipal e da associação local *in loco*.

Um segundo momento envolveu alunos das turmas de História do 7º Ano³, os quais recolheram os testemunhos orais (lendas, histórias, memó-

rias) sobre as terras recenseadas por Estanco Louro e referenciadas toponimicamente pelos alunos do 9º C.

No sentido de conseguirem fazer uma recolha eficaz destes testemunhos orais, os alunos foram sensibilizados para¹ recolher informações sobre a origem ou designação do seu local de residência² e fazer a recolha individualmente junto de familiares (sobretudo pais e avós) e de vizinhos, por serem estes os informantes mais próximos do território, dos alunos e da escola.

A recolha teve lugar no território do concelho de S. Brás de Alportel, entre Janeiro e Junho de 2006. Não foram elaboradas perguntas-tipo e, como tal, os alunos inquiriram os entrevistados de forma livre e apresentaram os testemunhos recolhidos sob a forma de texto.

Neste trabalho os topónimos foram elencados alfabeticamente e não pela ordem apresentada no «Censo da população dos sítios da freguesia desde há quasi dois séculos». A sua explicação está conforme os dados recolhidos em ficheiro pelos alunos. O número atribuído aos sítios, no artigo que se apresenta, corresponde à sua localização aproximada no mapa⁴ (ver Fig. 1).

Atente-se no facto de fazermos constar hipóteses e/ou onomásticos diferenciados do topónimo local como, por exemplo em Chaveca, onde colocamos também Chavelha: timão do arado. Esta nossa opção deve-se ao facto de os nomes dos lugares sofrerem evoluções e corruptelas e também por terem sido os alunos a investigar com o objectivo de descodificarem a sua região, numa atitude científica e pedagógica, pelo que não seria legítimo eliminar essa hipótese.

Nos topónimos aparecem referências cronológicas, 1595, 1607 e 1757, as quais correspondem a documentos antigos referidos por Estanco Louro. As duas primeiras datas, associam-se a autos (de Loulé ou Faro), sendo a data de 1757 associada a importantes elementos constantes no *Livro de Alportel*

referentes «a resposta que o prior de S. Brás, em 1757, mandou ao interrogatório que, por ordem do Governo, depois do terramoto de 1755, lhe fôra enviado, bem como aos outros párocos do país, para organização do Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso» (Louro, 1996:22). O prior de S. Brás era na altura o Padre António Pereira da Silva.

GLOSSÁRIO TOPONÍMICO

A

Alcaria (1) - Do árabe *al-quariâ*, aldeia, vila. Topónimo frequente no Algarve. Também casa campestre para guardar instrumentos de lavoura. Tem uso limitado como nome comum. Na região aparece associado a Tesoureiro: **Alcaria-Tesoureiro**.

No séc. XIII, alcaria aparece em documentos de Afonso de Leão.

Segundo o povo os árabes instalaram-se num sítio chamado Alcaria, por causa da muita fertilidade da sua terra e abundância de água, a qual era considerada como um tesouro. Quando partiram para Silves eles disseram «Adeus Alcaria, adeus meu tesouro» e a Alcaria passou a chamar-se Alcaria -Tesoureiro.

É *terra fresca*, lavrou o pároco Silva, em 1757.

Aldeia dos Ratos (2) - Aldeia: pequena povoação, povoação rústica; campo.

Rato: Pequeno mamífero. J. Piel admite a possibilidade de Ratos se dever a Raptus, este do gótico *Rafts*.

Diz-nos o prior de S. Brás, em 1757: *Aldeia dos Ratos, a que certo curioso quis mudar o nome pondo-lhe o de Boa Vista, por se descobrir delle dilatada esfera athe ao mar, e outras partes*.

Almargens (3) - Do árabe *al-marj*, pradaria, campo. Também prado natural, pasto, pastagem. Na *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, almargem é o conjunto de camadas representadas principalmente por grés e argila, sendo assim definido pela primeira

vez na região de Almargem do Bispo.

Pedro de Azevedo na obra *Requengos da Estremadura na 1ª Dinastia transcreve almargem* no ano de 1255.

Em 1757, está grafado *Almarges*.

Ameixeira (4) - Do latim *myxila*, espécie de ameixeira.

Escreve-se *Ameyxieira*, em 1757. O pároco Silva diz ser *serra agra* [...] *perseguida de lobos*.

Alportel (5) - De *al + portel*; do latim *portellu*, diminutivo de *portu*- porto. Também pode significar portão ou a porta. O *al-*, é de origem árabe e significa «o».

Alportel como sítio é mais antigo que São Brás.

Antigamente, dizem, era considerado como um portal para a serra, pois tinha a estrada principal. Com o tempo tiraram o hífen de *al-portel* e ficou Alportel, sustenta o povo.

Existe também o topónimo Sêro de Alportel.

O Padre Silva (1757) diz que *os mais dos moradores he gente pobre, que vive de carretar carvão para a cidade de Faro*. E informa que neste sítio há *húa fonte chamada Ferrenha*.

B

Barrabéis (6) - Nas informações (1757) do pároco encontramos no sítio dos *Barrabeis, húa fazenda chamada Sancho com sua fonte e tanque e variedade de frutas das melhores, que se conhecem nestes paizes que vieram de fora para Recreio*. Segundo as mesmas informações existe no sítio um lugar onde *chamão a Cova do Lobo* com moinho de água.

Barracha (7) - A origem da palavra é considerada obscura.

Barrachal: oficial militar, não combatente, que andava em busca de desertores.

Barracha, em 757.

Barranco da Figueira (8) - Do baixo latim *barrancus*. Barranco: lugar cavado por enxurradas ou por outra causa; escavação natural; escavação provocada pelo Homem; quebra de terreno alta e de forte pendente;

precipício; obstáculo.

Figueira: De *figo+eira*. Árvore produtora de figos comestíveis ou não.

A forma *ficaria* aparece em documentos latinos; em 842 lê-se num documento do período astur, *com suas figarias*; em 967 temos *figueiras*.

Sítio *que está situado em terra montuosa* (1757).

Bengado (9) - Para o povo o sítio tem este nome porque antigamente havia muito e bom gado.

Referido em 1595 como *bemgado*. Em 1757: *Bengado*.

Bicalto (10) - O local também é conhecido por *Bico alto*. Bico: extremidade aguçada ou delgada. Alto: grande extensão vertical.

No interrogatório de 1757, a referência é feita ao *sítio do Bicalto, que fica em hú alto*.

Boiça (11) – Bouça: terreno em que se cria matos, pinheiros, etc.

Pereira da Silva (1757) chama-lhe o *sítio da Bouça*.

Bravas (12) - Bravio, inculto.

Existe a associação **Corgas-Bravas**.

C

Cabeça do Velho (13) – Cabeça: parte superior ou extremidade saliente arredondada; capa que cobre a cabeça; abertura superior da túnica; parte do arado. Velho: antiquo / antigo; Homem de idade avançada.

De uma forma simples as gentes locais atribuem o topónimo à presença de um velho que tinha muitos terrenos, os quais faziam lembrar uma cabeça. Quando o velho morreu passaram a chamar ao sítio cabeça do velho.

A informação recolhida em 1757 é de que o sítio fica *nas alturas daquela montanha*.

Calçada (14) - Do latim *calciāta*, como estrada cujo calcetamento foi reforçado com pedra; rua ou caminho pavimentado com pedras.

Topónimo frequente em Portugal e na Galiza (*calzada*).

Para as populações o nome deve-se ao facto de haver no sítio caminhos de

pedra.

Em 1757 nascia no sítio *hú cano comu, que sahe para fora lançando agoa que he excellente, onde vay muita gente do povo buscalla para seu uso*.

Campina (15) - De *campo + ina*. Campina ou campo; planície extensa, sem árvores; planura; chão descampado; várzea.

Em Portugal, no séc. XIII, temos *Campya*.

Informação de 1757 diz que *tem uma dilatada campina*.

Chaveca (16) - No séc. XVI, lê-se em documento antigo: *Vya a tua carta ás cinco chavecas da oitava luã do anno*.

Do espanhol chaveca?

Chavelha: timão do arado.

Chavelhão: barra de ferro que se atrela à segunda junta de bois num carro ou arado puxado por quatro animais.

Chibeira (17) – Chibeiro: pastor de chibos ; cortador ou vendedor de carne de chibo.

Chibo: vocabulário que primitivamente serviria para chamar o animal.

A Chibeira é *em húa dilatada compina* escreveu o pároco Silva (1757).

Corgas (18) - Corgas aparece associado ao topónimo Bravas: **Corgas-Bravas**.

Corga: regueiro; sulco; canal aberto pelas águas; caminho estreito entre montes.

Corgo ou córrego: caminho apertado entre montes. No mapa do *Livro de Alportel* está grafado *Córregas*.

O sítio das Corgas Bravas , em 1757, *tem montados de soveiros, abundante de cassa, as vezes se descobrem algús javalis e alguns corsos, tem tam-bem seus hortejos que se regão com as agoas que dentro lhe nascem*.

Corte (19) - Topónimo frequente sobretudo no sul de Portugal. Aparece simples e em formas compostas.

Topónimo ligado ao mundo rural.

Corutelo (20) - No séc. XIV aplicava-se à mulher a expressão *curutela*.

Antigamente o sítio chamava-se *Coro de telo* porque era local de pas-

sagem certa de burros, os quais marcavam a sua presença ruidosamente, vindo do tempo desses episódios o sítio chamar-se corotelo, diz o povo.

Escreve-se *Corotelo* em 1757.

Cova da Muda (21) - São duas as versões populares que podemos recolher sobre a origem deste nome. Alguns populares dizem que o local situa-se numa cova, num barranco e que nesse local existia uma senhora muda, e assim ficou Cova da Muda; outros dizem ter morrido aí uma mulher muda, a qual foi enterrada no local, e daí Cova da Muda.

D

Desbarato (22) - Derrota; destruição; dissipação; ruína.

Rui de Pina escreveu *hum logar onde chamão o desbaratto contra a serra*. No local teve lugar um recontro militar entre cristãos e mouros, com vitória dos primeiros.

Em auto de 1595 lemos no *primçipio das terras do desbarato domde esta húa fonte por marquo*.

F

Farrobo (23) - Este topónimo associa-se a Portela: **Farrobo-Portela**

Farrobo: talvez porco ou javali; também aparece como borrego. Farroba: planta da família das leguminosas , subspontânea e cultivada em Portugal, também conhecida por parda.

Em 1607 num auto da vila de Loulé podemos ler *em este campo de ferobo*. Em 1757 Pereira da Silva diz sobre Farrobo ser *terra áspera com muitas arvores, bastantes vinhas, figueiras, azinheiras, que dão fruto para mantimento dos porcos, razão porque são boas as carnes deste género e que defronte em bayxo tem húa campina*.

Fonte do Mouro (24)– Fonte: nascente de água. Do latim *fons, fontis*. Mouro: mourisco, relativo ou pertencente aos Mouros; indivíduo da Mauritânia; sarraceno.

Conta a lenda que havia uma moura que amava um lindo príncipe. Certo dia essa moura estava à espera do

príncipe, mas ele não apareceu. Então, a moura começou a chorar e com as suas lágrimas encheu a fonte. Conta-se, ainda, que o príncipe não apareceu ou caiu no poço da fonte.

É sítio *que goza de muitas agoas*, aponta Silva (1757).

Fonte da Murta (25) - Nascente de água; bica. Murta: nome de planta.

A descrição do Padre Silva (1757) situa-a em terra *montanhosa, empinada com seus rochedos*.

Fonte Santa (26) - Nascente de água.

Santa: mulher canonizada; mulher virtuosa, bondosa, inocente. No caso, ligado a S. Brás, pois segundo informação do prior de S. Brás (1757) o sítio chamado Fonte Santa *tomou este nome pela tradição de ali aparecer a imagem de S. Braz, em cuja memória ainda hoje se caya húa lapa que está em húa grande penedro, que se firma por cima da fonte*.

Fonte da Silva (27) - Topónimo que aparece associado a Pêgo: **Fonte da Silva-Pêgo**. O pároco de S. Brás, nas informações de 1757, menciona os sítios da Fonte da Sylva e Pego *aonde se vêem hortejos amenos*.

Fonte: lugar de onde brota água. Silva: planta da família das rosáceas.

Fonte do Touro (28) - Touro: boi não castrado.

O Pároco Silva (1757) diz *que o sítio é cuberto de muitas arvores e he sítio fresco, ameno, apprazível com suas agoas*.

Fronteira (29) - Limite de um território, que determina a sua extensão; limite que separa ou marca dois territórios.

No sítio há *húa grande ribeyra onde se ajuntão as agoas daquellas alturas no tempo do inverno* (1757).

Funchais (30) - Quantidade mais ou menos considerável de funchos.

Existe em 1757.

G

Garcia (31) - Aparece associado a Chaveca: **Garcia e Chaveca**

Garcia é nome próprio.

Segundo descreve Silva (1757), *estão estes sítios em húa grande montanha com matta [...] he sítio de muita cassa de perdizes e coelhos [...] junto delle passa húa ribeira onde há hú dos melhores moinhos, que tem estes distritos chamado o Curral de Pedra*.

Gavião (32) - Ave de rapina diurna. Nome de origem germânica.

Em 1220, já existia uma terra portuguesa com o nome de S. *Jacebo de Gaviã*.

Gralheira (33) - Local onde as gralhas formam bandos.

Gralha: ave da família dos corvídeos.

Era um sítio onde as gralhas se juntavam e de seguida faziam muito barulho, confirma assim o povo a origem do local.

Existe a Rocha da Gralheira. A descrição feita em 1757 *do sítio da Garalheira* enquadra-se nessa designação: *fica junto a húa rocha que sobe por huma montanha*.

H

Hortas e Moinhos (34) - Horta: terreno plantado de hortaliças e legumes. Em 1757 nesse *Sítio chamado=Hortas, e moinhos [...] se admiram nelle vários pumares que estão por aqueles bayxos*.

Moinho: engenho composto de duas mós sobrepostas e giratórias, movidas pelo vento, por queda-d'água, animais ou motor e destinado a moer cereais.

J

Javali (35) - Animal mamífero suíniforme; porco montês. A mais conhecida e a principal das espécies de porcos selvagens.

Para o povo antigamente existia no local muitos javalis, os quais proporcionavam boa caça, pois eram de muita quantidade e boa qualidade. O sotaque serrenho dos seus habitantes levam-

nos a pronunciar *javaril*, como está registado por Pereira da Silva (1757): *Javaril*.

Juncais (36) - Juncal: terreno húmido onde crescem juncos.

Junco: planta de hastes e folhas cilíndricas flexíveis.

O topónimo aparece referenciado no interrogatório de 1757 como sítio dos juncais e sendo em *hú valle fresco*.

L

Ladeiras (37) - Subidas.

Topónimo frequente em Portugal e Galiza sobretudo em Pontevedra.

No interrogatório de 1757, o pároco depois de descrever Vale Carvalho e Fonte da Murta, diz que: *Vem-se descendo para o sítio das Ladeiras (...) em que se divisão suas asperezas*.

Lajas (38) - Laje: pedra lisa.

Surge como apelido e topónimo.

Em 1757, *o sítio das Lages [...] he serra muito áspera*.

M

Machados (39) - Machado: instrumento cortante, formado de uma espécie de cunha afiada e fixa num cabo de madeira; apelido frequente desde 1147 e que se deve a quem nessa data arrombou as portas de Santarém com machados.

Segundo os locais terá dado origem ao nome Machados, uma guerra que deixou a terra cheia dessas armas. Talvez se refiram ao achamento de machados de pedra pré-históricos, que são recolhidos como «amuletos» ou «pedras das sortes».

Manta (40) - De manto. Grande pano de lã do feito de um cobertor.

Talvez seja referência ao solo.

Na descrição do pároco, em 1757, lemos: *com a estrada que vay para Alentejo e Corte de Lisboa onde está o sítio da Menta*.

Manta aparece em texto português de 1009.

Mealhas (41) - Mealha: moeda antiga.

O povo diz que o topónimo Mealhas vem do apelido de uma família que

viveu no local há imensos anos, a qual dedicou muito tempo e muito trabalho da sua vida ao sítio. No seu início o local apenas tinha uma pequena barraça, onde vivia a família Mealhas. Essa família era constituída por uma bondosa mulher, respectivo marido e filho de ambos, o qual após o falecimento dos pais emigrou.

Em 1757 o sítio *estendese the onde chamão Fonte Velha por ser antiga com boa agoa*.

Mesquita (42) - Lugar de culto da religião muçulmana.

Para os habitantes locais o nome do local foi atribuído a partir de vestígios de uma mesquita que os mouros tinham construído, referindo que foram encontrados pratos e outros vestígios mouros.

Num auto de 1595 lemos *misquitta*.

São vários os topónimos desdobrados a partir de Mesquita: Mesquita Alta, Mesquita Baixa, Sêro da Mesquita, Ribeira da Mesquita e Fonte da Mesquita. O povo diz que foi João Cavaleiro a dar o nome à fonte, no séc. XVI.

De auto de 1595 retiramos as menções de um *caminho do Chamso a dar no Ribeiro da Mesquita [...] e dahi vai a partição pelo ribeiro da fonte da mesquita que he muito antiga*.

Nas informações de 1757, o prior de S. Brás, Pereira da Silva, menciona todas essas designações e esclarece a origem de algumas: a fonte era vulgarmente *chamada da Mesquita; o sítio da Ribeira da Mesquita, Chamase ribeiro da Mesquita por mediar entre estes dois sítios [Peral e Mesquita] hú ribeiro, onde escoam as agoas da vargem do grão e das alturas que o circundão; o Serro da Mesquitta que está em hu alto, onde se descobre hú moinho de vento*.

Muda (43) -Local de mudança.

Mulher que, por ser organicamente defeituosa, não tem o dom da fala.

Em 1757 o prior anotou que pelo sítio atravessa a estrada que vai de Moncarapacho para Lisboa.

O

Outeiro (44) - Do latim *altariu*, altar. Vocábulo que em Portugal data de 961.

Pequeno monte.

A informação do Padre Silva (1757) ressalta que *em hú alto se vê situado o sítio do Outeiro*.

P

Parises (45) - Do latim *Parisii*: povo da Gália céltica.

Topónimo já referido em 1757 e como *dos mais alegres sítios que tem a terra*.

Pego (46) - A parte mais funda de um rio; lago; poço.

No auto do termo da vila de Loulé de 1607 refere-se os *moinhos do pego*.

Penedo Gordo (47) - Penedo: grande rocha, fraga ou rochedo. Gordo: untado.

Mencionado em 1757: *sítio chamado Penedo Gordo, he terra que mais merece ter o nome de pedras do que de terra*.

Peral (48) - De pêra, para pomar de pereiras; terreno plantado de pereiras. Topónimo frequente. Também apelido.

Em 1030 aparece *Perales*.

De forma muito simples as pessoas locais atribuem a origem do nome a uma fama de pêras muito boas, dando continuidade há ideia transmitida pelo pároco (1757) de que o sítio *parece se chama Peral por haver nelle muitas pereyras de varias castas*.

Pêro de Amigos (49) - Os índios designavam os portugueses por *pêro* (Pedro).

Amigo: simpático, acolhedor.

Em distância de meia legoa é *serratudo continuada*. Na opinião de Silva (1757) os seus pêssegos e marmelos são *excelentes*.

Pêro Sancho (50) - Pêro Sancho ou Pedro Sancho.

Sancho, pessoa esperta, indivíduo matreiro.

Quem lá fosse em 1757 *se admira que naquellas alturas se mostre tão admiravel assento de terra e tão frutífera*.

Poços Ferreiros (51) - Poço será do latim *puteu*: buraco, fossa, poço de mina; chaminé, poço. Poço: cavidade profunda, aberta no solo de forma a atingir um lençol de água. Em 973 *per illo pozo*

Ferreiro: artesão que trabalha o ferro. Ferreiro, surge em escrito de 1220, Ferrarius.

O povo atribui o nome ao local porque antigamente havia muitos ferreiros, os quais precisavam de água para arrefecer o ferro depois de trabalhado, bem como para os animais que ali acorriam. Na zona habitavam três ou quatro ferreiros e todos eles usavam a água de um poço que nunca secava, dando nome ao sítio.

Silva (1757) chama-lhe *Posso dos Ferreiros [...] junto á estrada que vay para Lisboa, e Alentejo*.

Portela (52) - Do lat. *portella*.

Portal: ponto em que um caminho ou uma estrada forma ângulo ou coto-velo; passagem estreita entre montes; desfiladeiro.

R

Ribeira (53) - Do lat *riparia*. Porção de terreno banhado por um rio; regada; terra marginal; lugar junto ao rio. Ribeiro: pequeno rio, regato.

Segundo o pároco Silva (1757) o sítio é *chamado Ribeyra, por lhe passar esta que corre de Alportel, defronte*.

S

S. Brás (54) - Diz-se correntemente São Brás de Alportel

S. Brás tem sido identificada com o povoado muçulmano, referido nas crónicas como *Sanbras* (Xanbras).

Em auto de 1607 existe uma referência à *fregezia de Sam brás dallportell termo da sidade de Faro*.

A lenda transporta o santo arménio, do séc. IV, Blasius, e sua fama de curandeiro para o local de S. Brás de Alportel dizendo que era uma vez um santo chamado S. Brás que vinha de Alportel. Era um santo protector das doenças de garganta. Um dia uma mulher, levou o filho ao médico porque

tinha uma espinha na garganta, ou osso, a qual o médico não tirou. Levou então o filho ao S. Brás. O santo pôs o dedo na garganta do miúdo e conseguiu curá-lo. Por isso chamaram-no S. Brás de Alportel. Para alguns diz-se que este feito foi realizado perto do posto da GNR de S. Brás, do qual surgiu o nome da localidade.

S. Romão (55) – Pereira da Silva (1757) descreve o sítio assim: *hú plano onde esta a Ermida de S. Romão, Sancto advogado dos feridos de cães danados, onde concorre gente de varias partes em romaria principalmente no seu próprio dia que he a 9 de Agosto.*

Sêro Botelho (56) – Serro: conjunto de serras, serrania.

Botelho: garrafa, frasco; pequena medida antiga; saco da máquina, nos moinhos de cereais. Também planta aquática, segundo Pêro Vaz de Caminha (in: *Carta a Dom Manuel*).

No interrogatório de 1757 lemos que o *Serro do Botelho* [está] *empinado com muitas pedras e outras de qualidade branda da cor da cal, que chamão vulgarmente calisso, que serve para obras de alvenaria.*

Sêro da Ursa (57) - Urso: animal carnívoro, de pêlo denso e comprido.

Para nascente da Cabeça do Velho fica o chamado *Serro da Ursa* [...] *está no mais iminente alto, que tem a freguezia de S. Braz de Alportel, anotou Silva (1757).*

Soalheira (58) - Lugar exposto à acção do Sol; lugar exposto ao Sol; calor do Sol. Terreno na aba das serras, oposto ao avesso e exposto ao nascente.

Em 1757 foi descrito como um sítio *onde aqueles moradores por todo o dia se vêem assistidos das luzes do sol; fica em hú alto cercado de asperezas.*

T

Tareja (59) - Topónimo antigo de S. Brás escrito Taregias que em 1250, alude a proprietárias locais, uma ou várias das quais com o nome Teresa. Em 1757, o pároco refere-se ao *chamado sítio da Tareja.*

O topónimo é atribuído pelos locais a uma senhora chamada Teresa que vivia no local.

Tesoureiro (60) - Do latim *Thesaurarius*, guarda de tesouro, tesoureiro.

No testamento de Afonso II, em 1214, aparece *tesoureiro de Bragáa.*

Para o povo, no geral, chama-se tesoureiro porque aí enterraram um tesouro que nunca ninguém encontrou. Para algumas pessoas o tesouro é a abundância de água.

V

Vale (61) - Depressão alongada entre montanhas, montes e colinas.

Escreveu o pároco em 1757 que o *Valle, que fica em hú bayxo, he vistoso pelas muitas arvores que o povoão.*

Vale Carvalho (62) – Carvalho, para José Pedro Machado segundo parece é de origem pré-romana.

Carvalho: designação comum a várias árvores da família das fógáceas; grande árvore que produz bolotas; roble.

Em 1160 aparece carvalha, *et per carvalias.*

No auto de 1607 temos *vall de Carvalho.*

O sítio de *Vale de Carvalho* é onde *há alguns carvalhos* (1757).

Vale de Galega (63) – Galego: do latim *gallaecu*, da «Galécia»; os habitantes da Galécia, segundo Plínio.

Galega é nome comum de algumas variedades de plantas cultivadas em Portugal como a oliveira, a couve, a videira.

Em 887 temos *ad Gallegos*, em Santiago de Compostela.

Aparece em 1595 em auto de demarcação como *sítio de Valdegalega* e também como Val de Galega.

Em 1757: *Vale de Galega.*

Vilarinhos (64) - Será um vilar pequeno?

Os locais dizem saber que o nome derivou de um homem que se chamava Rodrigues Álvares Vilarinhos, o qual para o povo fez muitas coisas boas em Vilarinhos. Outros testemunhos orais dizem que o local se chama assim

porque se situa num vale que já se chamou *Valeinhos*.

O local também deu nome a Horta dos Vilarinhos, grafado *Horta dos Vilarinhos em 1757.*

1 S. Brás de Alportel ganhou o estatuto de concelho em 1 de Junho de 1914. O seu concelho ocupa uma área de 150,05 Km², com uma população de 11 205 habitantes, recenseados em 2004. Juntamente com outros quatro municípios tem a singularidade de ser um concelho com uma única freguesia, S. Brás de Alportel. Tem por concelhos limítrofes Tavira, Olhão, Faro e Loulé.

2 Alunos envolvidos no projecto - 9º Ano (2004/05): Alexandre Batista, Ana Rocha, Andreia Viegas, Angélica Segurado, Cristophe Guerreiro, Fábio Francisco, Irina Gonçalves, Joana Gregório, Kevin Carneiro, Lisá Guerreiro, Magna Costa, Marta Norberto, Miguel Horta, Nádía Martins, Pedro Rodrigues, Rosa Fonseca, Sandra Rodrigues, Solange Rosário, Sónia Cavaco, Tânia Barras e Tiago Brito.

3 Alunos envolvidos no projecto - 7º Ano (2005/06): Afonso Cruz, Ana Gonçalves, Ana Ponte, André Martins, André Silvestre, António Cantante, Arnaldo Vaz, Beatriz Mendoza, Beatriz Viegas, Bruna Silvério, Bruno, Catarina Ramos, Daniela Mendonça, David Viegas, Diogo Gomes, Fábio Ramires, George Gergj, Inês Mendonça, Ivo Pires, Ivo Silva, João Barriga, João Gaspar, João Neves, Lois Correia, Marina Caiado, Marta Pinto, Nadine Martins, Odair, Sandra Mendonça, Sara Eusébio, Sophia Meleiro, Susana Conceição, Tatiana Ferreira e Vasco Amaro.

4 Um agradecimento particular ao Dr. Afonso Cunha que nos ajudou nalgumas localizações.

5 Esses inquéritos ou interrogatório(s), como prefere Estanco Louro, foram feitos pelos párocos nas suas freguesias no sentido de apurar a situação dos sítios após o terramoto de 1755. Hoje constituem importante fonte de informação sobre as freguesias e seus sítios, daí se chamar a esses interrogatórios «Memórias Paroquiais».

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, João Ferreira do & AMARAL, Augusto Ferreira (1997). *Povos Antigos em Portugal - Paleoetnologia do território hoje português*. Lisboa: Quetzal Editores. *Dicionário da Academia de Ciências*.

Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora: Porto.

FIGUEIREDO, Cândido . *Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*

LOURO, Estanco (1996), *O Livro de Alportel*. S. Brás de Alportel: Câmara Municipal de S. B. de Alportel, 3ª edição [texto publicado pela primeira vez em Abril de 1929, como separata do Boletim do Ministério da Agricultura]

MACHADO, José Pedro (1993), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols, 5ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

MACHADO, José Pedro (1993). *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols, 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.



PÁGINA DO PORTUGUÊS

ALGUMAS NOTAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO LEITOR DO TEXTO LITERÁRIO

.....

Filipa Perdigão - ESGHT
Rita Baleiro - ESGHT

Muitos homens iniciaram uma nova fase da sua vida a partir da leitura de um livro.

Henry Thoreau

Já muito se escreveu sobre o tema da leitura literária: desde textos sobre os diferentes tipos e técnicas de leitura, a ensaios críticos, a textos e relatórios sobre os hábitos de leitura literária até reflexões filosóficas, históricas, sociológicas, entre outras, que exploram as múltiplas facetas do fenómeno da leitura literária. Foram igualmente diversos os escritores e teóricos que lhe dedicaram páginas e páginas analisando-a sob os seus diferentes prismas - Jorge Luís Borges, Marcel Proust, Umberto Eco, Miguel de Unamuno, Henry Thoreau, Roland Barthes, Wolfgang Iser, Michel Foucault, só para mencionar alguns.

Tendo em conta a amplitude do tema e a vastidão de textos que sobre ele se escreveram, o objectivo desta «página do português» é tão somente (dada a limitação do espaço e a complexidade do tema) referir alguns dos aspectos associados à leitura literária, nomeadamente, como e quando surgiu este tema associado à importância do papel desempenhado pelo leitor, uma vez que desde o aparecimento da palavra impressa no século XV até às primeiras décadas do século XX, a crítica literária centrava-se essencialmente no autor e no texto, negligenciando a função criadora do terceiro elemento do trio: o leitor. Até ao início do século passado a relação autor/leitor permaneceu, essencialmente, imutável, presumindo-se que o primeiro escrevia uma obra cuja mensagem seria, à partida, por ele construída e a função do leitor era então a de ler o texto num processo de leitura linear e substancialmente passivo. Perante este quadro, a distância entre o autor e o leitor era não só ampla como desigual – de um lado estava o criador da obra de arte, do outro o visitante dessa obra de arte¹. Simultaneamente, supunha-se a existência de uma transparência e estabilidade no significado das palavras e dos textos que permitiam ao leitor descodificá-los, ao mesmo tempo que procurava decifrar as intenções do autor. Nesta perspectiva, o leitor definia-se como um participante manipulável cuja função era contribuir para a produção do significado que o autor

escrevera. A origem do significado do texto encontrava-se no autor.

O texto é a chave

Porém, nas primeiras décadas do século XX, quando começou a ser evidente que o acesso à verdadeira intenção do autor era uma limitação tremenda à interpretação (nomeadamente quando o autor já não estava entre os vivos), o enfoque é colocado quer no texto – como argumentava o movimento da Nova Crítica norte-americana – quer no leitor – como defendia o fenomenologista polaco Roman Ingarden.

Os novos críticos (*new critics*) – cujas figuras centrais foram os teóricos William Wimsatt e Monroe Beardsley – centravam a crítica literária única e exclusivamente no texto, afirmando, peremptoriamente, a morte da intenção autoral. No seu famoso ensaio «The Intentional Fallacy» (1954) defendiam que os processos psicológicos do autor estão inacessíveis ao intérprete, logo, se o leitor está fora da mente do autor e só tem acesso ao texto, deve ser este o objecto de análise e não o autor². Em conclusão, o que é importante para o movimento da Nova Crítica é o contexto verbal tal como se apresenta no momento e nunca o efeito que o texto tem no leitor.

O significado resulta da interacção entre o texto e o leitor

Todavia, nem todos os teóricos do início do século XX partilhavam do ponto de vista da Nova Crítica, nomeadamente, I.A. Richards (*Practical Criticism*, 1924), Louise M. Rosenblatt (*Literature as Exploration*, 1938) e mais tarde Hans-Georg Gadamer (*Truth and Method*, 1975) – um dos alunos de Heidegger – opunham-se a aceitar o texto como a única fonte do significado. Como tal ao mesmo tempo que se afastavam do autor como fonte do significado de um texto literário, centravam a construção do verdadeiro significado da obra de arte literária na intersecção entre o leitor e o texto. Por outras palavras, acreditavam que o intérprete traz para o texto as suas próprias pressuposições e convicções e como tal a sua mente não age como um espelho que reflecte exactamente aquilo que está no texto.

Na perspectiva destes teóricos, a compreensão de um texto implica a fusão entre o horizonte do nosso mundo (ou seja, o mundo do leitor) e o mundo do texto, não se negando assim o sentido original do texto dentro do seu contexto original, mas acreditando-se que se vai incorporar este sentido original no contexto do leitor. Segundo as palavras de Rosenblatt, ler é um processo de interacção que se põe em marcha a partir do momento que nos deparamos com um texto: «The reader brings to the work personality traits, memories of past events, present needs and preoccupations, a particular mood of the moment, and a particular physical condition. These and many other elements in a never-to-be-duplicated combination determine his response to the peculiar contribution of the text.»(Rosenblatt [1938]1995:30-31).

Nos anos 60 o protagonista é o leitor

A partir da ideia de que os novos significados resultam da fusão criadora ou dialéctica entre o leitor e o texto surge, nos Estados Unidos e na Alemanha do final dos anos sessenta do século XX, um conjunto de fundamentos teóricos que se afastava tanto do autor como da obra e se dedica à compreensão do texto literário a partir do ponto de vista do leitor. A esta nova perspectiva teórica atribuiu-se, nos Estados Unidos, a designação de *reader-response criticism*, e na Alemanha a de estética da recepção. Na realidade, nenhum dos anteriores movimentos de crítica literária reivindicara este protagonismo para o leitor no acto da leitura e na interpretação de textos. Apesar de haver diferenças no modo como classificam e descrevem a função do leitor na criação do significado do texto literário, partilham a convicção da importância do papel desempenhado por este elemento do trio autor-texto-leitor³. No entanto, apesar de aspectos divergentes, quer os teóricos da estética da recepção quer os da *reader-response criticism* acreditam que qualquer que seja o texto literário que se está a ler, existe permanentemente o convite do próprio texto para construir hipóteses sobre o seu significado, para fazer conexões implícitas, para preencher espaços em branco ou para confirmar suspeitas. Na terminologia deste vasto grupo de teóricos, cabe ao leitor «concretizar» o trabalho literário, uma vez que sem a sua participação activa e contínua, o texto literário seria apenas um conjunto de marcas pretas impressas em páginas. Tal como pronunciara, em 1936, Walter Benjamin, o abismo entre o autor e o leitor esbate-se e o «leitor está sempre pronto a tornar-se escritor» ([1936]1992: 97) e em 1994, na criação neologística de Landow, surge uma nova figura – o *wreader* (Landow 1994:9,14) - a súpula de *writer e reader* - reveladora do poder criador do acto de leitura.

As «comunidades interpretativas» do século XXI

Actualmente e, nomeadamente, na área dos estudos culturais, já não se questiona a função do leitor como produtor de significado, aliás, tal noção já se tornou um lugar-comum.

Assim sendo, a discussão tomou um outro rumo. Uma direcção que nos faz recordar o que Stanley Fish afirmou na década de oitenta do século XX, ou seja, que a leitura é determinada por convenções de interpretação literária definidas dentro de cada «comunidade interpretativa», na qual os leitores “concordam” em ler de modo semelhante: «[...] there is no single way of reading that is correct or natural, only “ways of reading” that are extensions of community perspectives»(Fish 1980:16). Consequentemente, no início do século XXI já não faz sentido continuar a questionar o papel do leitor - que se sabe fundamental e inequívoco na construção do significado do texto literário - e, como tal, a tendência é para focar e descrever o modo como determinados grupos dentro de uma comunidade usam os textos. Exemplos deste novo rumo tomado pelos descendentes da *reader-response criticism* são os estudos sobre as mulheres, os *queer studies* ou outros estudos que se centram em minorias sociais.

Sobre a evolução das teorias da recepção do texto literário mais haveria a dizer, mas o espaço é de momento limitado. Assim sendo, optámos por terminar esta «página do português» com a carta d’ «Os Direitos Inalienáveis do Leitor» da autoria de Daniel Pennac:

1. O Direito de Não Ler
2. O Direito de Saltar Páginas
3. O Direito de Não Acabar um Livro
4. O Direito de Reler
5. O Direito de Ler Não Importa o Quê
6. O Direito de Amar os “Heróis” dos Romances
7. O Direito de Ler Não Importa Onde
8. O Direito de Saltar de Livro para Livro
9. O Direito de Ler em Voz Alta
10. O Direito de Não Falar do Que se Leu

.....

1 Tal como recorda Jay David Bolter a este propósito: «Printing tended to magnify the distance between the author and the reader, as the author became a monumental figure, the reader only a visitor in the author’s cathedral.»(Bolter 1991:3).

2 «The design or intention of the author is neither available nor desirable as a standard for judging the success of a work of literary art.» (Wimsatt e Beardsley 1954: 194).

3 «They all have in common the conviction that the audience plays a vitally important role in shaping the literary experience and the desire to help to explain that role. But their interpretations of that role and their definitions of the literary experience vary [...]»(Richter 1998:917).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter [1936](1992), «A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica» in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Trad. Maria Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto, Ed. Relógio d'Água, Lisboa: 70-113.
- BOLTER, Jay David (1991), *Writing Space: the Computer, Hypertext, and the History of Writing*, L. Erlbaum Associates, Hillsdale, NJ.
- FISH, Stanley (1980), *Is There a Text in this Class?*, Harvard University Press, Cambridge.
- HARKIN, Patricia e James J. Sosnoski (2003), «Whatever Happened to Reader-Response Criticism?» in *Marguerite Helmers* (ed.) *Reading Pedagogy in College Writing Classrooms*, Lawrence Erlbaum Associates, New Jersey: 101-122.
- LANDOW, George (ed.) (1994), *Hyper/Text/Theory*, John Hopkins University Press, Baltimore.
- PENNAC, Daniel (1993), *Como um Romance*, Edições Asa, Porto.
- RICHARDS, I.A. [1924] (2001), *A Practical Criticism: a Study of Literary Judgement*, Routledge, Londres.
- RICHTER, David H. (ed.) (1998), *The Critical Tradition: Classic Texts and Contemporary Trends*, 2ª ed., Bedford Books, Boston.
- ROSENBLATT, Louise M. [1938] (1995), *Literature as Exploration*, 2ª ed, The Modern Language Association, Nova Iorque.
- WIMSATT, W.K e Monroe Beardsley (1954), «The Intentional Fallacy» in *The Verbal Icon: Studies in the Meaning of Poetry*, University of Kentucky Press, Lexington.



ROTAS DO SUL

NATUREZA E CULTURA NO CORAÇÃO DO BARROCAL

José António Santos - ESGHT

Margarida Custódio Santos - ESGHT

Para os amantes da natureza e apreciadores das paisagens culturais do barrocal algarvio, o percurso da Rocha da Pena oferece um passeio inesquecível. Esta é a conclusão a que chegámos depois de realizarmos o percurso na sua totalidade. Contudo este nosso passeio começou mal. Ao chegarmos ao início do trilho, que se situa no sítio da Rocha da Pena, estacionámos a viatura junto à Fonte dos Amoados [sic]. Nesse preciso momento, ao avistar um café com esplanada e um grande anúncio da *Olá*, o Diogo lembrou-se que estava com sede e que naquele dia lhe tínhamos prometido comprar um gelado. Só então verificámos que apenas dispúnhamos de alguns cartões, ou seja, de dinheiro de plástico, o que, naquele local, não nos servia de muito. Para cúmulo, achámos que todos tínhamos sede e que a culpa do esquecimento era do outro. Desta forma, iniciámos o percurso amuados, o que, de certa forma condizia com o nome da fonte.

À nossa frente apresentava-se um caminho serpenteado e os penhascos escarpados na vertical, com cinquenta metros de altura, tinham o aspecto de uma muralha inacessível. Surpreendentemente o trilho não era tão exigente como parecia inicialmente e a beleza da paisagem tornava-se de tal forma envolvente que, progressivamente, fomos esquecendo a sede e ganhando boa disposição. A flora tornava-se

cada vez mais variada e condizia com o que tínhamos lido antes, ou seja, que existem nesta zona algumas centenas de espécies de plantas, algumas de rara beleza, como as orquídeas selvagens.

A fauna é igualmente diversificada e destaca-se a presença de aves de rapina, nomeadamente, a águia de Bonelli e a águia de asa redonda. Com alguma sorte é possível avistar algumas destas aves em voo planado à procura das suas presas habituais e ainda pequenos mamíferos como a gineta, o saca-rabos, os coelhos e os ouriços. Ao longo do nosso percurso tivemos a companhia de alguns coelhos e detectámos vestígios de javalis.

Sem darmos por isso tínhamos atingido o planalto e seguimos pela direita em direcção a uma escarpa para desfrutar da paisagem deslumbrante. Algumas centenas de metros mais abaixo, estendia-se um vale verdejante e à nossa frente o barrocal algarvio a perder de vista até ao mar. Aqui e ali, no meio do verde, destacava-se, ao longe, alguma aldeia branca. Este é, sem dúvida, um dos cenários paisagísticos mais deslumbrantes de todo o Algarve.

Dali seguimos o trilho do planalto em direcção a norte onde, algumas centenas de metros mais adiante, se abria uma nova escarpa e se avistava o lado norte com a paisagem típica da serra. Regressámos pelo mesmo caminho e





continuámos em direcção a oeste pelo trilho ao longo do planalto de 2 km a uma altitude de cerca de 450 metros.

A próxima surpresa surgiu na forma de dois amuralhados de pedra, que a literatura por nós consultada diz terem sido edificados na Idade do Ferro e que terão sido utilizados como estratégia de defesa. Assim sendo, à incrível beleza natural e paisagística do local juntam-se estes vestígios culturais, únicos na região do Algarve. Logo mais adiante, pode ver-se a entrada da gruta que é conhecida como o Algar dos Mouros, pois pensa-se que terá sido aí que estes se terão refugiado aquando da reconquista de Salir por D. Paio Peres Correia.

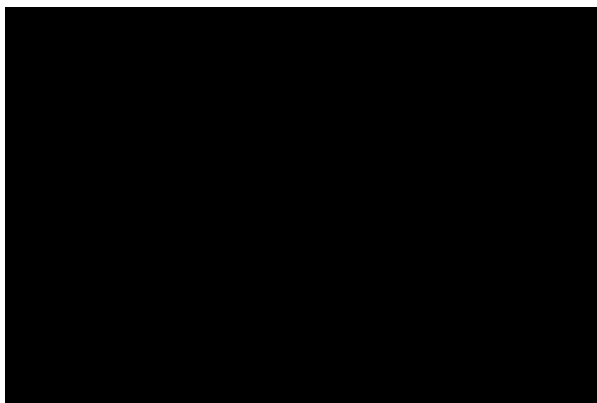
No regresso, que se faz pela parte oeste da Rocha da Penha, passámos por uma bonita aldeia, chamada Penina e situada num vale, onde nos aguardava a surpresa mais agradável de todo o percurso: a fonte pública, com uma água fresca, pura, saborosa e reconfortante. Possivelmente água canalizada da rede, mas não importa. Depois de uma caminhada de três horas, iniciada com sede, pareceu-nos deveras excelente.

À saída da aldeia encontrámos uma nora antiga, vestígio de um passado que, tal como o presente, foi marcado por uma agricultura de subsistência, onde coexiste o pequeno

regadio com o sequeiro numa difícil mas harmoniosa ligação entre o Homem e a Natureza. Assim foi, assim é, oxalá assim continue a ser no futuro.

E assim regressámos ao ponto de partida, à outra fonte, com uma disposição bem diferente daquela com que tínhamos iniciado o percurso. E, sobretudo, com a agradável sensação de termos partilhado momentos singulares que só a magia de um local muito especial pode proporcionar. Esse local é único e chama-se Rocha da Pena.

Notas finais: Crianças com mais de seis anos poderão fazer este percurso, desde que acompanhadas. Por exemplo o Diogo tem sete anos e não teve qualquer dificuldade, para além da sede. Para este trilho de cerca de 5 km aconselha-se calçado adequado, binóculos e máquina fotográfica. E, claro, alguns trocos para um gelado ou, pelo menos, uma garrafa de água.



Formato das Colaborações:

1. Os artigos não devem ultrapassar as 12 páginas, com espaçamento simples, sem recuo de parágrafo e alinhado à esquerda, sem duplo entrelinhamento entre parágrafos.
2. Os textos são redigidos em Times New Roman 12.
3. As 12 páginas incluem resumo, texto, notas, tabelas, gráficos, figuras e bibliografia.
4. As tabelas, gráficos e figuras são sempre apresentadas a preto e branco.
5. Na primeira página do artigo deve constar, pela seguinte ordem: título do artigo, nome do(s) autor(es) e resumo.
6. O título do artigo não pode ultrapassar as 5 palavras.
7. O resumo não pode ultrapassar as cem palavras.
8. As referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com o sistema AUTOR-DATA: (Eco, 2001: 10).
9. As notas bibliográficas seguem o mesmo sistema para livros: **ECO, Umberto (2001), Sobre a Literatura, Difel, Lisboa;** e para artigos: **AYVERT, W. (1975), «Eurogroups, clientela and the E.C.», in *International Organizations*, vol.29, n.º 4: 949-971.**
10. As citações são apresentadas entre aspas duplas «...».
11. As citações com 5 linhas ou mais devem ser apresentadas num parágrafo separado do texto por linha dupla, tanto do texto imediatamente anterior, como do texto subsequente, e não devem ser limitadas por aspas.
12. As notas são de fim de documento e não de fim de página, e são precedidas de numeração romana.
12. Os artigos podem ser escritos nas seguintes línguas: português, espanhol, francês e inglês.

As propostas de publicação devem fazer-se acompanhar dos seguintes elementos:

- I. Nome, contacto telefónico, endereço electrónico e nome da instituição onde trabalha.
- II. As propostas devem ser submetidas em papel e disquete ou em papel e correio electrónico devidamente identificadas para os seguintes endereços:
fperdig@ualg.pt
rbaleiro@ualg.pt

ANZ Aeroportos
Algarve

M|C
MINISTÉRIO DA CULTURA
DELEGAÇÃO REGIONAL DA CULTURA DO ALGARVE


Lagva
algarve


Portimão


MUNICÍPIO
Vila do Bispo
o futuro de um Algarve diferente

VOA
VILAREALSTºANTONIO